



FRANCISCO
RÜDIGER

as teorias da comunicação



as teorias da comunicação



R916t Rüdiger, Francisco.
 As teorias da comunicação / Francisco Rüdiger. – Porto Alegre : Penso, 2011.
 152 p. ; 23 cm.

 ISBN 978-85-63899-00-2

 1. Comunicação. I. Título.

CDU 070.1

Catálogo na publicação: Ana Paula M. Magnus CRB – 10/2052

FRANCISCO RÜDIGER

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo.
Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Professor nos Departamentos de Comunicação e Filosofia
na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Professor-Titular da Faculdade de Comunicação da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

as teorias da comunicação



2011

© Artmed Editora S.A., 2011

Capa: *Márcio Monticelli*

Preparação do original: *Cristine Henderson Severo*

Leitura final: *Rafael Padilha Ferreira*

Editora sênior – Ciências Humanas: *Mônica Ballejo Canto*

Editora responsável por esta obra: *Carla Rosa Araujo*

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

Reservados todos os direitos de publicação, em língua portuguesa, à
ARTMED® EDITORA S.A.

Av. Jerônimo de Ornelas, 670 – Santana

90040-340 Porto Alegre RS

Fone (51) 3027-7000 Fax (51) 3027-7070

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte,
sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação,
fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO

Av. Embaixador Macedo Soares, 10.735 – Pavilhão 5 – Cond. Espace Center

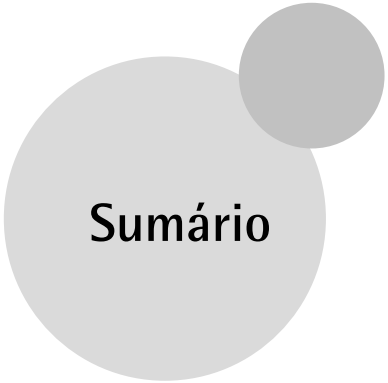
Vila Anastácio – 05095-035 – São Paulo SP

Fone (11) 3665-1100 Fax (11) 3667-1333

SAC 0800 703-3444

IMPRESSO NO BRASIL

PRINTED IN BRAZIL



Sumário

Apresentação.....	7
1 Fundamentos gerais da problemática teórica da comunicação	13
O paradigma de Shannon e Weaver.....	18
Crítica ao modelo informacional	23
Perspectivas teóricas da comunicação	33
2 A Escola de Chicago e o interacionismo simbólico	37
Comunicação e sociedade: George Mead.....	39
Comunicação e poder: Hugh Duncan	45
Comunicação e meios de comunicação: Harry Pross	48
3 O paradigma funcionalista.....	55
Os pioneiros: Lasswell e Dovifat	56
A revisão do modelo: Schramm.....	61
A teoria das mídias: Niklas Luhmann.....	67
4 O paradigma materialista.....	77
Trabalho e interação: Marx e Engels:	78
Linguagem e comunicação: Bakhtin e Schaff.....	85
Mídia e revolução: Enzensberger e Barbrook	88
5 A Escola de Frankfurt: Jürgen Habermas.....	95
Comunicação e ação comunicativa	98
Comunicação e comunidade ideal de comunicação	102
Comunicação e mídias de comunicação.....	107
Excurso sobre Dominique Wolton.....	113
6 Wiener, McLuhan e herdeiros: o paradigma midiológico	115
A Escola de Toronto: Innis e McLuhan.....	120
Genealogia da problemática	124
Os herdeiros de McLuhan: o êxtase da comunicação	130
Conclusão	139
Referências	145
Fonte das figuras	151



Figura 1 Charles Chaplin se exhibe para a multidão (Wall Street, 1918) – comunicação vertical mercantil e individualista.



Figura 2 Hitler discursa para seus correligionários (Dortmund, 1933) – comunicação vertical política e coletivista.



Figura 3 Manifestação de rua em favor da liberdade de expressão (Berkeley, EUA, 1964) – Comunicação horizontal democrática.



Apresentação

A comunicação sabidamente desempenha um papel fundamental na sociedade: o homem não vive sem comunicação. A capacidade de se relacionar coordenadamente com seus semelhantes representa para ele, desde os tempos primitivos, um elemento básico de sobrevivência e satisfação das necessidades, que há algumas décadas vem se tornando também um formidável campo de cuidado técnico e moral em nossa civilização.

Atualmente, a comunicação de fato está na ordem do dia: por toda a parte se fala dela e seus meios, seja em sentido positivo, como espécie de nova panaceia, seja por contraste, quando se visualiza na falta de entendimento um dos principais males da vida em sociedade (ver Breton, 1995; Neveu, 1994). A problemática da comunicação com os outros, da subjetividade cindida, sabemos hoje, é uma constitutiva da modernidade. O resultado disso é que a expressão, pouco a pouco, tornou-se fonte de reflexão no senso comum e em diversos ramos do conhecimento, passando a solicitar o esclarecimento conceitual de seu sentido e valor no contexto do pensamento contemporâneo.

O pequeno tratado que o leitor tem em mãos constitui, em síntese, uma espécie de curso básico de teoria da comunicação: trata-se de um texto escrito de forma didática, concebido como exercício de reconstrução dos fundamentos desse conceito, que se destina sobretudo àqueles que se iniciam neste campo de conhecimento. A sistematização que se ensaia nestas páginas se furta ao juízo crítico, deixando-o para mais tarde, na medida em que este, a despeito de sua premente necessidade, constitui tarefa que pressupõe, antes de tudo, o esclarecimento conceitual de sua própria temática.

A comunicação constitui valorativamente um tema de importância consensual, cujo conteúdo, no entanto, está longe de ter sido esclarecido, quando se passa à sua definição teórica. Em geral, a palavra tende a ser definida pelos meios, pelo uso e pelas aplicações: remete a uma multiplicidade de territórios raramente explicitada ou coerente entre si, servindo de passarela para diversas disciplinas, que tratam-na com enfoques na maioria das vezes divergentes, acentuados quando passamos das ciências humanas para as ciências naturais. No limite, a expressão não designa mais nada, transformando-se em simples rótulo, posto em um campo de estudos multidisciplinar, para o qual convergem ou se confrontam os mais diversos projetos de pesquisa, mas do qual não se tem o conceito (ver Sfez, 1992).

Nesse texto, a comunicação é tratada como categoria sociológica e filosófica autônoma, constitui conceito empregado em sentido restrito, designando um processo cultural que pode ser analisado e reconstruído com certa autonomia pelos meios do pensamento. As modalidades de comunicação pré-humana, verificadas nos diversos organismos vivos, bem como os processos de comunicação entre máquinas e entre máquinas e homens, não são consideradas, embora esteja clara a relevância do conteúdo tratado para a compreensão desta última problemática, pertencente, segundo nosso entender, ao campo de estudo das chamadas ciências cognitivas.

O projeto de uma teoria geral, ou seja, de construir um conceito de interação válido para todos os campos do saber, da biologia à economia (por exemplo, ver Neiva, 1991 ou Serrano, 2007), é criticado e posto fora de consideração. A comunicação constitui, em essência, um fenômeno cultural; representa um processo de relacionamento primário, ou não, que ocorre entre os seres humanos. Propriamente falando, não há comunicação biológica: referir-se assim é recorrer à pura força de expressão, estamos apenas tratando os processos naturais como se fossem processos de comunicação.

A matéria está dividida em seis partes, que procuram sistematizar as perspectivas filosóficas, conceituais e históricas do estudo da comunicação, conforme o ponto de vista das teorias da sociedade. A perspectiva explica porque se deixou de fora, por exemplo, o contributo teórico da Escola de Palo Alto (ver Winkin, 1981). A investigação também não trata de maneira específica da problemática das tecnologias e meios de comunicação, não distingue entre comunicação social e o que podemos chamar de *comunicação midiada*. As clivagens entre ambas sabidamente são cada vez menores, conforme demonstra o aparecimento e a difusão das

tecnologias interativas. Partimos, assim, do princípio de que tanto uma quanto outra devem ser compreendidas como manifestações do processo social da comunicação, do entendimento da comunicação como matéria de reflexão sociológica (ver Anderson e Meyer, 1988).

Considerando a expressão mais de perto, verifica-se que comunicação é um conceito histórico e polissêmico e que evoluiu, entre o século XIX e o XX, da designação do *conjunto de canais e meios de transporte* (“comunicações”) para o de *processo social de interação* e, finalmente, para o de *positividade formada pelas práticas, discursos e ideias instituídas à volta dos meios e técnicas de veiculação social de mensagens, das chamadas tecnologias maquinísticas de comunicação*.

De posse desse estatuto, a categoria, todavia, acabou perdendo o sentido de referência sociológica fundamental, de processo social primário, para deixar-se melhor apreender na figura de um dispositivo de poder/saber, que funciona na estrutura social, tendo nela efeitos diretos e indiretos, conforme se pode analisar em suas condições de emergência, em seus princípios de difusão, em seu regime discursivo e nas funções que ele assume em relação ao conjunto das práticas que com ele coexistem em um dado momento histórico (Rodrigues, 1990).

Segundo nosso ponto de vista, o conjunto de disciplinas e saberes que se ocupa e de certo modo ajuda a moldar, seja de forma crítica, seja de forma administrativa, esse domínio (ver Miège, 1995) – conjunto este formado pelas pesquisas e estudos interdisciplinares da comunicação (*communication research* ou *media studies* entre os anglo-saxões) –, constitui parte central do que podemos chamar, por sua vez, na falta de melhor expressão, e à moda alemã, de *publicística*. Afinal, “[...] a publicística não é senão o estudo científico [especializado] de todas as formas de comunicação pública[...]”, isto é, de todas as formas de interação humana que se revistam de um cunho coletivo, típico e institucionalizável, como diz Franz Dröge (1968, p. 154).

Assim entendida, a publicística compreende, mas não se confunde com a teoria da comunicação, partindo do suposto de que o estudo dessa última matéria não tem como foco nenhuma forma de interação específica, nem muito menos pode se limitar à troca especializada de mensagens criada pelas novas tecnologias de comunicação. Portanto, salienta com razão um estudioso da matéria que “[...] o termo comunicação deve ser reservado à interação humana, à troca de mensagens entre os homens, sejam quais forem suas formas e os aparatos intermediários empregados para facilitar o relacionamento a distância[...]” (McQuail, 1975, p. 41).

As reflexões teóricas sobre as comunicações midiadas costumam tratar essas comunicações como se não o fossem; abordam-nas, na maioria das vezes, como fenômeno político, econômico, cultural, etc., desprezando completamente sua dimensão comunicativa. Conforme veremos, não há nenhum problema grave nisso, mas, neste caso, não nos parece correto e legítimo situá-las no domínio das teorias da comunicação. Nessas ocasiões, encontramos-nos diante de programas de pesquisa cuja matriz, não obstante derivada das modernas teorias sociais, e por mais válido que seja seu enfoque, não tem qualquer preocupação com o componente comunicacional, dispensa toda reflexão em relação à matéria (exceção nesse sentido é a teoria social da mídia proposta por Thompson (1995)).

Para nós, essa separação dos estudos da comunicação midiada da problemática teórica da comunicação, embora metodologicamente legítima, costuma ser prejudicial, quando escapa à consciência reflexiva, uma vez que essa postura significa em geral não só a adoção implícita de modelos comunicativos hipersimplificados, de extração informacional, mas o bloqueio dos esforços de estabelecer a autonomia relativa da problemática de estudo da comunicação, que, embora falaciosamente, haviam caracterizado as reflexões derivadas da teoria da informação. Destarte, parece-nos válido supor que a reconstrução das matrizes teóricas da comunicação, embora possa não ser o melhor, constitui sem dúvida um expediente esclarecedor dos fundamentos conceituais da publicística.

A publicística, o estudo da mídia, não é uma ciência, mas um conjunto de saberes, de natureza multidisciplinar, cujos métodos de análise não têm qualquer especificidade, foram desenvolvidos pelos diversos ramos do conhecimento. A perspectiva não significa, contudo, que este campo não possa transcender sua dependência ideológica à dinâmica da comunicação midiaticizada, não possa construir conceitos teóricos, não possa desenvolver sua própria problemática comunicacional, como provam as visões sobre o tema constituídas no interior da teoria social. Afinal de contas, embora se preste cada vez mais ao emprego ideológico, a categoria em foco neste texto se apoia em última instância sobre um fato sociológico fundamental: o fato de que não há sociedade humana sem comunicação.

No século passado, tornou-se bastante claro que o diálogo público não é um processo secundário, mas uma dimensão constitutiva da realidade: os processos pelos quais as pessoas interagem simbolicamente constituem um dos principais meios pelos quais se forma e se transforma a sociedade. A comunicação é o processo através do qual tentamos fazer com que nosso mundo tenha sentido. Desse modo, terminou por desen-

volver-se, junto com a série de pesquisas sobre essa realidade, uma preocupação analiticamente distinta e cada vez mais específica com seu conceito, que permite que se reconheça hoje uma problemática teórica da comunicação no pensamento contemporâneo.

Partindo desse ponto de vista, o conceito de *teoria* é entendido aqui de maneira restrita; ele não se confunde com os chamados programas de pesquisa em comunicação, nem inclui os respectivos modelos metodológicos, como costumam fazer os tratados de publicística anglo-saxões e os que sob essa influência são escritos. Do nosso ponto de vista, os conceitos de *comunidade de recepção*, *newsmaking* ou *agenda-setting*, por exemplo, não têm significado teórico puro. Constituem construtos metodológicos de projetos de pesquisa empírica, cujo embasamento se encontra, no caso, ora em uma descrição etnográfica, ora em uma sociologia do conhecimento.

Neste texto, a expressão *teoria* refere-se, portanto, exclusivamente à reflexão conceitual sobre a estrutura e o sentido do que se chama de comunicação, seja no âmbito da teoria social, seja no âmbito da pesquisa filosófica. Os leitores interessados nos programas e modelos metodológicos de pesquisa em publicística estarão bem servidos, embora enganados pelos títulos quanto à verdadeira natureza do conteúdo, na medida em que, falando com propriedade, os livros em foco não tratam, em sua maior parte, das teorias da comunicação, procurando por esses programas e modelos em obras como as de Alsina (2001), Atallah (2000), Mattelart (1997), McQuail (1995), Santos (1992) e Wolf (1987).

A Semiótica, considerada por nós uma disciplina auxiliar da publicística e da teoria da comunicação, é deliberadamente deixada de fora deste texto. Em nosso modo de ver, essa disciplina representa um saber desprovido de autonomia material, do ponto de vista científico. A semiótica constitui uma metodologia de estudo dos discursos sociais, que se forma no cruzamento de conceitos provenientes da linguística, da filosofia e das teorias da sociedade. Para nós, fora deste contexto, essa disciplina pode ser um campo de interrogação epistemológica bastante sugestivo, mas parece muito difícil que chegue a contribuir para o conhecimento dos fundamentos da vida coletiva concreta e da interpretação da realidade social-histórica.

Objetivando compreender corretamente a semiótica, convém esclarecer primeiro, mesmo que não haja necessidade, a problemática teórica da comunicação, na medida em que essa última constitui uma das mediações pelas quais este ramo do saber se integra no campo da moderna teoria social e da pesquisa filosófica contemporânea. Em função disso, não é

para estranhar no texto a falta de referência à semiótica com que se tentou reconstruir o paradigma informacional e a própria problemática teórica da comunicação, notadamente à contribuição feita nos escritos mais conhecidos de Umberto Eco (1971, 1980; ver Fiske, 1990; Bettetini, 1994).

Finalmente, salientemos que as teorias da comunicação tradicionalmente não pretendem ser construções intelectuais totalmente autônomas. Conforme será indicado no texto, elas surgiram e se desenvolveram com o avanço da teoria social e do discurso filosófico. Por isso, o leitor que não está familiarizado com o conhecimento sociológico e filosófico deve estar ciente de que este é um texto concebido como roteiro de estudo específico e que, para ser devidamente aproveitado, deve ser trabalhado em conjunto com as referências listadas no final do livro.

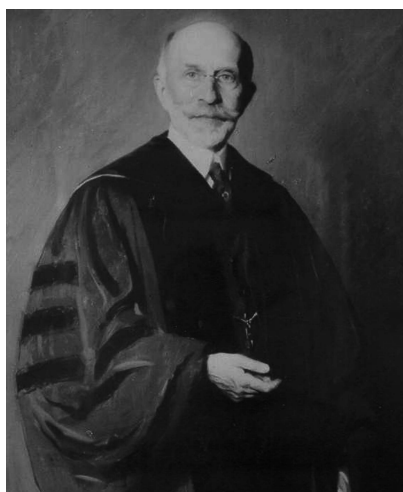


Figura 4 Albion Small.



Figura 5 Gabriel Tarde.

Fundamentos gerais da problemática teórica da comunicação

A comunicação começou a se desenvolver como matéria de reflexão somente em princípios do século passado, por volta de 1900. Isso se deve em grande parte ao impacto causado pelo surgimento das novas tecnologias de comunicação. Nos séculos XVIII e XIX, a expressão raramente era problematizada, referindo-se, sobretudo, aos meios de transporte e suas vias de circulação: caminhos, estradas, canais, embarcações, diligências, ferrovias, etc. Durante as três primeiras décadas do século passado, o campo que, em seguida, passaria a ser ocupado pela comunicação era agenciado com o termo *propaganda* (ver Sproule, 1997).

Apenas depois o desenvolvimento dos novos meios de comunicação, a começar pelo telégrafo, e que podem ser descritos, em termos sumários, como canais de transmissão, circulação e recepção de sinais significantes, transformou de maneira radical o significado da expressão, que passou a designar, antes de tudo, o intercâmbio tecnologicamente mediado de mensagens na sociedade (ver Mattelart, 1994; Peters, 1999).

Entretanto, comunicação social e meios de comunicação, não obstante se confundam cada vez mais em nosso tempo, tendam a convergir no âmbito de uma civilização maquinística, não são a mesma coisa do ponto de vista analítico e originário. As noções remetem a problemáticas de estudo que não se reduzem uma à outra na esfera do saber, embora haja postulações contrárias, feitas pelos novos teóricos dos meios e das materialidades da comunicação (ver Capítulo 6).

A comunicação, não resta dúvida, tornou-se campo de reflexão teórica para o pensamento em virtude do formidável desenvolvimento das tecnologias de comunicação verificado no século XX. As ciências humanas não pas-

saram a se preocupar com o tema apenas por razões científicas mas, sim, porque ele se tornou fonte de diversos tipos de cuidado social. A formação da esfera comunicativa moderna, que se estruturou com o nascimento dos modernos meios de comunicação, provocou o surgimento de uma série de fenômenos novos, no contexto dos quais esses meios tornaram-se cada vez mais poderosos, despertando a preocupação das mais diversas disciplinas do conhecimento humano para com a comunicação.

“No século XX, o aparecimento acelerado de novas mídias engendrou uma pressão para que fosse feita sua reflexão teórica e pesquisa empírica [...]”. Contudo, não devemos esquecer que “[...] a comunicação é um campo de experiência analiticamente autônomo em qualquer sociedade e, por isso, possui seu direito a um estudo próprio [...]” (Poster, 1990, p. 8).

Na segunda metade do século XIX, Herbert Spencer (1820-1903) e Albert Schäffle (1831-1903), entre outros, retomaram o entendimento de que a sociedade deveria ser vista como um organismo, sugerido originalmente por Herder (†1803), abrindo caminho para a concepção segundo a qual a linguagem e seus meios de comunicação podem ser vistos como, respectivamente, a sua substância e os canais que ligam seus participantes. Ainda antes, porém, já havia aparecido o entendimento de que as comunicações respondem às necessidades da vida nacional: elas nos ajudariam a enfrentar o problema do isolamento, quando essa vida começa a se expandir territorialmente, devido ao desenvolvimento do comércio e, sobretudo, do aparato de estado, como defendeu Karl Knies, em *Der Telegraph als Verkehrsmittel* em 1857 (ver Hardt, 2001).

Nos Estados Unidos, Albion Small (1854-1926) apropriou-se dessas ideias para com base nelas esboçar o primeiro tratamento sistemático e organicista do problema da comunicação em sua *Introdução ao estudo da sociedade* (1894). Segundo o sociólogo norte-americano, com efeito, a sociedade deveria ser vista como um sistema de órgãos, onde cada indivíduo é uma célula em contato direto ou indireto com todas as demais. Os símbolos materiais transportam nossas ideias, através de veículos ou canais, como os correios e jornais, que formam uma rede de comunicação. As pessoas, portanto, “[...] são uma célula terminal ou um órgão final de todas as linhas de comunicação, que se irradiam a partir delas para [formar] a sociedade [...]” (Small, 1894, p. 215).

Gabriel Tarde (1843-1904), em contraponto, foi pioneiro na Europa, vendo o assunto por um ângulo culturalista, ao analisar o problema da *conversa*ção, conforme costume fixado no princípio dos tempos modernos (século XVI). Ainda em 1898, ele diz que as comunicações dife-

rem segundo a natureza dos participantes, seu grau de cultura, sua condição social, sua profissão e suas crenças. Também diferem quanto à natureza da temática, que se estende da fofoca à reflexão pessoal, passando por todo o tipo de problema cotidiano e discurso especializado. O fundamento ou ponto de partida, em todo caso, resume-se ao “[...] diálogo sem utilidade direta e imediata, em que se fala sobretudo por falar, por prazer, por distração, por polidez [...]” (Tarde, 1992, p. 95).

A conversação se encontra sujeita ou se nutre de várias fontes, constituindo, por isso mesmo, uma espécie de mediação cotidiana do conjunto das relações sociais, da difusão de ideias e da formação das condutas que têm lugar na sociedade.

Do ponto de vista linguístico, a conversação conserva e enriquece as línguas, se é que não estende seu domínio territorial; ela suscita as literaturas e, em particular, o drama. Do ponto de vista religioso, é o meio de apostolado mais fecundo, difundindo sucessivamente os dogmas e ceticismos. Não é tanto através das pregações, mas das conversações, que as religiões se estabelecem ou se enfraquecem. Do ponto de vista político, a conversação é, antes da imprensa, o único obstáculo aos governos, o abrigo inexpugnável da liberdade; cria as reputações e os prestígios, determinando a glória e, através dela, o poder. Tende a nivelar os conversadores assimilando-os e destrói as hierarquias à força de exprimi-las. Do ponto de vista econômico, uniformiza os juízos sobre a utilidade das diversas riquezas, cria e especifica a ideia de valor, estabelece uma escala e um sistema de valores (Tarde, 1992, p. 129).

O desenvolvimento dos meios de comunicação teria sido anódino para a vida social; certamente não exerceria profunda e duradoura influência em nosso modo de ser, se não houvesse a conversação. Entretanto, devemos reconhecer também que a comunicação social deixou de ser a mesma com esse acontecimento. O processo em questão, ao mesmo tempo, transformou, enriqueceu e nivelou a conversa das pessoas, unificando-a no espaço e acelerando-a no tempo. Com o passar dos anos, a publicidade organizada acabou “[...] impondo aos discursos e às conversações a maior parte de seus temas cotidianos [...]” (Tarde, 1992, p. 89).

Desde então, a comunicação tornou-se objeto de crescente interesse intelectual, para não falar do que foi em termos de investimento econômico, político, militar e tecnológico, mas o fenômeno, constatado já no início do século passado, não autoriza supor, porém, que este último aspecto criou o fenômeno, como pretendem desde então seus diversos propagandistas. As novas tecnologias vêm desempenhando um papel importantíssi-

mo no desenvolvimento da comunicação, mas ele não deve ser superestimado: precisa ser compreendido mais modestamente, como momento de expansão dos canais de contato social ou de diálogo público que ocorre na sociedade, como viram, cada um a seu modo, os pioneiros Small e Tarde.

As comunicações não devem ser confundidas sem mais com a comunicação: este termo deve ser reservado à interação humana, à troca de mensagens entre os seres humanos, sejam quais forem os aparatos responsáveis por sua mediação. A comunicação representa um processo social primário, com relação ao qual os chamados meios de comunicação de massa são simplesmente a mediação tecnológica: em suas extremidades estão sempre as pessoas, o mundo da vida em sociedade.

O poder da mídia... é correlato ao seu funcionamento como suporte prático de um modo de objetivação da mediação simbólica que constitui o sistema sociocultural. Liga-se à produção narrativa que ele organiza [...], mas nessa função fundadora do campo social a mídia entra em concorrência e, no mais das vezes, em contradição com outros rituais, outros relatos e outros processos de objetivação [daquela mediação] (Queré, 1982, p. 154).

Em função disso, o tratamento desses meios como se fossem os criadores do fenômeno constitui uma espécie de falsa consciência, que só serve aos controladores da coisa e em nada contribui para o esclarecimento do problema. Neste caso, confunde-se consciente ou inconscientemente os órgãos com a função; toma-se o meio técnico pelo processo social; chega-se à tese mcluhaniana de que o meio é a mensagem: precisamos compreender os meios em vez de compreender a comunicação. Conforme resume com bom motivo um crítico da matéria, “[...] a redução em verdade aberrante do fenômeno *comunicação humana* ao fenômeno *meios de comunicação* constitui um caso de conversão intencional da razão[...]” (Pasquali, 1976, p. 11).

Na verdade, convém ter claro, em primeiro lugar, que os chamados meios de comunicação de massa não se esgotam em sua função comunicativa, não precisam ser necessariamente tratados conforme esta perspectiva: as mídias constituem realidade social complexa, que pode ser tematizada de vários pontos de vista, desde simples empresas, ou negócios, a máquinas de propaganda, passando pela condição de parte da chamada indústria da cultura.

Em segundo lugar, convém distinguir as técnicas dos processos de comunicação: a publicidade e o jornalismo, por exemplo, não são comunicação, mas técnicas ou artes que empregam os meios de comunicação. Tendo isso em mente, é preciso compreender, enfim, que tanto essas técnicas quan-

to os meios de que dispõem, embora façam parte da realidade concreta dos processos de interação comunicativa verificados em nosso tempo, só podem ser estudados conforme esse ponto de vista quando se esclarece antes qual é a estrutura, o sentido e a função da comunicação na sociedade.

Epistemologicamente falando, a disciplina encarregada de desenvolver esse programa de pesquisa constitui uma teoria da comunicação (ver Anderson, 1996), que não devemos confundir, porém, com uma ciência, como se pretende em certo paradigma de pensamento. A comunicação não é uma ciência, mas um campo de estudo multidisciplinar, cujos métodos de análise não têm qualquer especificidade e foram desenvolvidos pelos diversos ramos do conhecimento filosófico, histórico e sociológico. O conceito de campo não dispõe de autonomia teórica: necessita ser pesquisado no quadro das teorias da sociedade ou da reflexão filosófica.

Entretanto, na publicística e em parcelas expressivas da pesquisa social empírica, não foi nesse quadro que se buscou durante muito tempo a fundamentação teórica do estudo da comunicação. A Escola de Chicago foi vanguarda em investigar o assunto, mas acabou eclipsada, durante muito tempo, por outras correntes de pensamento. No âmbito teórico da comunicação, o paradigma dominante por várias décadas, poucas vezes posto em questão e mais geralmente empregado, foi o chamado modelo de Shannon e Weaver (Wolf, 1987, p. 107).

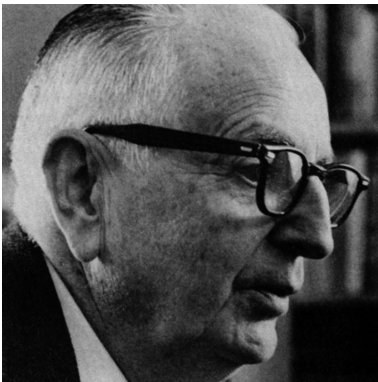


Figura 1.1 Warren Weaver.



Figura 1.2 Claude Shannon.

O PARADIGMA DE SHANNON E WEAVER

Conforme fizemos notar, a reflexão teórica sobre a comunicação nasceu em virtude da crescente preocupação com o impacto social da chamada revolução nas comunicações, mas é da cibernética e de suas necessidades mais imediatas de orientação conceitual que provém seu primeiro modelo de referência. Em meados do século passado, as pesquisas sobre a natureza e o impacto dos chamados meios de difusão de massas haviam-se posto em marcha, a propaganda tornara-se matéria de segurança nacional e os estudos sobre a linguagem a haviam redefinido como estrutura de comunicação, revelando, isso tudo, a necessidade de fundamentar teoricamente não só o conceito, mas o próprio campo de estudo da comunicação. A solução do problema foi encontrada por muitos no modelo teórico proposto, mais ou menos à mesma época, por Claude Shannon (1916-2001) e Warren Weaver (1894-1978).

Shannon e Weaver contam-se entre os ciberneticistas de primeira hora e com base em suas doutrinas conceberam uma teoria geral da comunicação que, embora contribuindo para confundir sua problemática com a problemática tecnológica dos *mass media*, não somente serviu durante muito tempo de paradigma conceitual desse campo de estudo, como teve a pretensão de tornar-se a base para a construção de uma ciência da comunicação. A denominada teoria matemática da informação permitiu-lhes desenvolver o conceito da coisa como processo de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor que, dado o cunho puramente formal, tornou possível seu emprego nos mais diversos ramos do conhecimento.

A teoria matemática da comunicação é tão geral que não é preciso estabelecer quais são as espécies de símbolos em jogo, sejam elas letras ou palavras escritas, notas musicais, palavras faladas, música sinfônica ou pinturas. As relações que ela revela se aplicam a todas estas e a outras formas de comunicação. A teoria é motivada tão imaginativamente que chega a operar no próprio âmago do problema da comunicação [...] (Weaver, 1980, p. 47).

Para os autores, a problemática da comunicação pode ser equacionada em três níveis: o técnico, o semântico e o pragmático; resolvendo-se o primeiro, soluciona-se o conjunto. O problema semântico refere-se ao significado das informações; o problema pragmático refere-se à capacidade de as informações modificarem o comportamento das pessoas: podemos reduzi-los, porém, ao problema da precisão com que se

processa a transmissão de informações do emissor para o receptor, na medida em que se compreende por informação todo sinal capaz de provocar reações no comportamento de um dado sistema. Em outros termos, a problemática da interação se reduz ao problema da transmissão de informação, tem a ver com o estabelecimento das condições necessárias para a otimização da transferência de mensagens do emissor para o receptor, diz respeito à capacidade de o canal conduzir as informações sem ruído para o destinatário, capacidade essa que é passível de definição técnica.

Visando entender essa perspectiva, precisamos levar em conta que os autores se movimentam no campo da cibernética, da engenharia de sistemas de comunicação entre máquinas, dentro da qual se pretendeu, e às vezes ainda se pretende, colocar prática e teoricamente todos os problemas da comunicação. Eram (1949) engenheiros empregados em uma grande companhia de telefonia norte-americana, que estavam envolvidos com problemas práticos e endossavam muitas das ideias então postas em circulação por Norbert Wiener. A sua principal preocupação, portanto, voltada sobretudo para as condições que presidem à transmissão de sinais entre máquinas, era com o cálculo da quantidade de informação que pode ser posta em um determinado canal físico de comunicação.

No espírito da primeira cibernética, eles tratam a informação como uma forma de organização, cada vez mais controlável e eficaz, que pode ser enfocada de um ponto de vista maquinístico e sistêmico. O contexto e o conteúdo da informação lhes parecem totalmente sem importância, o que não era o caso do criador daquele pensamento (ver Breton, 1995). O problema que a eles se coloca é como transmitir a máxima quantidade de informação no menor tempo possível e com a máxima fidelidade, valendo-se para tanto de conceitos físicos e matemáticos do que se conveniou chamar de *Teoria da Informação*.

A Teoria da Informação é uma teoria desenvolvida exclusivamente ao nível sintático da comunicação, ou seja, uma teoria que se ocupa apenas da forma das mensagens, da quantidade de informação que tais mensagens transmitem, sem se preocupar com o valor, o significado ou a utilidade de tais mensagens. Não interessa em si o conteúdo dos sinais, nem principalmente o assunto a que tais sinais se referem, mas sim o campo estatisticamente construído pelos sinais transmitidos, e nesse campo fundamentalmente a quantidade da informação (Azevedo, 1971, p. 111).

Neste enfoque, a comunicação deve ser representada como um sistema de transmissão de informações, que pode ser esquematizado graficamente da seguinte maneira:

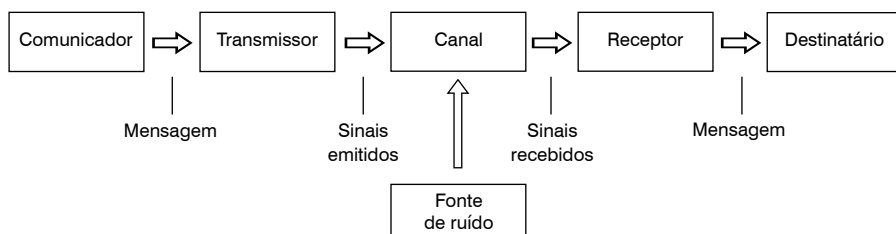


Figura 1.3 Esquema do sistema de transmissão de informações.

O *comunicador* (a fonte) de informação representa o sujeito que elabora a mensagem, determinando quais são os elementos do repertório disponível que podem ser transmitidos em cada circunstância. O *transmissor* é o suporte técnico através do qual a mensagem é transformada em um sinal, e o *canal*, o meio pelo qual se passa o sinal da fonte para o destinatário. O *receptor* constitui uma espécie de transmissor ao inverso, que decodifica tecnicamente o sinal recebido, possibilitando que ele chegue ao *destinatário*. A *interferência* ou *ruído* é criada por todos os fatores que, embora não pretendidos pela fonte, acrescentam-se ao sinal durante o processo de transmissão. O *feedback* representa, enfim, um mecanismo que permite à fonte controlar o modo como o receptor está recebendo as informações: é o mecanismo de realimentação do sistema.

As mensagens são concebidas, neste modelo, como pacotes de informações, conjuntos sucessivos de unidades físicas, que conservam ou modificam a ordem vigente em um dado sistema. O significado não importa; é uma variável cujo valor é dado por esta capacidade de organização, pela capacidade de manter ou reduzir o grau de entropia deste sistema. O conceito de entropia diz respeito, de forma simples, à tendência à desordem no arranjo dos elementos que ocorre em todo sistema físico. O processo de informação visa precisamente a conter tal tendência, conservar ou modificar o nível de organização deste sistema, evitando que o grau de entropia cresça e o leve ao ponto de dissolução, como postula o segundo princípio da termodinâmica.

Por isso, o conceito de informação pode ser definido aqui como todo sinal físico introduzido em um dado sistema e capaz de reduzir seu grau de entropia, caracterizando-se, portanto, pela sua novidade. Simplificando, podemos dizer que constitui informação todo conteúdo novo veiculado em um sistema por dada mensagem com o objetivo de manter seu funcio-

namento. Conforme essa perspectiva, falaremos por outro lado em redundância toda a vez em que certos sinais forem repetidos com a finalidade de assegurar o processo de redução do grau de incerteza ou entropia de um sistema. A redundância visa a neutralizar os possíveis efeitos de uma fonte de ruído no canal; objetiva garantir que a informação transmitida chegará ao receptor, surtindo os devidos efeitos no sistema de destino.

Depois disso, o esquema passou a ser amplamente empregado como fundamento do que, em certos meios, se convencionou chamar de ciências da comunicação. Nos Estados Unidos, Wilbur Schramm, adaptou-o aos princípios do funcionalismo sociológico, ainda no começo dos anos de 1950. Na Europa, todavia, não foi menor sua boa acolhida, como se pode avaliar mencionando, ainda que brevemente, nomes como os de Umberto Eco (✱1932-) e Abraham Moles (1929-1992).

Moles, engenheiro francês de vasta ambição intelectual, explorou o modelo em perspectiva, propondo-se a fundamentar com ele o que chamou de ecologia das comunicações: isto é, a pesquisa e o conhecimento das redes de interação entre homens e máquinas, “[...] do seu desenvolvimento, de suas conexões, e da importância que esse conhecimento tem nos atos e nas condutas humanas, senão nas condições de vida e de agrupamento dos seres humanos [...]” (Moles, 1975, p. 234). Eco, filósofo e semioticista italiano, não ficou atrás, empregando-o para esclarecer teoricamente as condições objetivas em que ocorrem os processos de semiose (geração de sentido) em uma cultura, visto que, se é certo que esses processos, concretamente, dependem da comunicação, não é menos certo que, logicamente, “[...] todo processo de comunicação entre seres humanos pressupõe um sistema de significação como condição necessária [...]” (1980, p. 5-6).



Figura 1.4 Umberto Eco, Festival de Literatura de Mantua, 2004.

As necessidades criadas com a aplicação desse modelo à interação social levaram a que se fizesse pequenas adaptações em sua proposta original, em vez de se estudar mais a fundo o que estava em jogo e se punha em reflexão no pensamento cibernético. A problematização filosófica e histórica contida neste foi ignorada, e o que ficou foi seu verniz de sistema científico. “O conceito de informação mostrou-se difícil de definir... [e terminou associado à ideia de] capacidade de reduzir a incerteza na conduta humana[...]” (McQuail, 1995, p. 248).

Por isso, acrescentou-se ao esquema o conceito de código, para se entender com ele o elemento responsável pela transformação da informação em mensagem. As mensagens são entidades dotadas de conteúdo semântico, que precisam ser organizadas, não só para serem veiculadas em um canal, mas também para serem recebidas pelo seu destinatário. Os códigos de envio e recepção de mensagens constituem, no caso, os procedimentos que permitem a transmissão de informações entre os participantes de um processo comunicativo. Baseando-nos na análise de em que medida são compartilhados, podemos prever em que grau o conteúdo informativo das mensagens será decodificado pelo destinatário. A receptividade da mensagem, afinal de contas, não é senão a capacidade de entendimento dos destinatários relativamente ao repertório de símbolos disponíveis pela fonte (Weaver, 1980, p. 48).

Os motivos para entender por que esse modelo tornou-se tão influente no campo de estudos que estamos tratando não são difíceis de perceber, quando se nota a facilidade com que permitiu esquematizar a relação entre homem e máquina, que desde o princípio constituiu o núcleo das principais tendências da pesquisa em comunicação. Em pouco tempo, tornou-se claro que suas proposições podiam ser empregadas sem o respectivo referencial matemático. O modelo podia valer para a generalidade dos processos de interação, reservando-se os termos fonte e destinatário para os seres humanos, e os termos transmissor e receptor para os meios técnicos; fazendo-se pequenas modificações, principalmente no tocante ao conceito de código, reinterpretado como sistema de regras culturais capaz de conferir determinado sentido aos sinais transmitidos pelo sistema de comunicação.

Os aspectos mais técnicos da teoria matemática da comunicação (o conceito de entropia, o próprio conceito de informação) desapareceram ou foram postos de lado; o que permaneceu foi a forma geral do esquema que – graças à sua essencialidade, à sua simplicidade – se transformou num sistema comunicativo geral (Wolf, 1987, p. 104).

Em termos mais amplos, porém, a principal razão para a aceitação do modelo foi sua própria concepção norteadora, que casou perfeitamente com

o entendimento instrumental dos processos comunicativos vigente em nossa sociedade. Segundo o mesmo modelo, os comportamentos comunicativos têm como objetivo obter uma dada reação ou conduta das pessoas. O paradigma em foco, noutros termos, serviu à concepção conforme a qual nosso objetivo básico na comunicação “é tornarmo-nos agentes influentes, é afetarmos os outros, nosso ambiente físico e nós próprios, é tornarmo-nos agentes determinantes, é termos opção no andamento das coisas. Em suma, nós nos comunicamos para influenciar – para afetar com intenção [...]” (Berlo, 1966, p. 20).

O conceito de informação nasceu no contexto de descoberta das telecomunicações e da expansão das formas tecnocráticas de gestão da sociedade. Em certo sentido, pode-se dizer que foi concebido para servir de matriz teórica de importante parcela da chamada pesquisa administrativa, para a qual convergiram os poderosos interesses dos monopólios de comunicação, dos partidos políticos, das forças armadas, das agências de publicidade e do aparato de estado, durante várias décadas do século XX (Mattelart, 1994, p. 58-89).

A perspectiva teórica em que se insere é correlata a uma sociedade em que é comum “[...] o desejo de estender controle, influência e poder sobre amplas distâncias e maiores populações[...]” (Carey, 1988, p. 43) e, assim, não devemos nos surpreender com o fato de que, nela, encontremos sobretudo os objetivos técnicos de calcular o rendimento dos processos de transmissão de informação, sanar os prejuízos passíveis de ocorrer durante sua veiculação e controlar a maneira como a mensagem é recebida pelo destinatário. O emissor é visto como ponto de partida e referência básica que comanda não apenas o comportamento do receptor, mas todo o processo da comunicação. Em suma, constatamos nessa perspectiva uma série de proposições extremamente convenientes para todos aqueles a quem o processo de divisão do trabalho reservou a função de gestores dos complexos tecnológicos surgidos em nosso tempo e que permite considerar este modelo uma espécie de reflexo ideológico dos primórdios da terceira revolução industrial, que se baseia nas tecnologias destinadas a recolher, processar, transmitir e armazenar informações.

CRÍTICA AO MODELO INFORMACIONAL

Embora as investigações acerca da comunicação humana e os estudos de mídia tenham-se nutrido em muito desse modelo, ele entrou em crise e acabou esgotado em seu potencial de estímulo e em sua capacidade de fundamentar esses campos do saber contemporâneo por volta de 1970. Atual-

mente, acontece, sim, uma reaparição da ideia de que "[...] comunicação refere-se ao transporte de conteúdos codificados de um ponto para outro do sistema social [...]" (Lash, 2002, p. 203). O contexto, todavia, é novo, conforme se indica no último capítulo deste livro. Entrementes, os progressos verificados nos programas, a modificação das problemáticas, a contribuição trazida pela hermenêutica, mais as descobertas empíricas, o desenvolvimento da interdisciplinaridade e a própria reflexão crítica realmente solaparam as bases em que se sustentava a hegemonia da abordagem informacional de primeira hora como chave de explicação teórica da comunicação.

Na década de 1970, pesquisadores chegaram à conclusão de que o referido modelo

se contenta em formalizar um dado empírico, a abstração da evidência e da realidade vivida; isto é, as categorias ideológicas sob as quais se expressa certo tipo de relação social, precisamente aquela na qual um fala e o outro não, na qual um escolhe o código e o outro tem a liberdade de submeter-se ao mesmo, ou abster-se (Baudrillard, 1974, p. 215).

As investigações revelaram para um grupo cada vez maior de estudiosos que o paradigma teórico da informação não constituía um modelo adequado para fundamentar seu campo de análise. Os conceitos informacionais não davam conta dos diversos processos da comunicação. As sociedades humanas não definem seus padrões de interação em função das tecnologias de informação de que dispõem, mas pelos princípios de interação que lhes são peculiares. Isto é, pelos dispositivos simbólicos ou sistêmicos acionados para engendrar, validar e reproduzir os conhecimentos técnicos, mandatos morais e valores motivacionais da ação social.

A comunicação é uma relação fundamentalmente intersubjetiva; enraíza-se na experiência particular e singular dos interlocutores, fazendo apelo tanto à experiência individual como à experiência coletiva que entendem pôr em comum [...] (Rodrigues, 1994, p. 22).

e, por isso, remete a uma "[...] competência prévia não só ao conteúdo concreto e ao sentido das suas manifestações mas também ao valor informativo das mensagens que os sujeitos trocam entre si [...]" (Rodrigues, 1994, p. 22-27).

Consequentemente, a categoria pouco a pouco terminou escorregando para outro território de inscrição, passando a designar a variedade de maneiras através das quais os homens relacionam-se não somente

Figura 1.5 Bell Laboratories, 463 West Street, Nova York, 1925/1960.



entre eles, mas também com as estruturas socioculturais que tornam possível essa comunicação. Nas palavras de um crítico do velho modelo, passou-se a aceitar como regra geral que:

A comunicação não é a informação, mas seu tratamento por uma série de operações, relacionada com a realização de objetivos e a interação social, num contexto de ação que é, ao mesmo tempo, estético (ao vincular a nosso desejo o material dado, reempregando-o à sua maneira), polêmico (ao apropriar-se das informações para apoderar-se de um saber, por mais parcial que seja) e ético (ao restaurar um espaço de liberdade, defendendo a própria autonomia) (Certeau, 1994, p. 180).

Durante o período de vigência do paradigma tecnocêntrico, estabeleceu-se uma espécie de fetichismo em torno do chamado modelo teórico da comunicação. Os processos de interação foram reduzidos à pura e simples transmissão de mensagens de um emissor para um receptor. O fenômeno foi subsumido a uma construção formal, “[...] de onde est[avam] excluídos de pronto a reciprocidade, o antagonismo entre os participantes ou a ambivalência de seu intercâmbio [...]”, observa ainda Jean Baudrillard (1974, p. 221).

Os conceitos de comunicador e receptor foram coisificados, perdendo seu sentido humano, prático e social. Dessa forma, esses conceitos não designam pessoas, mas funções que são executadas dia a dia, vivendo em so-

cidade. O ponto de vista técnico foi superestimado e concedeu-se primazia aos veículos e canais de comunicação, esquecendo-se que a comunicação, por hipótese, não pode ser mediada apenas pela técnica, constituindo também um processo de interação social mediado simbolicamente. Em síntese, a comunicação terminou sendo reduzida aos modelos lineares do ideário cibernético e enquadrada na sua concepção positivista de ciência.

Derrida (1975) esclareceu os fundamentos filosóficos do problema em sua crítica do conceito de comunicação, devedora da redução do mesmo aos esquemas da teoria da informação, às proposições do paradigma de Shannon e Weaver. Conforme o filósofo chama a atenção, o conceito em questão tem, nessa visão, um cunho profundamente idealista; constitui uma espécie de sucedâneo positivista de um conjunto de noções legado pela história da metafísica, na medida em que:

Implica a transmissão encarregada de fazer passar, de um sujeito para outro, a identidade de um objeto significado, de um sentido ou de um conceito separáveis de direito do processo de passagem e da operação significante. A comunicação pressupõe sujeitos (cuja identidade e presença estejam constituídos antes da operação significante) e objetos (conceitos significados, um sentido pensado que a passagem não tem nem que constituir nem, de direito, transformar). A comunica B a C. Pela mensagem, o emissor comunica qualquer coisa a um receptor (Derrida, 1975, p. 33).

A concepção é flagrantemente idealista, porque se os sujeitos que participam desse processo constituem mundos individuais e distintos, cujo contato se realiza por um canal, por sua vez estranho à sua natureza, não pode haver pura e simples transmissão de informações entre eles: o conteúdo das mensagens muda de identidade em cada estágio da comunicação.

A comunicação envolve de certo o transporte de informações, mas isso não significa que o conteúdo delas permaneça inalterado durante todo o processo, na medida em que a própria identidade do receptor se modifica ao receber as mensagens. Os processos comunicativos constituem, por conseguinte, processos em que não somente se produz a alteridade, como se transforma a própria identidade dos participantes.

A linguagem humana, em outros termos, não é um mero meio de ação intencional, possui também um aspecto plástico, representando “[...] uma força figurativa e estruturante, que constitui tanto o sujeito que fala quanto aquele a quem esta fala se destina [...]” (Poster, 1990, p. 14).

Conforme tem sublinhado a pesquisa, a linguagem é uma forma de vida, além de um meio de comunicação; não veicula conteúdos psíquicos, embora seja peça para sua elaboração; não é codificada para trans-

mitir mensagens, sendo antes elemento estruturador das formas sociais (instituições) (ver Eraly, 2000).

A contraposição entre comunicação e informação, por isso mesmo, aliás, é falaciosa; não é com ela que se pode redimir o conceito da primeira, reconstruir a problemática teórica da comunicação, como pretendem alguns pesquisadores. Segundo Pasquali (1976, p. 47), por exemplo, “[...] só há verdadeira comunicação em caso de ação recíproca e autêntica entre agente e paciente, em que cada interlocutor fala e é escutado, recebe e emite em condições de igualdade (dialética do diálogo) [...]”. A comunicação é um processo dialógico e interativo, enquanto a informação, sim, seria um processo unidirecional e instrumental, em que o comunicador controla o receptor.

O problema todo com essa visão é que, com ela, permanecemos em um sistema idealista, estabelecendo, em última instância, uma distinção entre comunicação e comunicação verdadeira. A comunicação pode ser vista sem problema como um processo intencional, desde que corretamente entendida, na medida em que não é reduzida a mera transferência de informação. O fundamento do processo transcende a trocas de mensagens e, por isso, não é certo que o primeiro cuidado seja sempre transmitir determinadas ideias: pode ser julgar a reação do público em volta, expressar um estado interior ou mesmo praticar uma violência. A transferência de mensagens constitui apenas um momento de um processo mais amplo, de cunho social, histórico e simbólico, que possui múltiplas modalidades.

O processo também não requer o contato direto e dialógico entre as pessoas que dele fazem parte, na medida em que a veiculação dos simbolismos que o tornam possível através do tempo e do espaço representa em si mesmo um movimento gerador de novos contextos de interação. A comunicação tem o poder de mobilizar as faculdades de entendimento e engajar as pessoas em suas estruturas de sentido, mesmo que as pessoas não se façam presentes diretamente.

Quando Ciro Marcondes Filho (2004, p. 15) critica a sociedade da comunicação que teria se estabelecido com as comunicações de massa, caracterizando-a como fraude, visto que, segundo o autor, “[...] atualmente nos comunicamos muito pouco e em raras ocasiões [...]”, lança mão de uma concepção normativa a seu respeito, que até pode nos ser simpática como opinião, mas tem pouco alcance teórico, filosófico e sociológico. Para o autor, a comunicação se divide em autêntica e inautêntica, só tendo a ver com a primeira classificação quando é “[...] criação de um ambiente comum em que os dois lados participam e extraem de sua participação algo novo, inesperado, que não estava em nenhum de-

les e que altera a estrutura anterior de ambos, apesar de as diferenças individuais se manterem [...]” (ver Marcondes Filho, 2008).

Eventualmente válida para certos contextos específicos de comunicação, se endossada pelos protagonistas, essa definição padece de um evidente decisionismo, uma vez convertida em base para uma teoria ou mesmo para uma reflexão crítica sobre a comunicação. Como qualquer processo social, a comunicação não está a salvo de ser impugnada pelos seus participantes, de, em um ou em outro caso, não ser vista ou definida como tal processo (“comunicação”), e disso dá exemplo o próprio texto que comentamos. Porém, teoricamente, convém evitar a projeção abstrata desse tipo de juízo imanente e, portanto, parcial para todo o seu espaço de abrangência, quando se trata de encontrar sua definição do ponto de vista filosófico e sociológico.

De todo modo e a despeito de conservar simpatias e potencial de estímulo que não perdeu a força (ver Bolter; Grusin, 1999; Crowley; Mitchell, 1994; Lash, 2002), verifica-se que o paradigma derivado da teoria da informação é portador de uma série de déficits, passíveis de resumo nos seguintes termos:

1. *Déficit filosófico*: As tentativas de fundamentação teórica da comunicação em um modelo circular, mas linear, que explica o fenômeno através dos conceitos da cibernética, conduzem a equívocos. Os projetos nesse sentido reduzem seu objeto a aspectos que pertencem a apenas uma de suas formas, terminando por confundir a comunicação com o processo de captação, envio e recepção de mensagens. A comunicação, na verdade, subentende a permanência de um processo de reconhecimento, retomada, criação e recriação social da linguagem e dos simbolismos vigentes em dada cultura que transcende toda técnica especializada. A transmissão de mensagens é apenas uma das facetas de uma realidade antes ligada a termos como participação, compartilhamento, associação, companheirismo e posse de uma mesma crença [...], dependente muito mais da manutenção da sociedade no tempo do que da difusão de mensagens no espaço, muito mais da representação de crenças comuns do que da geração de informação[...] (ver Carey, 1989, p. 13-36).
2. *Déficit analítico*: O paradigma informacional clássico não só reduz o processo à transmissão de mensagens, como propõe uma análise sequencial e fragmentada da comunicação, ao menos em sua formulação clássica. O processo é concebido como uma série

de procedimentos limitados no tempo e de componentes rigidamente separados no espaço. O comunicador, a mensagem, o canal, o receptor e o destinatário constituem entidades atomizadas e autossuficientes, que intervêm em momentos específicos do processo. O comunicador (emissor) é visto como um sujeito ativo, que emite estímulos, e o receptor como sujeito passivo, que os recebe e reage, como se tudo fosse uma relação de causa e efeito, controlada pelo primeiro através de mecanismos de *feedback*. Entretanto, verifica-se que na comunicação acontece

[...] um processo de interação na qual os participantes, o conteúdo e o cenário estão relacionados e precisam ser levados em conta de maneira integrada, para que sua performance faça sentido [para os interlocutores] [...] (Anderson; Meyer, 1988, p. 34).

3. *Déficit histórico*: O paradigma informacional clássico desenvolveu uma concepção puramente técnica e instrumental da conversação social, a qual se baseia em esquemas formais desprovidos de historicidade, que se pretendem válidos para todas as épocas. A comunicação é concebida como processo isolável e independente, passível de segmentação no tempo e abstração espacial, que dispensa todo o tipo de contextualização que não a tecnológica. Em outros termos, o modelo procede a um total esvaziamento da dimensão histórica e sociocultural da comunicação. Entretanto, verifica-se que o fenômeno representa uma esfera de ação social que obedece a diferentes princípios de estruturação, variando de acordo com a cultura e o período histórico, através de um processo de dependência recíproca. “É essa multiplicidade de modalidades de inscrição dos processos comunicacionais no mundo comum que torna a abordagem positivista da ciência da comunicação uma pretensão ideológica redutora, uma abordagem instrumental que oblitera as dimensões que escapam a interesses, imediatos ou mediatos” (Rodrigues, 1990, p. 141).
4. *Déficit hermenêutico*: A comunicação, visualizada como processo de transmissão de informações, é concebida, segundo o modelo clássico, como um processo intencional de consecução de resultados, comandado pelo comunicador. As pessoas se comunicam visando a determinados objetivos, com propósito puramente instrumental, por meio de procedimentos técnicos, em que não há lugar para os conceitos de compreensão, sentido e interpretação, não há lugar para o entendimento dos processos comunicativos

como fontes de conhecimento. O modelo em foco enfatiza as estruturas técnicas em detrimento das mediações simbólicas, que não se deixam apanhar com os conceitos de emissão e recepção, nem mesmo com o conceito de código, remetendo antes ao conceito de sentido e aos problemas de sua interpretação. A comunicação é sempre marcada pela ambiguidade e, portanto, não pode ser definida pelo volume de mensagens difundido, mas sim pela “[...] capacidade de jogar com as diferenças pragmáticas e semânticas, requerida para estabelecer as transações contratuais entre seus participantes [...]” (Certeau, 1994, p. 169).

Em função desses problemas, progrediu nos últimos anos, entre vários pensadores da mídia, o entendimento de que a teoria da comunicação deveria ser abandonada. Para os especialistas em comunicações de massa, especialmente, tornou-se uma espécie de consenso a tese de que esses fenômenos não podem ser estudados tomando como base seus modelos teóricos, só porque existe uma correspondência terminológica no emprego da palavra comunicação.

As comunicações de massa – entenderam muitos – são fenômenos coletivos institucionalizados, cujo significado só pode ser medido com conceitos provenientes da teoria social, e não recorrendo a modelos abstratos de ação interpessoal, que, em tese, estariam na base das teorias da comunicação. Consequentemente, concluiu-se que os fenômenos de mídia não podem ser estudados de maneira adequada enquanto fenômenos de interação: as comunicações midiadas não deveriam ser estudadas como formas e meios de comunicação.

As comunicações de massa são um fenômeno muito complexo para ser representado pelo modelo [comunicativo] convencional, visto que, em vários aspectos, as principais atividades sociais que neles devem ser estudadas não são predominantemente comunicativas, exceto no sentido de que todas as relações sociais se apoiam na comunicação (McQuail, 1975, p. 54).

Jesus Martín-Barbero (1987) resumiu há alguns anos as bases dessa perspectiva, procurando mostrar que o campo de estudos da comunicação não pode ser compreendido como mero campo de circulação de mensagens. O comunicador, nota, não é um simples produtor de informações, e, o receptor, um mero decodificador das ideias postas na mensagem pelo comunicador. As pesquisas revelam realidades muito mais complexas, que não se deixam apanhar por modelos lineares; podem ser

melhor analisados como processos de cunho social, histórico e cultural, de um ponto de vista interdisciplinar, por uma teoria da sociedade.

Nas palavras do autor, a teoria da comunicação se baseia em proposições excessivamente abstratas e desistoricizadas para dar conta da realidade. Por isso, não se pode mais procurar a resposta ao que é comunicação em uma teoria, pois “[...] se só desde ela era possível demarcar o campo e precisar a especificidade de seus objetos [...]”, precisamos dela nos desembaraçar “[...] para descobrir o movimento social na comunicação, a comunicação em processo na sociedade [...]” (Martín-Barbero, 1987, p. 220).

Colocado esse enfoque, podemos nos perguntar com razão, porém, em que sentido ainda se emprega nele o termo comunicação? Qual é o conceito desta comunicação na qual se tenta encontrar o movimento social? Os programas de pesquisa em comunicação podem passar sem um conceito teoricamente fundamentado de comunicação?

A resposta, está claro, é negativa. A comunicação não é uma entidade capaz de nos falar de maneira direta: constitui um campo de estudos cujo conceito precisa ser construído de maneira teórica, desde que passamos a postular sua pertinência como campo autônomo de conhecimento. Em outros termos, não podemos pesquisar empiricamente a resposta à pergunta sobre o que em realidade é comunicação sem um conjunto de pressuposições teóricas que defina antes os limites deste campo de pesquisa.

Bourdieu (1969) nota com razão que os problemas que se submete a estudo não preexistem ao pensamento. As ciências constroem teoricamente seus objetos. Destarte,

negar a formulação explícita de um corpo de hipóteses baseada numa teoria é condenar-se à adoção de supostos tais como as pré-noções da sociologia espontânea e da ideologia, quer dizer, os problemas e conceitos que se tem como sujeito social, quando não se quer tê-los como teórico da sociedade (Bourdieu et al., 1969, p. 59).

Os programas de pesquisa em comunicação podem, por exemplo, estudar as comunicações de massa como se não o fossem. As comunicações dessa espécie são fenômenos sociais dotados de várias dimensões, que não precisam ser necessariamente examinados do ponto de vista da comunicação, conforme fizemos notar no começo do capítulo. A proposição não significa, contudo, que a problemática teórica desta última seja nula ou irrelevante no desenvolvimento das pesquisas neste campo.

Os estudos sobre a comunicação tornaram-se [...] indispensáveis à compreensão do nosso tempo. São exigidos, não só para compreendermos as mu-

danças rápidas que se verificam à nossa volta e os processos que as implementam, mas também para evitarmos a confusão entre a ordem mundial da informação e a experiência comunicacional que define o horizonte das culturas humanas (Rodrigues, 1994, p. 30).

A comunicação representa uma dimensão constitutiva do humano, que não pode ser abstraída, sem prejuízo, pelos interessados em seu conhecimento. A preocupação com o conceito é básica em várias das teorias sociais modernas, assim como no triunfante pensamento tecnológico. Já as comunicações de massa não se chamam assim por acaso, por uma espécie de coincidência terminológica, mas, sim, porque fazem parte, embora não de forma exclusiva, dessa dimensão. Devido a isso, por mais que possam ser estudadas de diferentes pontos de vista pela pesquisa especializada, sua função comunicativa não pode ser suprimida em nenhum deles, na medida em que cada ponto de vista carrega consciente ou inconscientemente consigo um conceito ou modelo teórico da comunicação.

Certamente, as teorias da comunicação podem não ser a matriz teórica dos projetos de pesquisa empreendidos neste campo de estudo. Representam, não obstante, um pressuposto fundamental de sua realização, constatável em todo tipo de pesquisa. Desse modo, convém ver com reserva as declarações de princípio contra a formulação de uma problemática teórica da comunicação, contra os esforços de construção do conceito deste campo de estudo, provenientes em última instância da identificação pura e simples da teoria da informação com a teoria da comunicação.



Figura 1.6 Jean Baudrillard.

Os prejuízos gerados pelo conceito, devemos deixar claro, não advêm de seu emprego consciente, mas da falta de uma reflexão crítica sobre seus limites, da sua exploração ideológica por parte do pensamento. A pergunta pelo conceito teórico da matéria em foco, definitivamente, não se supri-me sem problema: encontra-se no cerne do esclarecimento conceitual dos próprios fundamentos teóricos dos programas de pesquisa e estudos interdisciplinares da comunicação (publicística).

PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA COMUNICAÇÃO

A reflexão teórica sobre a comunicação visa, em essência, responder à pergunta pela estrutura, função e sentido da comunicação na sociedade. Como é possível a comunicação? Os homens se compreendem e interagem; sem comunicação não há vida humana em comum, como demonstra a prática cotidiana. O problema é saber como o fenômeno se estrutura, como ele funciona, qual é o sentido da ação comunicativa na sociedade.

O desenvolvimento desta reflexão se processou historicamente no campo das grandes correntes de pensamento filosófico-social do século passado. A comunicação social é um fenômeno complexo, preso a múltiplas determinações, que não pode ser reduzido aos esquemas derivados da teoria da informação. De fato, a comunicação representa uma matéria de estudo que não dispõe de sua própria autonomia disciplinar, como queria aquela teoria: trata-se de uma temática de pesquisa que se constitui necessariamente no campo de uma reflexão sobre os fundamentos da vida em sociedade.

Conforme nota Raymond Williams (1971), as concepções filosóficas tradicionais costumavam tratar o poder político e a estrutura de produção como pilares de sustentação da sociedade. Atualmente, embora continue sendo importante, o referido ponto de vista desenvolve-se cada vez mais em colaboração com um novo enfoque, segundo o qual o social não pode ser compreendido sem referência à sua dimensão comunicativa.

Estamos habituados às definições de toda nossa vida em comum em termos de política e economia. A importância adquirida pelos meios de comunicação confirma, porém, como se deduz da experiência, que os homens e a sociedade não se cingem às relações de poder, de propriedade e de produção. As relações que se criam no momento que se descreve, aprende, persuade e se troca experiências são igualmente essenciais; isto é, excepcionalmente importante na grande crise da sociedade do século XX (Williams, 1971, p. 16).

A comunicação constitui um processo social primário, faz parte do que vem se convencendo chamar conhecimento comum. As pessoas se comunicam e se entendem com as demais em termos que parecem dispensar explicação, comprovam-se diariamente nos mais diversos campos da vida social. Ninguém precisa estudar ou fazer faculdade para comunicar-se com seus semelhantes.

A comunicação é uma característica antropomórfica e cultural de todo ser humano, é constitutiva e consubstancial ao sujeito pelo simples fato de ser homem e implica a simultaneidade em cada sujeito da “emissão” e da “recepção”. Alguém pode estar mais ou menos informado, ou estar desinformado; em compensação, ninguém pode deixar de se comunicar: não é um desejo voluntário, nem uma possibilidade que depende da técnica, mas uma parte objetiva e própria da sociabilidade (Veneroni, 1992, p. 101).

Na verdade, porém, a prática da comunicação esconde um conjunto de problemas que se encontra não somente em seu campo de reflexão, mas na base de seu próprio desenvolvimento. A competência comunicativa, a faculdade de compreender, transmitir e receber mensagens, interagir simbolicamente com os demais, constitui uma competência apreendida de maneira espontânea. O problema técnico consiste em saber como se pode criar os meios de desenvolvê-la e, o político, em manejar as condições capazes de favorecer ou controlar esse processo. O problema filosófico é logicamente anterior, consistindo em saber como essa competência se materializa nos processos comunicativos.

Niklas Luhmann observa com acerto que a comunicação não deve ser estudada como fenômeno, mas como um campo de problemas, na medida em que seu andamento requer, todo o dia, a superação prática das barreiras da compreensão, do contato e da interação social. A comunicação pressupõe a compreensão do que é comunicado por uma determinada comunidade, malgrado as pessoas constituírem seres individualizados e cujos estados de consciência podem ser análogos, mas não idênticos, porque dependem de contextos vitais que variam de pessoa para pessoa. Qual é o fundamento dessa compreensão?

A comunicação não requer necessariamente o contato direto entre as pessoas, dispensa a referência imediata às coisas, estabelece uma rede que gera seu próprio tempo e espaço, malgrado o descompasso entre os contextos vitais de produção e recepção das mensagens. Como se mantém essa rede?

A comunicação constitui a base da interação social, coordena as ações individuais, no sentido em que as pessoas tomam como premissa de sua ação as mensagens recebidas das demais, malgrado o contexto de

referência delas geralmente diferir do contexto de comunicação. Qual é o fundamento dessa aceitação das ideias do outro como motivo de nossa própria ação posta em prática pela comunicação? Em outras palavras, como se atua com êxito por meio da comunicação?

A solução destes problemas, que se encontram na base da pergunta pela estrutura, função e sentido da comunicação, não é consensual: desenvolveu-se historicamente no campo das correntes de pensamento sociológico e filosófico do século XX. As perspectivas abertas nesse sentido se caracterizam, por sua vez, pelo descobrimento da historicidade e pelo enquadramento da comunicação em uma teoria da evolução social, o reconhecimento do cunho interativo do processo, a rejeição do primeiro modelo informacional e, finalmente, a ênfase, ainda que sujeita à forte e crescente discussão, no caráter simbólico do processo comunicativo e no papel que este tem na construção do conhecimento.

Consenso só há sobre a premissa de que, para lidar com esses pontos, precisamos nos livrar do modelo de Shannon e Weaver. Baseando-se nele, a comunicação foi compreendida durante muito tempo segundo as linhas sugeridas pelo senso comum. A verdade, porém, é mais complexa. A conversação social transcende a troca de informação, constituindo processo cuja conceituação, como vimos, exige o entendimento de suas determinações culturais e de suas respectivas formas de existência na sociedade.

Os processos de interação simbólica não repousam apenas no domínio de certas regras técnicas assimiladas de maneira prévia, nem na mera capacidade de interpretar a cultura, como se poderia pensar sem maior cuidado, pois necessitam ser pensados ainda no contexto das relações sociais objetivas e, assim, dentro de uma teoria abrangente, seja ela de ordem filosófica ou sociológica.

A comunicação faz parte do ser social do homem, pelo qual ele se relaciona com seu semelhante e elabora coletivamente seu universo de conhecimentos: significa que ela não é compreensível sem levar em conta suas várias determinações. O processo precisa ser entendido como um princípio de sociabilidade dotado de fundamentos históricos e culturais determinados. Por isso, constitui um campo de estudo que requer um esforço de reflexão conceitual em que estão contidos pressupostos de cunho variado, que só podem ser explicados de maneira correta no contexto de uma teoria social ou de um discurso filosófico, senão de uma reflexão crítica sobre sua inserção e papel no pensamento contemporâneo.

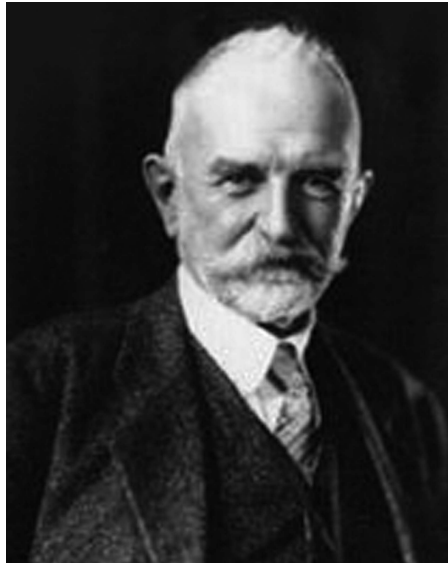


Figura 2.1 George Mead.

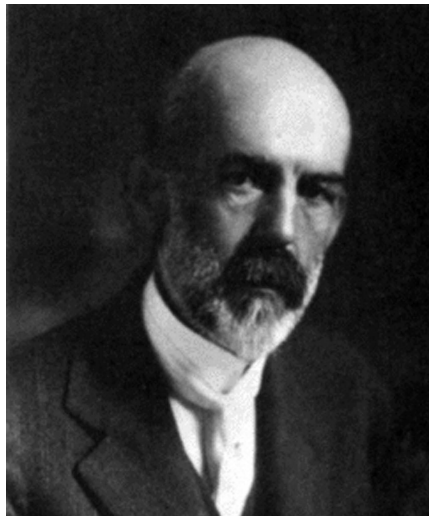


Figura 2.2 Charles Horton Cooley.

A Escola de Chicago e o interacionismo simbólico

A Escola de Chicago, diz-se, foi a fundadora da reflexão teórica sobre a comunicação, lançou os fundamentos do que se convencionou chamar de interacionismo simbólico nas primeiras décadas do século XX. Cooley, Mead e Park, entre outros, desenvolveram de fato a tese de que a sociedade não pode ser estudada fora dos processos de interação entre as pessoas, é constituída simbolicamente pela comunicação. A vida social não se mantém por conta de nenhuma dinâmica interna ou requisito sistêmico, mas sim pelo fato dos seres humanos serem capazes de interpretar seu contexto vital e responder praticamente aos estímulos de que são destinatários. As pessoas se relacionam através de símbolos; os símbolos estruturam o processo da comunicação.

A sociedade se confunde com a cultura e é escandida por duas tendências fundamentais. As tendências à socialização e à integração dos indivíduos constituem o seu próprio cimento; as tendências à individualização e competição entre seus membros constituem seu fator de renovação. A comunicação é o seu denominador comum; tem a função de criar e manter o consenso e o entendimento necessários entre os indivíduos, mas ao mesmo tempo permite que estes modifiquem o comportamento da sociedade.

No primeiro caso, a comunicação encontra-se submetida ao emprego *expressivo*, devendo ser vista como um processo de compartilhamento de uma estrutura de sentido; no segundo, encontra-se submetida ao emprego *instrumental*, devendo ser vista como um processo de influência recíproca dirigido por no mínimo dois sujeitos. As modalidades de interação, destacadas do contexto de uso social imediato, são fins em si mesmas, mas, ao mesmo tempo, “[...] nenhuma pessoa permanece sem modificações e tendo as mesmas eficá-

cias futuras uma vez compartilhando as situações tornadas possíveis pela comunicação [...]”, como dizia Dewey, já em 1925 (1974, p. 209).

A comunicação representa um processo estruturado simbolicamente, constitui o emprego de símbolos comuns com vistas à interação, que funda a própria sociedade. A realidade social em que as pessoas vivem é construída através de símbolos: os seres e as coisas só se tornam fonte de motivação quando ganham sentido, estabelecido no processo da comunicação. O significado das coisas deve ser visto, portanto, como um produto da interação social e, ao mesmo tempo, como uma condição de possibilidade da comunicação.

Herbert Blumer (1900-1987) sistematizou as teses da escola nos seguintes termos:

O interacionismo simbólico baseia-se, em última análise, em três premissas. A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. [...] A segunda premissa consiste no fato de que os significados de tais elementos mundanos são provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as outras pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato (Blumer, 1969, p. 2).

Em resumo, parte-se, neste enfoque, do ponto de vista de que a comunicação é um processo mediado simbolicamente, mas ao mesmo tempo em que a estrutura simbólica é mediada, na prática, pela comunicação. O homem é um ser por essência comunicativo e, por conseguinte, as forças comunicativas devem ser vistas como o fator responsável pela própria civilização.



Figura 2.3 Universidade de Chicago.

COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE: GEORGE MEAD

A Escola de Chicago, malgrado a diversidade de seu pensamento, concorda basicamente com a seguinte tese: a sociedade é produto da comunicação. A comunicação é a condição de possibilidade da interação social, que se confunde com a sociedade. A sociedade representa, em essência, mais do que uma associação de indivíduos; constitui uma comunidade de ação e comunicação, cuja existência é necessária tanto para o desenvolvimento da vida humana quanto para o desenvolvimento de uma vida social com sentido. Charles Cooley (1864-1929), fundador da escola, resumiu este ponto ao definir o conceito, estrutura e sentido da comunicação:

Entendemos por comunicação o mecanismo pelo qual existem e se desenvolvem as relações humanas: todos os símbolos mentais e os meios de propagá-los no espaço e preservá-los no tempo. [...] Quanto mais de perto o consideramos, mais íntima parece sua relação com o desenvolvimento de nossa vida interior. [...] Sem comunicação, a mente não se desenvolve de acordo com a verdadeira natureza humana. [...] É através da comunicação que obtemos nosso maior desenvolvimento (Cooley, 1909, p. 61-63).

Segundo o sociólogo, pioneiro da teoria da comunicação, “[...] precisamos comunicar aos outros a parte de nós que pretendemos desenvolver: é uma questão de autoconservação, visto que sem se expressar o pensamento não sobrevive [...]” (Cooley, 1902, p. 58). A crescente interdependência do sistema em que vivemos exige o desenvolvimento dos mecanismos de transporte e comunicação, mas o mais importante não está em seu significado funcional. O principal está na socialização da consciência, expansão do conhecimento e, por essa via, do desenvolvimento da pessoa como indivíduo que tudo isso possibilita, ainda mais com o surgimento das novas formas e tecnologias de comunicação.

O efeito das comunicações no desenvolvimento da natureza humana é, em parte, imediato, pela facilitação dos contatos, mas ainda mais em sentido indireto, porque favorecem a expansão da inteligência, o declínio das formas de organização mecânicas e arbitrárias e a ascensão de formas de sociedade mais humanas (Cooley, 1909, p. 90).

Dentro dessa perspectiva, o principal postulado teórico é o de que a sociedade se confunde em sua estrutura com a cultura, na medida em que representa um fenômeno gerado simbolicamente pela comunicação. A comunicação é o mecanismo de coordenação da interação social, o que

torna possível o consenso entre as pessoas. Em função disso, não pode ser reduzida à pura e simples transmissão de experiências, consistindo, antes, no processo pelo qual os sujeitos têm uma experiência comum da realidade, pelo qual constroem seu mundo como coletividade.

Os homens produzem artefatos como maquinismos, canetas, casas e armas, que lhes têm serventia, mas só se tornam meios regulares e legítimos de realização de determinadas finalidades através do emprego repetido por um grupo social, que, para tanto, precisa da comunicação. Esses objetos todos se tornam artefatos úteis apenas quando seu uso é esclarecido, quando sucessivas interações perpetuam como tais – artefatos úteis – o que seria de outra forma uma série de coisas inertes e insignificantes.

Os homens não agem em função das coisas, mas do significado que as coisas tomam no processo da comunicação. As pessoas se distinguem dos animais pelo fato de se conduzirem simbolicamente: enquanto estes últimos locomovem-se desviando de coisas, nós escrevemos com a caneta, subimos a escada, sentamos à mesa. Os seres humanos lidam com as coisas para as quais dão sentido, criado por meios dos processos de simbolização. O sujeito que entra em um consultório médico, reclamando de uma *dor de cabeça*, e recebe a notícia de que tem um *tumor cerebral* pode vir a falecer de um ataque cardíaco, provocado pelo significado da expressão, que transforma completamente a realidade vivida e a própria vida do sujeito, embora não modifique em nada a realidade do fenômeno físico em questão.

Portanto, os símbolos pressupõem um consenso, permitindo estruturar não somente a interação, mas o próprio mundo vivido pelas pessoas em um determinado contexto social: eles formam a espinha dorsal do processo da comunicação. No contexto da comunicação, o contato se viabiliza na medida em que, mesmo havendo leitura singular, os símbolos são reconhecidos coletivamente. Dependendo de um acordo em geral informal e inconsciente, são eles que permitem aos seus participantes constituir uma comunidade comunicativa, por mais que varie seu grau de entendimento, pois sem aquele acordo prévio e seu reconhecimento mínimo, afirmam os interacionistas, não há comunicação.

A comunicação constitui, portanto, um processo estruturado por símbolos: é o manejo mais ou menos racional dos símbolos, que não pode ser reduzido à transmissão de mensagens, na medida em que os símbolos não têm uma função apenas designadora, fazendo parte de uma estrutura socialmente dada para as pessoas, que serve, antes de mais nada, para expressar autorrelações, conferir sentido ao mundo para o homem.

A sociedade, por sua vez, deve ser vista como formada por comunidades simbólicas de participação, que fornecem sentido às ações humanas e à realidade social. O processo de interação social, mediado simbolicamente, é a fonte de nossa experiência das coisas, começando por nós próprios, na medida em que os homens saem do estado de natureza e socializam-se por meio deste processo. A realidade social supõe a noção de comunidade, algo sem limites definidos, mas sem o qual não temos como desenvolver conhecimentos. O comportamento humano é um comportamento orientado por símbolos, depende de conhecimentos que não provêm em linha direta da realidade, mas, ao contrário, são fruto da mediação desta realidade por uma estrutura simbólica coletiva, que coordena sua interação e, assim, constitui o princípio de construção do próprio mundo vivido pelo homem.

A comunicação é um processo ou forma de interação que é interpessoal, isto é, social no sentido mais estreito do termo. O processo só se pode dizer completo a partir do momento em que resulta em alguma espécie de compreensão. Em outras palavras, a comunicação jamais acontece meramente numa situação de estímulo e resposta, no sentido em que estas palavras são usadas na psicologia. Ela é antes expressão, interpretação e resposta (Park; Sapir, 1971, p. 63).

Conforme George Mead (1972) estabeleceu em seu célebre *Mind, self and society*, publicado originalmente em 1934, os mecanismos de interação presidem o processo de socialização: a vida social é um produto da comunicação. Os seres humanos se constituem em sujeitos sociais capazes de coordenar suas ações desenvolvendo uma competência comunicativa. O *self* (eu) não é um dado imediato, com o qual se nasce, mas uma construção simbólica, que surge no processo de interação desses seres com seus semelhantes, dentro de determinada comunidade. As pessoas desenvolvem nos primeiros anos de vida a capacidade de adotar o comportamento dos outros, formando um eu para esses outros e para si mesmo, do mesmo modo como estes outros o fizeram no passado. Posteriormente, a visão e as expectativas de comportamento que os outros têm de nós são internalizados, passando a servir de base para os desenvolvimentos deste eu, que, no princípio, não é senão o somatório dos gestos que aprendemos dos demais. Em resumo, as pessoas criam o conceito de si mesmas e se capacitam a estruturar significativamente suas ações com base nos conceitos e expectativas de comportamento que tomam dos outros no processo de interação social.

A pessoa [*self*] é a fase mais importante do desenvolvimento [social] porque a sociedade só surge graças à possibilidade de internalização desta atitude

social [a de pessoa] nas reações de toda a comunidade. A mudança que tem lugar devido a esta internalização da conversação dos gestos na conduta do indivíduo é uma mudança que ocorre na experiência de todos os indivíduos componentes da sociedade (Mead, 1972, p. 218).

O conhecimento que o homem tem das coisas é construído, portanto, por processos triádicos, em que uma pessoa estimula a outra, e esta responde de uma dada maneira que faz sentido, não só para cada uma das pessoas, mas para todos os que vivem em sua cultura. As pessoas caminham pela rua, um sujeito estende a mão para outro, que se retrai e segue o passo: houve um mal-entendido, quem sabe uma ameaça ou provocação, depende do ponto de vista; mais tarde cruza com outro e este também lhe estende a mão: cumprimentaram-se cordialmente.

Em ambos os casos, o sentido ou conceito da ação não se encontra no comportamento dos sujeitos, mas sim na sua interação. As pessoas interpretam de maneira recíproca o comportamento das demais; seus gestos e as coisas que manipulam são compreendidos, em cada situação, como símbolos, que lhes permitem planejar o próprio comportamento e interagir em conjunto. Em outras palavras, podemos dizer que nós temos a capacidade de nos vermos do mesmo modo como os outros nos veem, responder aos estímulos dos outros, do mesmo modo com os outros respondem aos nossos. Os símbolos permitem que façamos uma conversação interior com nós mesmos, compreendamos o comportamento do outro, porque podemos dizer a nós mesmos coisas muito semelhantes às que ele nos diria, visto que compartilhamos destes símbolos, tornados comuns no processo da interação social. Por isso, ao contrário do que aparenta, a comunicação não constitui um efeito de solilóquios; pelo contrário, estes é que são o resultado e o reflexo da conversação que mantemos com os outros ao longo da vida.

O desenvolvimento da comunicação não é simplesmente uma questão de ideias abstratas, mas um processo de pôr a própria pessoa no lugar da atitude de outra pessoa, de comunicar por meio de símbolos significativos. Recorde-se que o essencial para um símbolo significativo é que o gesto que afeta aos outros afete ao indivíduo do mesmo modo. Somente quando o estímulo que um proporciona ao outro provoca nele mesmo uma reação semelhante ou igual, só então, um símbolo é um símbolo significativo (Mead, 1972, p. 336).

A linguagem desempenha um papel fundamental nesse processo, porque procede à codificação simbólica dos comportamentos e das coisas,

estabelecendo seu sentido para os participantes. As pessoas respondem aos estímulos provenientes dos outros com gestos que têm sentido tanto para elas como para os outros, na medida em que correspondem às suas expectativas comuns. A linguagem permite que esses gestos e todas as coisas que eles põem em jogo sejam pouco a pouco substituídos por símbolos, que carregam consigo uma estrutura de sentido capaz de mediatizar não somente a interação, mas toda a realidade experimentada pelas pessoas. Os sujeitos dotam-se, por conseguinte, da capacidade de estruturar simbolicamente suas ações, reagir de maneira mediata e mesmo antecipar a resposta aos estímulos que recebem do seu contexto vital, quando desenvolvem o aprendizado da linguagem. As pessoas não reagem de forma mecânica às situações que vivenciam: os estímulos que recebem do meio são compreendidos como símbolos, que devem ser interpretados à luz de seu conhecimento. A função da linguagem não é senão articular e racionalizar o conteúdo total dessas comunicações informais, possibilitando o desenvolvimento da experiência social do indivíduo (ver Park; Sapir, 1971).

Destarte, o fato do eu (*self*) ser um produto da interação não significa que, uma vez dado, o mesmo não possa reinterpretar e transformar os próprios processos de interação, desenvolvendo por conta própria o manejo dos símbolos compartilhados por sua comunidade. Em toda comunicação, verifica-se mais ou menos a ocorrência de processos interpretativos, bastante distintos da simples decodificação dos significados existentes, na medida em que dependem da reelaboração, mais ou menos racional, dos símbolos, quando visam à orientação e ao emprego na práxis cotidiana. Consequentemente, é com o domínio desta capacidade que podemos entender com maior precisão o modo como os símbolos determinam nosso modo de vida e progredir em nossa vontade de autodeterminação.

De qualquer modo, ratifica-se assim a tese de que a comunicação – o gênero, modo e objetivo com que empregamos os símbolos – constitui a realidade para o homem. O processo de interação social, estruturada pela linguagem, permite que as pessoas coordenem simbolicamente sua ação, manipulem com os símbolos em vez das coisas, reconstituam o passado ou prefigurem os futuros atos dentro de uma mesma estrutura de sentido. As pessoas se dotam da capacidade de agir por conta própria, mas ao mesmo tempo de correlacionar sua ação com a ação dos outros, porque compartilham de certos significados comuns, estruturados pela linguagem.

A comunicação possibilita que as pessoas manipulem simbolicamente estes significados, redimensionando a própria interação, com vistas ao estabelecimento de novos consensos na sociedade. O processo depende apenas

da capacidade de desenvolvermos nossa competência linguística, criarmos ou reinterpretarmos os símbolos no curso dos processos de interação.

Em 1925, Dewey resumiu muito bem a questão na seguinte passagem:

O fundamental na linguagem não consiste em exprimir qualquer coisa anterior, muito menos exprimir um pensamento anterior a ela mesma. A essência da linguagem consiste em permitir a comunicação entre os homens, estabelecer uma cooperação entre eles, no contexto de uma atividade em cujo seio eles se encontram associados e onde a atividade de cada um é modificada e regida em função dos outros. Falhar no entendimento é não conseguir cooperação; mal compreender-se é agir em função de finalidades contraditórias. (Dewey, 1974, p. 195).

Resumindo, podemos afirmar que a comunicação é o processo organizador da sociedade, cuja condição de possibilidade se encontra em certos símbolos comuns que, não obstante, só podem ser compreendidos como produtos de nosso convívio com os outros. Os símbolos estruturam previamente o contexto social em que nos comunicamos, mas, ao mesmo tempo, precisam ser entendidos como fruto da conversação interminável que possibilitou aos homens se transformarem em pessoas. A comunicação “[...] não

é só um processo de transmissão de símbolos abstratos; é sempre um gesto numa ação social, um gesto que provoca no indivíduo a tendência a realizar a mesma ação que suscita nos outros em uma situação semelhante [...]”, desde os primórdios da sociedade (Mead, 1972, p. 337).

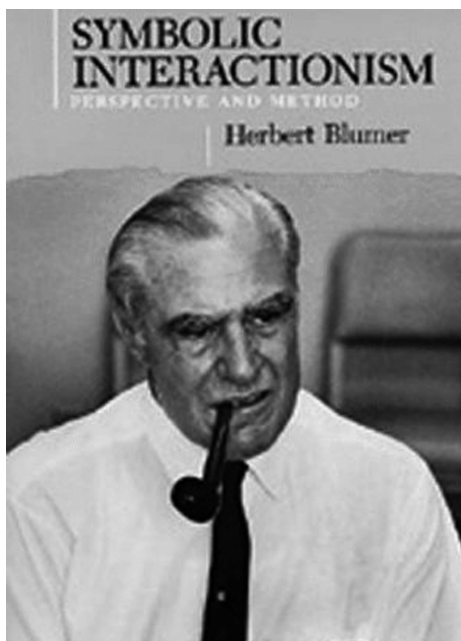


Figura 2.4 Interacionismo simbólico, 1969 – na foto de capa, Herbert Blumer.

COMUNICAÇÃO E PODER: HUGH DUNCAN

Herbert Blumer (1969) resume a perspectiva interacionista afirmando que, segundo ela, o próprio da comunicação é o fato de, em vez de meramente reagirem a estímulos, os seres humanos interpretarem os atos e as palavras de seus semelhantes. As respostas que oferecem não são reações mecânicas a dados e estímulos, mas significações que emprestam a eles. Portanto, “[...] a interação humana é mediada pelo uso de símbolos, mediante interpretação ou asserção do sentido das ações alheias [...]” (Blumer, 1969, p. 79).

Desse modo, a comunicação estrutura e estimula todo nosso desenvolvimento como pessoas, constitui o meio pelo qual conhecemos o mundo, dotamo-nos da verdadeira natureza humana. Porém, também é o meio pelo qual procuramos consciente ou inconscientemente conservar ou modificar a estrutura simbólica vigente na sociedade, como salientou Hugh Dalziel Duncan (1909-1970), em 1962. O homem é um ser comunicativo porque tem necessidade de contato social, descobriu na cooperação a melhor maneira de sobreviver, mas, também, porque tem a capacidade de manipular os símbolos para manter ou transformar a realidade social. As pessoas não criam os símbolos para representar as coisas, mas, sobretudo, para atuar no mundo. A comunicação, que torna possível a compreensão entre as pessoas, representa também um meio de “[...] persuadir os outros a adotarem certos cursos de ação que acreditamos necessários para criar uma dada ordem social, questioná-la ou finalmente destruí-la [...]” (Duncan, 1962, p. 132).

Conforme os interacionistas, a sociedade é uma estrutura simbólica criada pelo processo da comunicação. Do ponto de vista simbólico, representa uma estrutura vertical, baseada em uma complexa escala de valores, que classifica em hierarquias as coisas, os gestos e os homens. Os símbolos se relacionam hierarquicamente, conforme princípios de ordenamento que lhes conferem diferentes valores. Do ponto de vista comunicativo, representa, ao contrário, um processo horizontal de reunião, em que predomina o contato face a face, parece que todos estão no mesmo plano. As pessoas se comunicam como se fossem seres semelhantes, que compartilham em maior ou menor grau do mesmo mundo da vida. No entanto, “[...] se as hierarquias de valor seguem uma orientação vertical, desde valores *superiores* a valores *inferiores*, e se é certo também que a comunicação empírica, pelo contrário, segue a orientação horizontal dada por símbolos e signos, então é provável que surjam conflitos e tensões desta contradição [...]” (Pross, 1980, p. 146).

A sociedade consiste em uma espécie de palco deste conflito. A comunicação cria e sustenta determinadas hierarquias simbólicas, em que se mantém um sistema de poder. As hierarquias compreendem necessariamente, porém, relações de igualdade. Inclusive nos mais rígidos sistemas de poder tem de haver momentos de reciprocidade, em que é necessário falar de maneira livre e aberta, sem censura: chega-se a um consenso sobretudo pela força imanente da comunicação. A comunicação é, portanto, um processo que pode servir para promover ou reprimir o conhecimento e a autodeterminação. A perspectiva pela qual se opta depende das estratégias dos participantes. As pessoas podem se conduzir no sentido de transformar comunicativamente sua estrutura simbólica ou de controlar a comunicação através dos simbolismos, conforme se posicionam perante a estrutura de poder vigente na sociedade.

Por um lado, a comunicação constitui a condição de possibilidade de realização do ser humano, carrega consigo um potencial cognitivo que pode libertá-lo das situações coisificadoras, conduzi-lo à autodeterminação. O desenvolvimento da competência comunicativa que permitiu sua transformação em pessoa, em outros termos, pode levá-lo a reinterpretar os símbolos que estruturam seu mundo e transformar a estrutura hierárquica da sociedade. A cultura, não sendo nada mais, nada menos, do que o conjunto de significações que possibilita a comunicação entre os homens, não pode deixar de colocar questões, deixar de ser discutida, porque os símbolos precisam ser sempre reinterpretados com o passar do tempo, se quiserem continuar mantendo validade.

Historicamente, os processos de interação representam um poder cognitivo, constituindo um meio pelo qual podemos nos entender com maior precisão sobre o modo como os símbolos que tornam possível esta espécie de contato determinam nossa vida. Por isso, eles não podem ser vistos apenas como o meio pelo qual conhecemos a realidade; precisam ser vistos também como mecanismos culturais pelos quais podemos desenvolver a capacidade de questionar nosso modo de ser e fazer perguntas sobre os fundamentos da própria sociedade.

A sociedade, não obstante, se protege deste processo, porque é uma estrutura simbólica hierarquizada, em que se fixaram relações de domínio e distribuição de poder. A comunicação é sempre mediada por símbolos que estabelecem não somente uma correlação entre os seres e as coisas, mas uma determinada hierarquia entre os homens. Os símbolos são portadores de valores, valorizam ou desvalorizam os seres e as coisas, conforme a interpretação que se sedimentou neles durante a histó-

ria. Os homens se socializam no curso de processos de interação que, se por um lado permitem sua transformação em pessoas como as demais, baseiam-se, de outro, em uma hierarquia de valores que lhes prescreve um determinado papel na sociedade.

[A sociedade] constitui a dramatização de uma hierarquia em que desempenhamos papéis como pessoas superiores, inferiores e iguais. Nós desempenhamos papéis através da comunicação, quando começamos a nos comunicar com um grupo, nós nos inserimos em relações hierárquicas determinadas pelos símbolos validados consensualmente pelo grupo do qual procuramos fazer parte (Duncan, 1962, p. 10-11).

A comunicação, portanto, cria e sustenta determinadas hierarquias simbólicas, que estão na base da estrutura social. Os símbolos não são meras fontes de significação, também são esquemas de ação, que mantêm certas relações de poder. A comunicação permite o endereçamento ou interpelação hierárquica das pessoas como seres superiores, inferiores ou iguais por meio de símbolos, configurando o fenômeno chamado, pelos sociólogos, de “violência simbólica” (Bourdieu, 1969).

Em síntese, podemos entender pelo termo toda conduta comunicativa que visa a “[...] impor a vigência de um significado às pessoas por meio da colocação de signos, isto é, pela simbolização, com a consequente identificação destas pessoas com o significado afirmado no símbolo.” (Pross, 1983, p. 149).

A violência simbólica se materializa, por sua vez, nos chamados ritos, acontecimentos sociais cuja função principal é disciplinar a comunicação. Como notam os interacionistas, os processos de interação podem ser compreendidos como processos de dramatização em que as pessoas encenam determinados papéis. As situações comunicativas são estruturadas como atos em que intervêm um palco, os atores, um texto, uma cena e certos meios de expressão, enquanto elementos capazes de se relacionarem das mais diversas formas e cuja função básica é criar, modificar, mas, sobretudo, manter a hierarquia social.

Temos, pois, cinco elementos no ato social da comunicação: o comunicador está se expressando em certas formas para desempenhar certos atos ou papéis, e que o faz para atingir certas metas ou finalidades. A meta social específica de toda a comunicação é o consenso, o qual é alcançado através do estabelecimento e manutenção de atitudes, crenças e conhecimentos, tal como são expressos em papéis cujo desempenho bem-sucedido garante a ordem social (Duncan, 1973, p. 144).

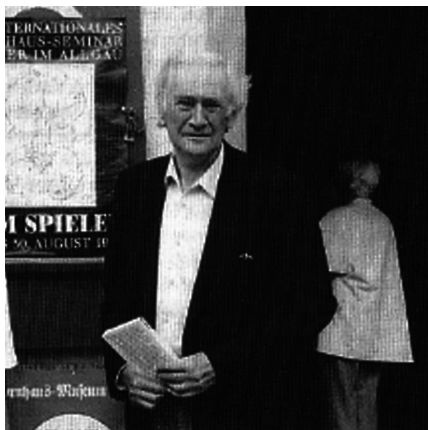
Nesse quadro, os processos rituais assemelham-se a uma camisa de força, que se põe na capacidade de interação das pessoas, logo que se obtém este consenso. O estabelecimento de determinadas regras que mantêm simbolicamente a hierarquia social, criadas por meio da interação, costuma ser seguido de sua ritualização. Os defensores da estrutura simbólica estabelecida normatizam os processos comunicativos em ritos, fora dos quais as pessoas passam a estar sujeitas a todo tipo de privação, são condenadas à solidão, ao silêncio, à falta de expressão. Desse modo, os ritos podem ser vistos como uma espécie de forma normativa do poder: “[...] auxiliando a padronizar a interação, eles permitem que a estrutura social se transmita de uma geração para outra e, assim, se conserve a coesão da sociedade [...]” (Duncan, 1962, p. 431).

Em conclusão, verifica-se portanto que há uma relação dialética entre comunicação e poder na sociedade. A comunicação se rege pelo princípio da maximização do conhecimento, tende a ser aberta: os sujeitos têm a capacidade de se comunicar no sentido cognitivo, fundamento da autodeterminação. Já o poder se rege pelo princípio da violência simbólica, constitui o emprego dos símbolos com o objetivo político de dominação, na medida em que este emprego não se baseia em razões comunicativamente mediadas, mas antes na exploração das diversas formas de ritualização encontradas na sociedade. Em uma palavra, as classes dirigentes defendem a estrutura simbólica vigente regulando a “[...] missão originária da comunicação, baseada na manifestação, abertura e sinceridade sem restrições [...]”, que é a de compartilhar as experiências humanas em condições de igualdade (Beth; Pross, 1987, p. 57).

COMUNICAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: HARRY PROSS

A Escola de Chicago foi a primeira a chamar atenção para a revolução nas comunicações provocada pelo desenvolvimento das modernas tecnologias de comunicação. Park e Sapir (1971), por exemplo, sugeriram o conceito de aldeia global várias décadas antes do mesmo ser popularizado por Marshall McLuhan. Para os pensadores deste grupo, de fato, a comunicação social foi completamente redimensionada com os progressos tecnológicos, não sendo exagero dizer que as transformações que estes últimos provocaram na primeira resultaram na construção de um novo mundo para o homem.

Figura 2.5 Harry Pross
(Westallgäuer Museumm,
Weiler-Simmerberg).



Robert Park ordenou as funções desempenhadas pelas novas tecnologias de comunicação. Conforme o autor, o desenvolvimento dos meios de comunicação terminou por transformá-los no principal meio de difusão do conhecimento na sociedade, colocando sob sua responsabilidade o trabalho de difundir os conhecimentos, as experiências e as ideias entre os seres humanos. Em segundo lugar, o processo fez com que esses meios se tornassem o principal fator de aculturação em nosso tempo, na medida em que, hoje em dia, depende deles a veiculação da tradição cultural de um povo, a transmissão da estrutura simbólica vigente numa sociedade para esta própria sociedade (ver Park; Sapir, 1971).

Como nota Blumer (1969), em sequência, as tecnologias de comunicação não são comunicativas por si mesmas, o que não quer dizer que sejam meros canais de transmissão de mensagens. O funcionamento delas fundamenta-se, em última instância, nos processos primários da comunicação. Os estímulos que promanam delas estão sujeitos à interpretação por parte dos destinatários, se é para produzirem algum efeito. Em resumo, em vez de influenciarem de forma direta e necessária, suas mensagens “[...] são prisioneiras das transformações que ocorrem na experiência, nos fatores e nas relações que as definem [no mundo concreto]” (Blumer, 1969, p. 191).

Em outros termos, as comunicações de massa, em última instância, não passam de mediações tecnológicas da estrutura simbólica vigente na sociedade. Os modernos meios de comunicação, não resta dúvida, pro-

vocaram sensíveis modificações no processo social da comunicação, não são meros meios de transmissão de informações, redimensionaram a realidade comunicativa conhecida pelo homem. No entanto, permanecem basicamente criações humanas carregadas de valor simbólico, que precisam ser compreendidas como parte de uma estrutura de sentido mediada pela comunicação cotidiana praticada cara a cara pelas pessoas.

Harry Pross (1923-2010), renovador da teoria da comunicação oriunda da publicística alemã, conectou a tradição interacionista com a filosofia das formas simbólicas de Cassirer, em *Publizistik* (1970). Segundo o autor, podemos classificar os meios de comunicação em primários, secundários e terciários. Os veículos primários consistem nos meios que permitem às pessoas se comunicarem sem instrumentos, são os meios de contato primário entre as pessoas, as mediações fundamentais da comunicação, considerando-se em primeiro lugar a linguagem. Os veículos secundários surgem mais tarde e se caracterizam por estabelecer um relacionamento entre as pessoas que requer o emprego de várias tecnologias na produção da mensagem, considerando-se em primeiro lugar os vários tipos de impressos. Os veículos terciários, surgidos por último, caracterizam-se enfim pelo fato de constituírem sistemas tecnológicos, necessitarem de instrumentos tanto do lado do comunicador quanto do lado do receptor das mensagens, como ocorre com o rádio e a televisão.

Em todos esses meios, verifica-se, em grau crescente de complexidade, a manifestação e o desenvolvimento das tendências básicas da comunicação: o reforço da expressão, a expansão da publicidade e a superação das barreiras do tempo e do espaço. Não obstante, o primeiro tipo é o fundamental, porque é a estrutura mediadora que torna possível a própria comunicação. Os outros consistem basicamente em formas de transporte ou distribuição técnica dessa estrutura através do tempo e do espaço.

Assim, o estudioso alemão observa ainda que:

Os processos de comunicação postos em marcha com as novas técnicas não são controláveis porque não o são as formas mediadoras específicas da comunicação. O alcance da decisão [tomada neles] é indeterminado. Entretanto, a criação de novos meios sem dúvida modifica o conjunto das mediações, repercutindo decisivamente na capacidade e nos encargos comunicativos dos sujeitos que estão conectados à sua rede (Pross, 1983, p. 98).

A convicção mais forte que devemos conservar, porém, é a de que a condição para as pessoas se entenderem e agirem através dessa rede depen-

de da capacidade de o receptor das mensagens conectar, simbolicamente, o conteúdo transmitido com a estrutura de significado vigente em seu contexto de vida. Em outros termos, as tecnologias de comunicação não se sustentam sozinhas, dependem da reciprocidade entre comunicador e receptor, que se estabelece fora de seu próprio sistema; dependem, em seguida, das suposições que cada um deles tem sobre si mesmos, sobre o modo como se pode receber e como será recebida a mensagem; e, por fim, das próprias expectativas de participação no processo possuídas pelo receptor. Ou seja, dependem de fatores que transcendem a esfera endógena das mídias, enraizando-se no mundo da vida que dividem, ou não, as pessoas por elas postas em comunicação. Decorrencia disso, portanto, é que todas elas são determinadas em última instância pela “[...] porção dificilmente abarcável de convênios [sociais] e atitudes simbólicas que presidem a construção da realidade comunicativa [...]” (Beth; Pross, 1987, p. 168).

Por volta de 1910, Cooley salientou, sobretudo, o cunho progressista dos sistemas de comunicação criados pelo desenvolvimento tecnológico. Para ele, os inventos feitos nessa área mereciam aplausos, na medida em que multiplicaram os contatos sociais e tornaram possível expandir no espaço e preservar no tempo a estrutura de sentido em que se baseavam. Possibilitaram às pessoas desenvolver, em escala cada vez maior, o conhecimento do mundo.

No entendimento do autor, os progressos no campo dos meios de comunicação

permitem à sociedade organizar-se cada vez mais a partir das faculdades superiores, baseadas antes na inteligência e na compreensão do que na autoridade, na casta e na rotina. Significam liberdade, abertura de horizontes, possibilidades ilimitadas. A consciência pública, no que diz respeito a seus aspectos mais ativos, em vez de permanecer restrita a grupos locais, estende-se através das trocas de sugestões que os intercâmbios recém-surgidos possibilitam, até fazer com que as grandes nações e, enfim, o próprio mundo possam ser incluídos num animado conjunto mental [...] (Cooley, 1909, p. 81).

Posteriormente, esta perspectiva foi matizada. Concordou-se que as tecnologias de comunicação contribuíram para enriquecer o potencial cognitivo da comunicação social, mas, ao mesmo tempo, tornaram-se tecnologias capazes de servir à manutenção das relações de poder vigentes na sociedade. As tecnologias referidas promoveram o desenvolvimento da capacidade comunicativa e o potencial de autodeterminação dos

sujeitos, mas, ao mesmo tempo, tornaram-se também o principal meio de exercício da violência simbólica em nossa sociedade.

Segundo John Dewey (1939), as pessoas podem ser como que afogadas, quando surge uma massa de comunicações que torna cada vez mais difícil àquelas responder moral, política e intelectualmente. A capacidade humana de compreender o mundo e fazer julgamentos tende a ser prejudicada, sempre que suas fontes escapam não apenas a seu interesse, mas também às suas possibilidades de controle cotidiano. O principal, porém, é que com esse processo, que confunde mais do que esclarece, os aparatos de comunicação, sejam ou não afetados por interesses organizados, “[...] em vez de fornecerem uma solução final, criam um problema para a democracia [...]” (Dewey, 1939, p. 42).

Décadas mais tarde, esse ponto se tornou, em chave um pouco distinta, uma das preocupações centrais do trabalho de Harry Pross:

Vendo mais de perto, podemos reconhecer que existem hoje dois obstáculos principais para a autodeterminação das pessoas na sociedade eletrificada, que sublinham a força do simbolismo político da ordem social: a publicidade comercial e a propaganda política. Ambas [em suas diversas formas] estão estandardizando as comunicações ao estabelecer a vigência de diferentes símbolos, que orientam a capacidade cognitiva dos seres humanos [através dos *mass-media*] (Pross, 1980, p. 149).

Em função disso, convém não confundir a comunicação com os meios de comunicação. Os sujeitos sociais dotaram-se, através deles, do poder de manipular tecnicamente os simbolismos correntes, de controlar o processo de formação do conhecimento comum, editando o material passível de publicidade. Entretanto, devemos observar que podem fazê-lo conforme duas perspectivas bastante distintas, isto é, conforme uma perspectiva política comunicativa ou uma perspectiva política de dominação. A comunicação constitui uma condição de possibilidade do conhecimento do mundo, mas, também, pode-se praticá-la para manter a ignorância, dependendo da perspectiva dos seus participantes. As tecnologias de comunicação encontram-se, portanto, no ponto de convergência de dois tipos possíveis de estratégias; podem servir tanto à maximização do conhecimento quanto ao exercício da violência simbólica. Em última instância, precisamos notar, porém, que todas elas são formas de mediação tecnológica da comunicação, cujo papel depende da economia de poder vigente na sociedade.

Harry Pross (1980), não obstante, salienta que, por isto, os sistemas de mídia não podem ser vistos de maneira neutra, como simples aparatos tecnológicos. Na verdade, os referidos sistemas são responsáveis por uma ritualização técnica da comunicação em nossa sociedade. Segundo vimos, a comunicação é sempre ritualizada pela estrutura simbólica: os sistemas de mídia redimensionaram materialmente este processo, tornaram-se as principais fontes de cerceamento do potencial cognitivo e emancipatório da comunicação de nosso tempo. O poder deles não reside em fazer ou deixar de fazer as pessoas se comportarem de determinado modo, mas reproduzirem as condições simbólicas de realização destes comportamento conforme novos princípios de disciplina.

Em outros termos, as teletecnologias criaram uma nova forma de estreitamento da comunicação, que tolhe a capacidade de expressão das pessoas, na medida em que essas técnicas representam, em essência, meios de transmissão de condutas, que submetem nossa competência comunicativa às suas rotinas, a seus cenários, a seu calendário: vide, por exemplo, os vários ritos sociais criados pelo hábito de ver televisão. Por tudo isso, resume o autor, “[...] nos vemos obrigados a considerar os *mass media* como portadores simbólicos ritualizados, que [embora não reprimam] deixam pouco espaço para a dimensão cognitiva da comunicação [...]” (Pross, 1980, p. 142; ver Pross, 1983, p. 86).



Figura 3.1 Harold Lasswell.



Figura 3.2 Emil Dovifat.

O paradigma funcionalista

O funcionalismo pode ser definido como uma corrente de fundamentação do pensamento sociológico para a qual os processos de ação social se estruturam em sistemas, que procuram reduzir as tensões do mundo; da vida e manter equilibrado o funcionamento da sociedade. A sociedade deve ser estudada como um sistema complexo de relações funcionais – resultantes da colaboração conjunta de todos os seus membros –, que se estrutura em seus vários níveis, visando a solucionar os problemas surgidos no curso da vida em comum (ver Chesebro; Bertelsen, 1996). Os sujeitos sociais são vistos por isso como seres que, sendo capazes de se adaptar aos sistemas de sentido da ação social vigentes (as semânticas dominantes) e exercer os papéis prescritos pelos diversos subsistemas em que vivem, podem se comportar conforme as regras e os princípios funcionais necessários à manutenção do sistema social.

Conforme essa perspectiva, a comunicação deve ser vista como fundamento do processo de interação social. A sociedade é um sistema social que é constituído por comunicações e por elas só, pensa Luhmann (1996). Os sistemas sociais surgem da necessidade de as pessoas coordenarem seu comportamento, da necessidade de cooperação social entre os homens. A comunicação cumpre precisamente a função de permitir aquele correlacionamento, promover a cooperação e aumentar as chances de as pessoas trabalharem em conjunto para conseguir seus objetivos, estabelecendo um sistema social. O processo de evolução dos sistemas sociais, resultante da multiplicação dos contatos, e o aumento das chances de interação tendem por sua vez a complexificar a comunicação, determinando o estabelecimento de um condicionamento recíproco entre comunicação e sociedade.

Nas sociedades tradicionais, a comunicação entre os homens é possibilitada basicamente pela linguagem, que podemos considerar a *mídia* prototípica da sociedade, seguindo Parsons (1971). Os problemas de interação podem ser resolvidos pelo emprego comunicativo das visões de mundo comuns, que se condensam em sua estrutura compartilhada pela comunidade. Com o desenvolvimento dos sistemas sociais e o surgimento das chamadas sociedades complexas, o processo da comunicação vai se tornando cada vez mais problemático, porque as pessoas passam a interagir no quadro de sistemas cada vez mais numerosos e diferenciados.

Os homens são levados então a criar novos meios de interação, as chamadas *mídias de difusão*, que não obstante geram novas complicações sociais. Os potenciais de conflito aumentam e as experiências vividas em comum diminuem, reduzindo a motivação subjetiva dos contatos e as chances de resolver os problemas de interação apenas pela linguagem corrente. Disso tudo, surge a necessidade de criar uma série totalmente nova de mídias, cujo objetivo será solucionar de forma sistêmica esses problemas, redimensionando o modo como a comunicação cumpre suas funções na sociedade. Conforme Parsons (1971), o dinheiro constitui o paradigma destas mídias, que convencionou chamar de *formas generalizadas simbolicamente de comunicação*.

OS PIONEIROS: LASSWELL E DOVIFAT

Harold Lasswell (1902-1978) definiu analiticamente pela primeira vez a estrutura e a função da comunicação social, estabelecendo os fundamentos do paradigma teórico da comunicação do ponto de vista funcionalista, ainda no final da década de 1930. Figura de proa do Grupo de estudos de comunicação organizado por John Marshall, da Fundação Rockefeller, entre 1939-1940 (ver Brett, 1999), ele apoiou, contra os defensores do entendimento interacionista, uma visão linear, direta e mecânica do processo de comunicação. Segundo o autor, com efeito, a comunicação constitui um processo de cunho intencional, através do qual as pessoas procuram influenciar o comportamento das demais por meio da transmissão de mensagens. Os homens se comunicam com o objetivo de se tornarem pessoas influentes, afetarem os outros e seu contexto vital. Do ponto de vista da estrutura, por conseguinte, a comunicação é toda ação pela qual um sujeito transmite ideias para seus semelhantes com determinado efeito, é toda ação que responde às perguntas: Quem? Diz o quê? Em que canal? Para quem? Com que efeito? (Lasswell, 1948).

Na Europa, concepção teórica similar, embora original, se desenvolveu um pouco mais tarde, com a sistematização dos princípios formadores do que, entre os alemães, se chamava de publicística, ou ciência das formas e processos de comunicação social, por parte de autores como Walter Hagemann (1947) e Emil Dovifat (1980). Diretor do Instituto de Publicística da Universidade de Berlim (1948-1959) e fundador da Revista *Publizistik* (1956), Dovifat (1890-1969), cujas ideias eram oriundas do pré-guerra, defendeu que a publicística ou estudo das formas e meios de comunicação se baseia no princípio de que esses podem e devem instruir e direcionar publicamente o espírito de um grupo, seção de toda a sociedade. Conforme Hagemann (1900-1964), seu rival e cofundador do citado periódico, o principal, sim, é isto, o postulado de que a opinião pode ser formada com o uso dos meios e de que o público pode ser guiado com o envio de informações, mas cabe ainda considerar a maneira como ele reage a esse processo (Hagemann, 1947). A publicidade ou comunicação pode ser entendida em ambos, portanto, como processo de criação e difusão de mensagens com o objetivo de influenciar os atos e as ideias de um público ou auditório. Os recursos técnicos são meios de externar publicamente os conteúdos da consciência, conforme argumentou Emil Dovifat:

[Comunicação pública ou] publicidade é toda mensagem dirigida ao público, estruturada e difundida publicamente com o objetivo de determinar seus atos e obras, no todo ou em parte, por meio do livre convencimento ou da pressão coletiva exercida com força ideológica, através da vontade e do saber [de um comunicador] (Dovifat, 1980, p. 23).

Embora não haja filiação direta, conceituações como essas consistiam, em resumo, em uma maneira de formalizar um conjunto de crenças sobre a ação social da mídia e o novo poder das ideias na era da técnica, que se difundira amplamente em seguida à I Grande Guerra. Durante o período, os primeiros sinais de alerta e reações intelectuais à ascensão das massas ao prosaíco social e à presença dos novos meios começaram a se traduzir em reflexões mais elaboradas sobre os fenômenos de comunicação. O emprego da propaganda política e militar, em meio ao tumulto dos conflitos mundiais e do avanço dos movimentos extremistas, fomentou a convicção de que as massas podiam ser manobradas, mais ou menos mecanicamente, através dos meios de comunicação. As transformações políticas e sociais em curso fermentavam em reflexão, estimulando o aparecimento de uma nova intelectualidade, de várias cores

políticas e de onde saíram os verdadeiros criadores do que, mais tarde, seria chamado de teoria da seringa hipodérmica.



Figura 3.3 Edward Bernays (Museum of Public Relations, Nova York).

Denominador comum desse grupo de engajados era a consciência tecnocrática e o entendimento puramente instrumental dos meios na nova sociedade, conforme se pode constatar lendo o que sobre eles escreveram em seu tempo nomes todavia tão distintos em credo político como os de Bernays, Lippmann, Goebbels e Münzenberg. Segundo Walter Lippmann (1889-1974), por exemplo, a ascensão das massas privou o processo de formação da consciência de sua racionalidade desde baixo, porque, em função daquele processo, as decisões doravante precisam ser tomadas em centros distantes, de maneira opaca e via mecanismos anônimos (Lippman, 1925). As pessoas se tornaram incapazes de pensar e agir sem a ajuda de formadores de opinião profissionais. O público em geral precisa ser estudado, avaliado e manejado tecnicamente por um estamento profissional, integrado por comunicadores especializados, se não se deseja o caos, se é para manter a racionalidade da opinião, embora a distinção entre os dois grupos seja relativa.

Os protagonistas de um caso [lembramos] são os espectadores em outro. Os homens estão sempre circulando entre o campo onde eles são executivos e o campo em que eles são apenas integrantes do público: a distinção entre os agentes e os espectadores de uma situação [...] não é absoluta (Lippmann, 1925, p. 110).

Edward Bernays (1891-1995) foi outro a defender esse entendimento, levando-o ao extremo, porém, ao observar, na mesma época, que tendo a civilização se tornado tão complexa e massificada, seu governo passou a exigir a invenção e o desenvolvimento de meios técnicos para manter a ordem e assegurar sua administração.

A manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões das massas [via os meios de comunicação] se tornou um importante fator na sociedade [atual], e os que manejam esse mecanismo oculto constituem um governo invisível, que é o verdadeiro poder governante de nosso país. Agora, somos governados, nossas mentes são moldadas, nossos gostos formados, nossas ideias sugestionadas amplamente por homens a respeito dos quais jamais ouvimos falar. Isso é o resultado lógico do modo como se organiza a sociedade democrática. Os seres humanos precisam ser levados a cooperar em massa e por essa via [a dos meios de comunicação], se é para viverem juntos como uma sociedade capaz de funcionar sem sobressaltos (Bernays, 1928, p. 9).

Conhecida também como esquema da bala mágica, a perspectiva em foco parte do suposto de que o processo de interação é determinado pela produção da mensagem e deve ser visto como a transmissão de mensagens de pessoa para pessoa. Nela, os circuitos de interação social são estruturados pela ação do comunicador. O comunicador é um sujeito que pretende provocar reações em outra pessoa ou grupo de pessoas, no contexto de um processo cujo grau de reciprocidade depende da frequência com que o receptor se transforma em comunicador. A comunicação é dita eficiente quando a reação do receptor corresponde ao objetivo visado pela mensagem; e deficiente, quando não corresponde ao objetivo pretendido pelo comunicador: em qualquer caso, o sucesso na comunicação é atribuído a esse sujeito, às habilidades do comunicador.

Diante das vantagens comparativas reveladas pelo modelo cibernético, concebido mais ou menos na mesma época, o esquema lasswelliano, responsável por uma formalização dessas ideias todas, acabou saindo bastante rápido do cenário científico. Diversamente ocorreu, porém, com a teorização sobre as funções sociais que relacionou com a comunicação. Para o funcionalismo, as pessoas se comunicam dia a dia com certos propósitos, cujo efeito é o cumprimento de determinadas funções necessárias à manutenção do sistema social.

Lasswell (1948), pioneiro na matéria, estabeleceu três destas funções. A primeira é a generalização do conhecimento comum ou supervisão do contexto social. A comunicação possibilita às pessoas disporem dos conhecimen-

tos necessários para se conduzir socialmente e fazer frente aos problemas comuns, sem que precisem manipular de maneira direta com todas as coisas que lhes servem de referência. A segunda é o correlacionamento das respostas dadas pelos sujeitos aos problemas colocados pelo sistema social. A comunicação permite às pessoas calibrarem os contatos, coordenarem seus comportamentos e reagirem coletivamente às situações sociais. A terceira função é a transmissão do patrimônio cultural da sociedade. A comunicação mantém a coesão social, consignando e reforçando o cumprimento dos papéis sociais, responsabilizando-se pelo processo de socialização.

Posteriormente, este esquema foi complementado, chamando-se a atenção para o fato de que o processo também pode provocar disfunções sociais, toda a vez que leva os sujeitos a se desajustarem entre si e sua sociedade. As consequências da comunicação não são necessariamente funcionais: os conhecimentos que ela põe em circulação podem desequilibrar os sistemas de ação social, como provam os rumores e boatos. No entanto, essas consequências devem ser vistas como excepcionais: são fenômenos que se ressentem da falta de um caráter padronizado, normativo e constante, não afetando o funcionamento normal da vida coletiva, que, diante de sua ocorrência, tende a retomar seu equilíbrio precisamente através da comunicação.

A comunicação constitui, portanto, um processo que visa, em essência, a minimizar as tensões e reduzir a complexidade dos problemas da interação social; que, embora por vezes veicule certas disfunções, visa, em última instância, a conter as tendências à desintegração do sistema social.

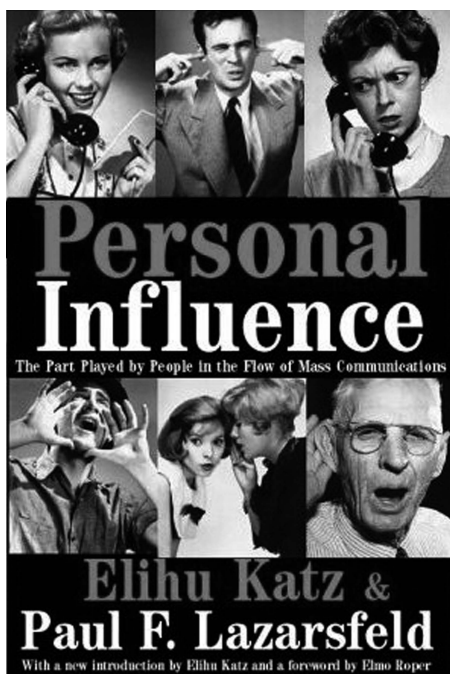


Figura 3.4 *Personal influence* (Elihu Katz & Paul Lazarsfeld, 1955) – capa da edição comemorativa do 50º aniversário (New Brunswick, Transaction Books, 2005).

A REVISÃO DO MODELO: SCHRAMM

No transcurso dos anos de 1950, como dito, o esquema da seringa hipodérmica, submetido a testes empíricos, começou a ser reelaborado pelo pensamento funcionalista. O caráter problemático de suas várias proposições foi sendo revelado pelas pesquisas de campo que puseram-no à prova (ver Katz; Lazarsfeld, 1955). O resultado foi uma série de modificações não somente no entendimento do modo como a comunicação influencia as pessoas, mas no próprio conceito do processo da comunicação. As reformulações que esses estudos ensejaram, levando ao seu enquadramento nos modelos criados pela teoria da informação, encontram-se sintetizadas nos escritos do casal Riley e Riley (1972) ou, mais tarde um pouco, de forma muito hermética, nos do grupo de Henk Prakke (1977).

Conforme sublinham esses autores, tornou-se patente, em primeiro lugar, que a comunicação não pode ser reduzida à ação do comunicador; compreende necessariamente a recepção da mensagem, que nem sempre corresponde à intenção do comunicador, sem prejuízo necessário para a comunicação. Os indivíduos têm a capacidade de afetar e serem afetados, interagir, mesmo que não haja identidade entre os contextos de produção e recepção da mensagem. Por isso, passou-se a considerar que a relação do emissor com o receptor não é unilateral: deve ser vista também da perspectiva contrária, do receptor para o comunicador; que o comportamento deste último não ocorre à revelia do comportamento do primeiro: há um condicionamento recíproco entre emissores e receptores no processo da comunicação.



Figura 3.5 Wilbur Schramm

O ponto de partida do processo de revisão foi, portanto, a constatação de que a comunicação humana não se esgota na capacidade de transmitir ideias de pessoa para pessoa, na medida em que a mensagem precisa ser recebida e compreendida pelo destinatário para haver comunicação. O comunicador é um sujeito que pretende afetar as reações de uma pessoa ou grupo de pessoas. Os destinatários, todavia, não reagem mecanicamente só porque podem ser afetados em seu comportamento, mas, sobretudo, porque dispõem da capacidade de afetar a si mesmos como receptores. A comunicação pode ser eficiente, mesmo que o comunicador não consiga afetar o receptor conforme sua intenção, quando a mensagem mandada faz sentido para o recebedor, permite que haja uma reação conforme o interesse do destinatário.

Portanto, os sujeitos não se comunicam sempre na condição de emissores; também podem fazê-lo, em parte, é claro, enquanto receptores, como nos casos em que procuram conhecimento ou se distraem com alguma outra pessoa. Em outros termos, os conceitos de comunicador e receptor não dizem respeito às pessoas, mas às funções que as pessoas podem desempenhar, em diversos graus, em uma interação e, por isso, “[...] comunicador e receptor sempre se mantêm em situação dialógica [...]”, são “[...] sócios iguais [...]” no processo da comunicação (Prakke et al., 1977, p. 69).

Segundo Wilbur Schramm (1907-1987), fundador do campo acadêmico da comunicação de massas (Instituto de Pesquisa em Comunicação da Universidade de Illinois, 1947) e promotor desse novo entendimento, podemos ordenar essas ideias no seguinte esquema:

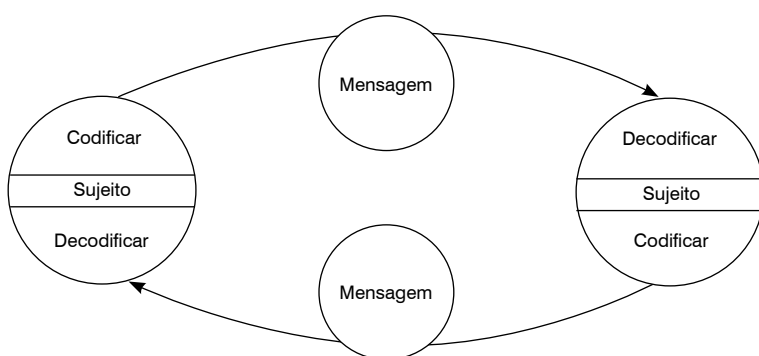


Figura 3.6 O modelo de Schramm.

Conforme explica esse autor, a comunicação humana é estruturada por sujeitos que desempenham ao mesmo tempo as funções de emissor e recep-

tor, no contexto de uma rede formada pelo sistema social em que vivem (Schramm, 1954). A comunicação, enquanto processo de transmissão e recepção de mensagens, se estende no espaço e permanece no tempo. Os homens estão constantemente se comunicando, recebendo e transmitindo mensagens, de modo que não faz sentido pensar que o processo tenha início e fim predeterminados: seu comportamento comunicativo se conecta com o precedente e prepara o seguinte, formando uma rede de interação societária. A comunicação é sempre realimentada, na medida em que o comunicador conduz suas ações em referência às respostas do receptor, monitorando as reações do destinatário e assumindo o papel de receptor, no contexto ou momento do processo que podemos chamar de *feedback* da comunicação.

Os indivíduos têm a capacidade de codificar e decodificar suas ideias para, como mensagens, trocá-las com seus semelhantes pelo fato de viverem em um mesmo sistema social. A linguagem constitui o principal meio de comunicação, porque podemos codificar e decodificar os sons que produzimos através do aparelho fonador. A codificação e decodificação das mensagens não devem ser confundidas, porém, com sua interpretação. A primeira competência diz respeito à capacidade de estruturar ou reconhecer as mensagens, conforme determinado sistema de classificação ou conjunto de regras necessariamente comum. Já a segunda diz respeito à capacidade de carregar intencionalmente ou dar sentido às mensagens, que tende a variar conforme se passa do contexto de transmissão para o contexto de recepção da mensagem (ver Schramm, 1954).

Como Maletzke (1976), Schramm (1954) nota, contudo, que houve uma segunda mudança em relação ao modelo de Lasswell (1948). Nos anos de 1950, também ocorreu uma profunda revisão na maneira de encarar o problema dos efeitos da comunicação, encetada alguns anos antes com as pesquisas feitas por Katz e Lazarsfeld (1955) e Merton (1946). A pesquisa social empírica mostrou que a conduta persuasiva e seus efeitos não podem ser entendidos como relação de estímulo e resposta entre comunicador e receptor. O conteúdo das mensagens não tem capacidade de determinar mudanças qualitativas no comportamento das pessoas, não há relação de causa e efeito do processo da comunicação. As estruturas societárias em que as pessoas vivem determinam o modo como se comunicam e o modo como são influenciadas pela comunicação.

O processo da comunicação é estruturado socialmente; comunicador e receptor não são figuras descarnadas, mas pessoas que se comunicam como membros do grupo social em que vivem e com o qual ligam seu destino. Os indivíduos se socializam e vinculam seu modo de vida a certos

grupos durante sua vida, compartilhando com eles suas experiências, valores e padrões de comportamento, na medida em que estes grupos constituem o meio em que satisfazem suas diversas necessidades sociais. Em consequência disso, esses grupos condicionam a produção e recepção das mensagens que circulam na sociedade, levando as pessoas a fazerem escolhas, interpretar o conteúdo e a reagirem praticamente diante delas conforme os critérios, valores e padrões de comportamento defendidos pelas mesmas. A comunicação não deve ser vista, portanto, como um processo puro e simples de influência, mas como um processo de influência recíproca entre as pessoas, condicionado por sua pertença a um mesmo grupo social.

Segundo essa perspectiva, os grupos são chamados *primários* quando satisfazem mais ou menos informalmente as necessidades imediatas do sujeito: a comunidade familiar, o grupo de amigos, os companheiros de trabalho podem ser considerados grupos primários, na medida em que satisfazem as necessidades materiais, afetivas, intelectuais ou outras para um sujeito. Em contrapartida, os grupos são chamados *secundários* quando satisfazem de maneira mais ou menos formal as necessidades sociais dos sujeitos, constituindo instituições cujos objetivos transcendem as necessidades imediatas das pessoas: os partidos políticos, as empresas, as igrejas são exemplos de grupos secundários. Os dois tipos de grupo fornecem padrões de referência para o comportamento comunicativo do sujeito, tendo-se chegado à conclusão de que os primeiros mediatizam não somente a produção e recepção das mensagens, mas também os padrões de referência fornecidos pelos segundos. Em síntese, a conduta interativa deve ser entendida “[...] primeiro em termos de seus grupos primários e, posteriormente, nos termos das organizações mais amplas, nas quais estes grupos estão inseridos [...]” (Riley; Riley, 1972, p. 136).

Os indivíduos se comunicam porque compartilham de um campo de experiência comum, compreendido como conjunto de conhecimentos que todo sujeito carrega consigo e ainda permite à pessoa estruturar sua visão de mundo em um dado grupo social. As comunicações variam em grau de interação, conforme esses campos mais ou menos se superpõem durante o processo; quando as pessoas não pertencem ao mesmo grupo social e não compartilham do mesmo campo de experiência, as mensagens são filtradas e o processo de influência diminui suas chances de sucesso.

As comunicações que fluem de pessoa para pessoa não podem ser vistas, portanto, como ações pontuais, mas parte de um fluxo de produção e recepção de mensagens sujeito a diversos *filtros*. As mensagens em circulação no campo social são filtradas pelas estruturas societárias em que as pessoas vivem, passam por diversos processos de seleção. As pessoas sele-

cionam o conteúdo das mensagens, conforme os critérios vigentes em seu contexto vital e campo de experiência. Por causa disso, a comunicação tende a reforçar as predisposições comportamentais de cada pessoa, confirmar as crenças que cada uma mantém dentro do seu grupo social. As mensagens em sentido contrário encontram resistência, terminando por serem rejeitadas, ou reinterpretadas em seu conteúdo, de acordo com os critérios de avaliação do grupo.

A conclusão geral a que se chegou assim é a de que a comunicação social se estrutura como um fluxo de influência em duas etapas. As mensagens produzidas em um contexto societário distinto do contexto de recepção, para serem veiculadas pelos diversos meios de comunicação, não fluem de maneira direta do comunicador para o receptor: sofrem um processo de filtragem e reinterpretação (*two step flow of communication*). A circulação social das mensagens é mediada pelos chamados *formadores de opinião*, pessoas que, reconhecidas e legitimadas por um grupo, exercem uma influência sobre o comportamento dos membros deste grupo em determinado contexto social. Os formadores de opinião podem exercer sua influência sobre um grande número de pessoas em uma dada esfera de atividade, ou sobre um pequeno número de pessoas em diversas; mas – em todo caso – a sua capacidade de influenciar as pessoas depende do seu reconhecimento como porta-vozes e intérpretes autorizados do pensamento do grupo, na medida em que as interações recíprocas dos componentes do grupo representam a base do processo de influência e do sucesso na comunicação.

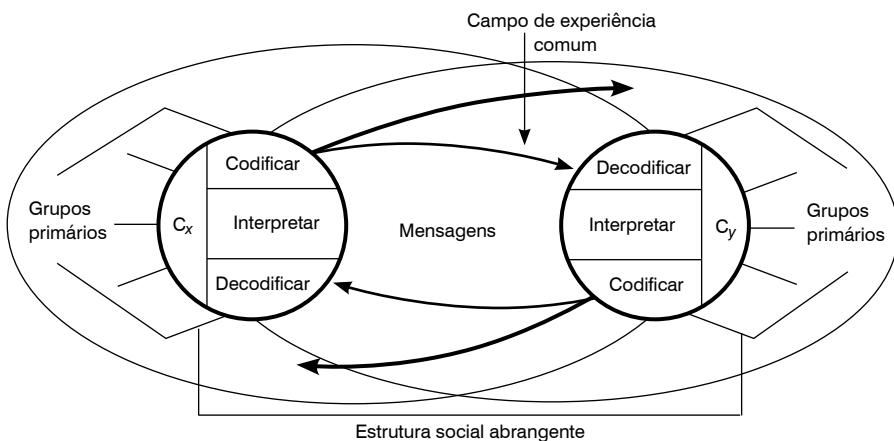


Figura 3.7 Modelo funcionalista abrangente.

Conforme sublinhado acima, o conceito de *feedback* é readaptado neste esquema, passando a designar o momento do processo da comunicação pelo qual o comunicador se transforma em receptor. Em outros termos, a *retroalimentação* perde o cunho de controle do receptor pela fonte que possuía no modelo cibernético informacional. De qualquer modo, conclui-se nesta revisão que os homens se comunicam com o objetivo de produzir e receber mensagens capazes de influenciar nos dois sentidos. Quando este objetivo não se realiza, não há comunicação.

Procedendo dessa maneira, o funcionalismo, todavia, foi levado a redefinir o próprio conceito de influência, separando-o da capacidade pura e simples de produzir e receber mensagens, para caracterizá-lo como forma generalizada simbolicamente de comunicação. A capacidade de influenciar as pessoas é resultado da especialização e, em seguida, da generalização de certos processos de interação verificados em situações particulares para todo um grupo social, baseada no reconhecimento de uma reputação ou representatividade em certas pessoas, mas, sobretudo, em uma generalização de certos compromissos valorativos entre as pessoas de uma mesma coletividade.

Os sujeitos elaboram representações cognitivas relativas à realidade. Os dados que incluem essas representações e a interpretação que se faz delas procedem em maior ou menor medida da informação que lhes propõem as instâncias mediadoras. A participação em tais instâncias na produção subjetiva das representações cognitivas equivale ao conceito de *influência social*. (Martín Serrano, 1988, p. 30).

Nas esferas de mediação, as pessoas costumam tomar as demais como fonte de informações com que podem se conduzir, embora não estejam em condições de verificar sua veracidade. A situação ocorre, porém, porque elas não somente contam com esta possibilidade, como supõem que a correção das informações pode ser justificada com base em normas válidas para todo o grupo pela fonte.

O reconhecimento de que o processo de influência constitui um problema complexo, que, entretanto, não pode ser explicado apenas pela troca social de mensagens, levou assim os pensadores funcionalistas a redefinirem teoricamente o problema das condições de possibilidade da comunicação na sociedade.

A TEORIA DAS MÍDIAS: NIKLAS LUHMANN

Talcott Parsons (1902-1979) contribuiu decisivamente para pôr em andamento essa empresa, estabelecendo os fundamentos de uma teoria das mídias ou formas generalizadas de comunicação, desenvolvida mais tarde por Niklas Luhmann. “Parsons revolucionou a teoria funcionalista mediante a introdução da teoria dos sistemas e da cibernética, criando o funcionalismo sistêmico [...]” (Saperas, 1992, p. 204). Para ele, a comunicação constitui o núcleo dos mecanismos de interação social, que permite às pessoas entrarem em contato, compreenderem-se mutuamente e coordenar suas ações, malgrado o contexto vital de cada indivíduo variar de pessoa para pessoa, de grupo para grupo, de sociedade para sociedade. Os sistemas sociais se constituem com base na comunicação. Entretanto, salienta o autor que, precisamente por isso, a comunicação não pode ser definida somente como troca de informações entre as pessoas, deve ser compreendida ainda no quadro do que convencionou chamar de formas generalizadas simbolicamente de comunicação.

A comunicação é um meio de agir sobre os outros para obtermos a satisfação de nossas necessidades, constitui um processo intencional, pelo qual as pessoas influenciam o comportamento dos demais, levando-os a realizar certas ações cuja premissa não se encontra em sua própria motivação, mas na mensagem que recebem de seu semelhante, e isso no quadro de interações sucessivas, que determinam a formação de verdadeiros sistemas de ação social.



Figura 3.8 Talcott Parsons.

O processo só tem sucesso, portanto, quando as mensagens, mandatos e informações que ele carrega são recebidas, aceitas e postas em prática pelo seu destinatário, pressupondo necessariamente, assim, que haja um mecanismo de interação entre os planos de ação dos participantes, que haja um meio capaz de motivar as pessoas a adotarem as formas de ação social propostas pela fonte emissora. A comunicação não pode ser reduzida à produção, veiculação e recepção das mensagens, constitui um processo que se estrutura com base em determinados códigos que, previamente, criam as condições para as pessoas se comunicarem com sucesso (Parsons, 1963).

Luhmann (1927-1998) desenvolveu sistematicamente esta perspectiva de pesquisa no contexto de uma teoria da evolução social, procedendo a uma redefinição do próprio conceito de comunicação. “O sociólogo parte da hipótese de que a evolução sociocultural viabiliza [sistemicamente] a transformação e a ampliação das possibilidades de estabelecer uma comunicação com probabilidade [de continuação] [...]” (Marcondes Filho, 2004a, p. 468).

Segundo ele, as pessoas não preexistem à comunicação. A comunicação é que preside à sua constituição como participantes da interação, além dessa própria interação:

Os *mass media* não são meios no sentido de fornecer informações a partir dos que a conhecem para os que não as conhecem: o são na medida em que tornam acessível um conhecimento de fundo e, assim, permitem que ele sirva de ponto de partida para novas comunicações [...]. Cada meio fornece um vasto, embora não ilimitado, leque de possibilidades a partir do qual a comunicação pode selecionar certas formas, quando alguém tem de se decidir a respeito de algum tópico em particular (Luhmann, 2000, p. 66).

As comunicações não são fontes de conhecimento comum e ordinário, nem geradoras de formas consensuais de construção simbólica da realidade. A compreensão das mensagens é quase sempre um mau entendimento que ignora ou se esquece do seu cunho problemático. O importante nelas não é o que se passa dentro, se é que aí se passa algo, mas o que ocorre na conduta dos participantes no curso da comunicação (Luhmann, 2000). O sistema social se vale daquelas mensagens para promover, diferenciar, distribuir e descarregar em diversos subsistemas as relações entre os seres humanos. A primeira função social dos meios de comunicação é engendrar um banco de memória do qual podem se servir os seres humanos, de modo que cada um em especial pode se comunicar com os outros sem se sentir parte de outro mundo, sem ser afetado de todo pelo sentimento de incomunicabilidade.

Conforme sentenciar o autor:

A comunicação não é, em absoluto, como se dá a entender normalmente nas conversas comuns e numa desafortunada utilização científica do vocábulo, um processo de *transmissão* de significado ou de informação; a comunicação é a realização de uma estrutura comum de sentido, que informa pelo menos um dos seus participantes. O conceito de transmissão tropeça no fato de que a transmissão pressupõe a identidade do transmitido e, com ela, a cessão da propriedade em transmissões sucessivas; quer dizer, pressupõe de alguma maneira uma soma constante. Contrariamente, na comunicação atua como idêntico não uma estrutura de sentido transferida, mas sim uma estrutura de sentido cimentada em comum, que permite uma regulação das surpresas recíprocas.[...]. Nenhuma comunicação é transmissão, na medida em que pressupõe um significado preexistente (que permite a articulação das surpresas informativas para os participantes) (Luhmann [1971] citado por Böckelmann, 1983, p. 38).

Para Luhmann (1996), essas estruturas são precisamente o que ele chama de mídias ou formas generalizadas de comunicação. Os sistemas sociais não podem se constituir sem comunicação; para as pessoas poderem correlacionar suas ações, é preciso que haja comunicação. A comunicação constitui, de fato, um fator de redução da complexidade da interação social, porque se baseia em temas que precisam ser selecionados. As formas generalizadas de comunicação surgem para criar as condições de possibilidade desta comunicação, requerida pelos diversos sistemas sociais; são mecanismos que tornam provável o improvável: uma comunicação com sentido para os participantes de um mesmo sistema social. Noutros termos, constituem mecanismos de controle sistêmico ou codificações simbólicas da ação, que regulam os processos de interação, determinando o modo como se pode comunicar com sucesso.

Os meios de comunicação podem sempre constituir-se quando o modo de seleção de um parceiro serve, concomitantemente, de estrutura de motivação do outro. Os símbolos deste contexto entre seleção e motivação assumem então a função de mediadores e o tornam, para ambos os lados, claro, de tal forma que ele pode, como contexto antecipado, reforçar a seletividade e, ademais, motivá-la reciprocamente (Luhmann, 1981, p. 8).

A linguagem representa a forma prototípica dessas mídias, substituindo o manejo das coisas pelo manejo de suas representações simbólicas; tem a capacidade de coordenar a ação dos sujeitos, mediante o estabelecimento de um mesmo quadro de compreensão. As pessoas dão sen-

tidos necessariamente diversos para suas vivências. O emprego das expressões linguísticas permite que elas se ponham em contato, negociem um sentido comum e resolvam os problemas postos pelo seu contexto concreto de vida. A comunicação se torna profundamente problemática, porém, quando o emprego dessas expressões se desvincula do contexto vivido, ou não se pode negociar de maneira direta seu sentido, em grau que tira toda possibilidade dela continuar cumprindo sua função social. Neste momento, passam a intervir, contudo, as chamadas mídias de intercâmbio, que promovem uma seleção no espectro dos contatos possíveis entre dois sujeitos, realizam uma especialização nos processos de interação, mediados em última instância pela linguagem.

O ponto de partida desse processo está ligado sem dúvida ao desenvolvimento das chamadas mídias de difusão, sistemas de transporte e distribuição de mensagens e estruturas de sentido, que liberam a comunicação das situações de contato direto entre os homens, permitem a eles se desvincularem dos contextos concretos de interação, para tomar decisões e forjar planos de ação que, não obstante a distância existente, mantêm certa reciprocidade. Em função delas, de fato, as pessoas podem separar o contexto de produção do contexto de recepção das mensagens, a memória disponível para as futuras comunicações pode se desvincular da memória individual; mas ao mesmo tempo verifica-se necessariamente uma seleção das mensagens, que termina por reduzir as possibilidades contidas no processo social da comunicação. A correlação de seus planos de ação é sujeita a uma especialização que generaliza certos tipos de contato em detrimento de outros, determinando o surgimento das mídias de intercâmbio.

As mídias de comunicação simbolicamente generalizadas aparecem somente quando as técnicas de difusão permitem ir além dos limites da interação entre pessoas presentes e fixar a informação fora dela não só para um número desconhecido de não presentes, mas também para as situações ainda insuficientemente conhecidas para as pessoas (Luhmann, 1992, p. 51).

Nas sociedades tradicionais, a passagem para novo patamar do processo comunicativo começa com a descoberta da escrita, principal responsável pela seleção dos mecanismos de influência como forma generalizada de comunicação. A escrita desvincula esse processo das situações sociais vividas pelas partes; o mecanismo de influência, que seleciona e generaliza certos padrões de interação estabelecidos nestas situações, por sua vez, aumenta as chances da comunicação se realizar com sucesso.

Posteriormente, desenvolvimentos sistêmicos favorecerem a descoberta de novas mídias de difusão, que por sua vez colocam à sociedade a necessidade de criar novos mecanismos de intercâmbio, para fazer frente à complexidade crescente dos problemas de interação, reduzir a possibilidade do número crescente de contatos perder-se no redemoinho das crenças e vivências individuais, em um contexto marcado pela progressiva diferenciação funcional da vida coletiva.

[Em relação a essas mídias] seria um erro grave supor [porém] que uma vida comunitária anterior à linguagem foi relegada em favor de uma linguagem de uso oral, esta por sua vez em favor da escrita, e a escrita difundida por meio da imprensa e, para concluir, esta última em favor dos meios eletrônicos. [...] antes o que acontece é que em cada nova fase da evolução conserva-se a forma precedente de formação de sistemas sociais e só se complementa com novas possibilidades (Luhmann, 1992, p. 151).

De todo modo, verifica-se que, com esses meios, ocorre a formação de verdadeiros códigos de interação, que possibilitam o processamento de informação entre os participantes e, por conseguinte, podem motivar novas seleções, no contexto de um mesmo sistema de padronização das várias comunicações.

Podemos descrever o serviço dos meios simbólicos de suas formas típicas afirmando que consiste em possibilitar uma combinação altamente improvável de seleção e motivação. Estes conceitos, todavia, não designam estados psicológicos (para que a comunicação tenha êxito é irrelevante o que sente o devedor no momento em que oferece o pagamento), mas construções sociais, para as quais é suficiente que se possam pressupor os estados de consciência correspondentes. A aceitação da comunicação significa, portanto, apenas que ela depende de sua suposta continuidade, independentemente de o que acontece na consciência individual [dos participantes] (Luhmann, 1996, p. 230).

A sociedade se torna mais complexa: as pessoas perdem a capacidade de negociar caso a caso o sentido de sua ação em comum. Os sistemas econômico e político se diferenciam, com base em mídias como o dinheiro e o poder (codificação burocrática da interação), possibilitando o estabelecimento de sistemas de reciprocidade na ação cada vez mais desvinculados da vivência subjetiva dos homens. As pessoas não podem mais se cristalizar exclusivamente em um sistema, passando a viver ao mesmo tempo dentro de múltiplas estruturas de sentido, que retiram da simples vivência a capacidade de coordenar organicamente as ações. Em resumo, verifica-se um processo que desvincula a comunicação da subje-

tividade humana, transferindo essa capacidade para as novas mídias de intercâmbio, responsáveis por uma formidável reestruturação do processo da comunicação na sociedade.

Luhmann (1996) define a comunicação a partir dos conceitos de sinalização, informação e aceitação. A segunda ocorre quando a sinalização dada por algo ou alguém é aceita por outro ou outrem. O critério definidor para sua ocorrência é a consecução de um efeito via mensagem. O significado concreto desta última para um sujeito é irrelevante, não há um sentido (metafísico) anterior ao processo de aceitação da comunicação. A realidade que conta é apenas a de sua inserção no movimento autopoietico da vida social, a de sua inclusão funcional na dinâmica sistêmica da sociedade (ver Marcondes Filho, 2004a).

As tecnologias de difusão em massa desempenham um papel fundamental neste processo, na medida em que representam os veículos de distribuição destas novas estruturas de sentido. Segundo Melvin DeFleur e Sandra Ball-Rokeach (1993), as mídias de massa formam um sistema de recursos de informação apreciados e escassos, gerindo relações interdependentes com outros sistemas, “[...] relações essas que produzem cooperação motivada pelo interesse mútuo, conflito motivado pelo interesse próprio, e mudança para maior simetria ou assimetria da dependência [ao sistema da sociedade] [...]” (DeFleur; Ball-Rokeach, 1993, p. 340).

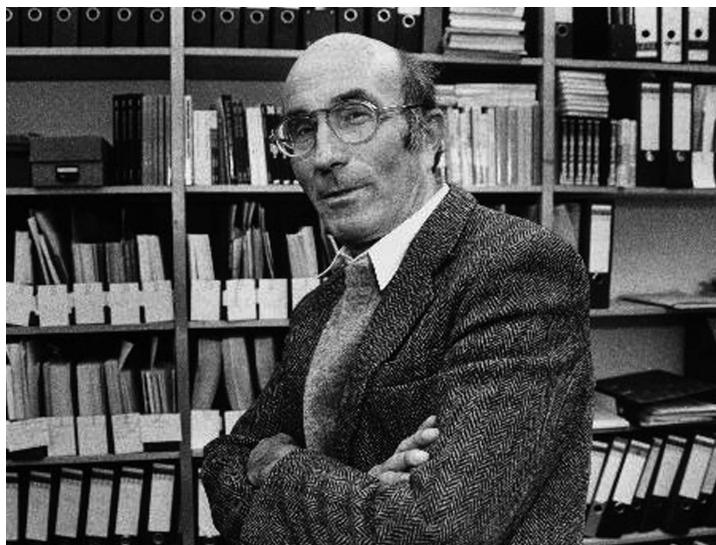


Figura 3.9 Niklas Luhmann.

A complicação sempre crescente dos sistemas sociais multiplicou os contatos e sobrecarregou o sentido da ação comunicativa, forçando sua especialização, estabelecida precisamente pelo desenvolvimento das mídias de intercâmbio. As comunicações de massa não somente forneceram as condições de possibilidade desse processo, como terminaram constituindo-se em novo fator de seleção do processo social da comunicação, cuja função primária é descarregar as vivências particulares das sobrecargas de sentido, geradas pela desoneração de sua capacidade de entendimento na sociedade contemporânea.

Luhmann (2000) nota que as mídias de difusão (as comunicações de massa) não têm a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas: são um veículo tecnológico de distribuição de influência; em essência, não são veículos de transmissão de mensagens, mas distribuidores de estruturas de sentido e mecanismos de coordenação social, que são, através deles, sistematicamente especializados e reduzidos, devido à necessidade, que eles têm de selecionar aquelas estruturas. Em outros termos, eles constituem um sucedâneo tecnológico das velhas estruturas societárias, que, não obstante, capacita os sujeitos a participar seletivamente, conforme critérios próprios, do processo de interação social.

A realidade dos meios de comunicação só pode ser compreendida se passarmos ao largo da visão segundo a qual eles fornecem informação relevante sobre o mundo e de que assim, como se fosse possível a eles fazer o oposto, podemos avaliar e corrigir suas falhas, suas distorções, a maneira como manipulam as opiniões. Os meios são uma estrutura dual de reprodução e informação, que promove de maneira contínua uma auto-poiesis adaptativa e uma disposição cognitiva [do social] em ser irritado (Luhmann, 2000, p. 98).

Explicando melhor, o pensador quer dizer que as chamadas mídias de intercâmbio retiraram a sobrecarga dos processos comunicativos, promovendo sua especialização, mas ao mesmo tempo tiraram das pessoas a capacidade de formar suas próprias pautas de conversação, transferindo-as para os meios de comunicação de massa e suas rotinas. Os indivíduos têm vivências extremamente diferenciadas, que não podem ser enquadradas em uma mesma e exclusiva estrutura de sentido. Em contrapartida, pode-se deduzir disso que, ao contrário do que supõe a opinião corrente, eles não podem ser influenciados pelos meios de comunicação.

Não obstante, precisamos encarar o fato de que “a interação social se estrutura em conteúdos significativos, cujo número tem de ser limitado.

Vale dizer, as tematizações devem selecionar-se de maneira tal que se ajustem teoricamente a todos os membros da sociedade, que se façam vinculantes de modo mais ou menos público, que sejam capazes de generalização”. (Böckelmann, 1983, p. 48).

O trabalho das mídias de difusão em massa é bem este: proceder à seleção das temáticas disponíveis para a conversação pública em nossa sociedade. Graças a elas, os indivíduos posicionam-se comunicativamente cada vez mais como sujeitos cuja conversação é pautada desde fora, como sujeitos que falam e procuram quem fale sobre os temas selecionados de maneira sistêmica pelos meios de comunicação midiada. Modernamente, as comunicações de massas decidem os temas que entram ou escapam à discussão da sociedade. As perspectivas que comandam essa tematização são as mesmas que encontramos nas premissas motivacionais das mídias de intercâmbio, mas não se esgotam nelas, incluem necessariamente dados do sistema cultural.

Parsons (1971) fez notar de fato que as mídias sistêmicas facilitaram funcionalmente as rotinas de intercâmbio necessárias à manutenção da vida social, retirando sentido da chamada comunidade societária (*societal community*). Os processos de integração dos indivíduos aos sistemas de ação, governados pelos mecanismos de influência, foram perdendo cada vez mais a função com o processo de evolução, gerando um problema de motivação, que se tornou hoje a principal fonte de abalo no sistema social. As revoluções industrial e democrática reorganizaram este sistema funcionalmente, reduzindo o potencial de crise dos seus respectivos campos de ação, mas provocaram um desajuste nas crenças relativas à solidariedade social, que terminou minando os fundamentos do sistema cultural e da própria personalidade.

Em função disso, não surpreende que os processos de comunicação mediados pelas novas tecnologias sustentem sua seletividade e capacidade de generalização temática com a *diversão* da sociedade. Em outros termos, cumpram suas funções sociais possibilitando que as pessoas, pela descarga afetiva, empreguem os recursos disponíveis no sistema cultural. Basta ver mais de perto, para notar que, entre as funções das mídias de difusão, encontra-se a de prevenir o surgimento de perturbações sistêmicas, decorrentes da referida desocupação dos recursos pessoais. Pertence a essas mídias a capacidade motivacional de mobilizar as crenças e vivências dos homens por meio de entretenimento (Luhmann, 1992).

Em conclusão, verifica-se, portanto, que a comunicação passou por três processos de redimensionamento no curso da evolução social. O primeiro ocorreu com a descoberta das mídias de difusão, que desvinculou a comunicação do contexto vivido diretamente pelas pessoas. O segundo ocorreu com o surgimento das mídias de intercâmbio, que criou as estruturas de sentido necessárias para garantir o sucesso da comunicação. O terceiro, enfim, ocorreu com o desenvolvimento das mídias de difusão em massa, que não somente se tornaram o fator de coordenação das principais mídias de intercâmbio, estabelecendo uma conexão entre os padrões de manutenção e os padrões de integração do sistema social, mas terminaram por constituir-se na principal estrutura de seleção e agendamento do diálogo público na sociedade contemporânea.



Figura 4.1 Marx e Engels, Alexanderplatz, Berlim.

O paradigma materialista

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) não foram teóricos da comunicação, cujo conceito sequer era problematizado em seu tempo (ver De La Haye, 1974). Não obstante, encontra-se em seus escritos uma série de princípios com que se procurou desenvolver uma concepção materialista da comunicação no século XX. Para os autores, a sociedade é resultado do processo de transformação da natureza pelo homem. O trabalho é o fator responsável pela socialização dos seres humanos e a criação das bases materiais de seu modo de vida. Os indivíduos trabalham cooperativamente para satisfazer suas necessidades, estabelecendo determinadas relações sociais que, ao mesmo tempo, se transformam em condição do próprio trabalho. A sociedade surge, pois, com o estabelecimento de um certo modo de produção, em cuja base se funda o desenvolvimento da civilização.

A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidos pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado, ela prossegue em condições completamente diferentes da atividade precedente, enquanto de outro modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diferente (Marx e Engels, [1845] 1977, p. 70).

Conforme essa perspectiva, a comunicação deve ser estudada, em essência, como processo de generalização simbólica da práxis humana, enquanto mediação mais ou menos universal do modo de produção. “A sociedade é constituída interobjetivamente (como realidade material mediadora) mediante o trabalho, e intersubjetivamente (como realidade simbólica mediadora) mediante a comunicação [...]” (Espinosa, 1981, p. 185).

Porém, o segundo aspecto não pressupõe ou remete a qualquer tipo de excepcionalidade:

A cultura ou a informação não devem ser vistas como expressão de uma lógica separada e anômala, mas como realidades específicas e singulares que, todavia, precisam ser situadas à luz de um princípio categorial mais geral e abrangente: essa categoria gerativa pode ser encontrada no trabalho, a base do que pretendemos que seja uma *teoria trabalhista da cultura* (Schiller, 1996, p. 187).

O trabalho possibilita a formação da consciência do meio sensível e esta se expressa necessariamente na linguagem, nascida com a necessidade de cooperação entre os homens. A linguagem, porém, não é senão a condensação simbólica da práxis humana que possibilita a comunicação. Desse modo, o processo de interação representa a mediação subjetiva da práxis social, constituindo figura estruturada, em última instância, pelo modo de produção dominante na sociedade.

A sociedade, encontrando-se dividida em homens que trabalham e homens que dirigem os vários processos de trabalho, condiciona os processos comunicativos. A consciência é produzida dentro de condições de desigualdade. A comunicação não é só a principal mediação da práxis, mas um meio de socialização da consciência gerada pelas condições históricas que determinam essa práxis. As contradições contidas nessas condições, entretanto, influenciam por sua vez o contato entre os homens, de modo que a formação da consciência é um processo em que se manifestam determinadas relações de poder, está em jogo a dialética entre alienação e conscientização do homem.

TRABALHO E INTERAÇÃO: MARX E ENGELS

Marx deu origem à tese de que a comunicação é uma categoria abstrata, que precisa ser compreendida no contexto da totalidade concreta, determinada em última instância pelo modo de produção dominante na sociedade. O indivíduo é produto do trabalho e, portanto, este último representa a categoria fundamental da práxis humana. Engels coloca o ponto nos seguintes termos: “O trabalho é a condição básica de toda a vida humana, em certo grau e sentido que, para dizer a verdade, criou o próprio homem [...]” (Engels, [1880] 1977, p. 96).

Em outras palavras, o trabalho constitui a capacidade credora de nosso próprio ser, de nossa própria humanidade. O homem não se dife-

rencia dos animais só pelo manejo de símbolos, mas antes pelo fato de produzir seus meios de subsistência, criar e transformar praticamente as suas condições materiais de vida. O primeiro ato histórico é a produção dos meios necessários à sua sobrevivência, que, em seguida, criam novas necessidades, entre as quais a necessidade de cooperação entre os homens. Em dado momento, os homens descobrem que a cooperação pode facilitar a satisfação de suas necessidades, que o trabalho em conjunto e sua divisão social representam uma força produtiva, passando então a viver em sociedade.

A comunicação surge precisamente neste momento, em que a necessidade de trabalhar em conjunto determina o estabelecimento de certas relações não apenas entre os homens e a natureza, mas sobretudo entre os próprios indivíduos. As relações sociais não surgem para satisfazer necessidades gregárias abstratas, mas por necessidade de cooperação objetiva; não são produto de uma vontade de comunicação, mas efeito comunicativamente mediado do desenvolvimento da cooperação nos processos de trabalho.

O domínio da natureza, que se inicia com o aperfeiçoamento da mão, com o trabalho, abre novos horizontes para o homem a cada novo progresso [...] O aperfeiçoamento do trabalho contribui para aproximar cada vez mais entre si os membros da sociedade, multiplicando os casos de auxílio mútuo, de ação em comum, esclarecendo, em cada um, a consciência da utilidade dessa colaboração. Assim é que os homens em formação finalmente chegaram ao ponto em que tinham alguma coisa que conversar (Engels, 1977, p. 180).

A comunicação se desenvolveu primitivamente como mediação do trabalho, tornando-se a principal condição de possibilidade das relações sociais e de desenvolvimento da cooperação entre os homens. Para produzir, os homens terminaram firmando determinadas relações sociais, dentro das quais passaram a produzir. O processo de divisão do trabalho determinou, por sua vez, o surgimento de certas relações entre os indivíduos no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto das tarefas.

Com o passar do tempo, isso levou ao surgimento de um determinado modo de produção dos meios materiais necessários à manutenção da vida. Em seguida, porém, esse modo de produção tornou-se a condição do próprio trabalho, de modo que ninguém mais pôde produzir sem se associar, sem atuar em conjunto. A comunicação surgiu no bojo destas transformações, como a principal mediação do processo de produção, a forma social pela qual se estabelecem as relações sociais e se desenvolve coletivamente a consciência desse processo.

Adam Schaff (1913-2006), filósofo polonês que explorou essas teses em vários escritos, resume a perspectiva assim:

A consciência [...] é produto do trabalho, um produto social e ao mesmo tempo condição necessária para a continuação deste processo, para a existência de seus estágios superiores. O trabalho humano está baseado na cooperação e esta é impossível sem pensamento conceitual e sem compreensão. Esta é a dialética de mútua influência, que permite explicar o processo da comunicação sem ter de recorrer aos milagres ou à metafísica (Schaff, 1974a, p. 187).

O trabalho representa, portanto, o fundamento da interação simbólica. A comunicação, em última instância, é a mediação primária do trabalho. Em primeiro lugar, porque ela permite que se desenvolva a consciência desse trabalho. Em seguida, porque ela transforma o trabalho em si em trabalho feito cooperativamente para si, ainda que alienado. Significa que ela constitui o processo de mediação da consciência, que nasce e se desenvolve com o trabalho; ela é o fator responsável por sua generalização simbólica; representa, enfim, o meio de socialização e reinvestimento das formas de consciência na produção.

A consciência, cabe notar, não é um dado imediato: desenvolve-se em virtude dos progressos na cooperação entre os homens e na divisão do trabalho. No princípio não é senão consciência do meio sensível mais próximo, das coisas que se encontram nas cercanias e das conexões que vão se estabelecendo entre as pessoas. O desenvolvimento dessas conexões e a necessidade de cooperação transformam-na, porém, em consciência de que vivemos juntos, compartilhamos de ideias e representações comuns e, por fim, de que podemos agir em conjunto. A consciência converte-se, então, em meio de desenvolvimento da cooperação e da própria divisão social do trabalho.

Franz Dröge (1937-2002) esclarece teoricamente o ponto nos seguintes termos:

[Nesse contexto] designamos como consciência a conexão saber-ação. A consciência surge, se altera e se conserva num processo contínuo, isto é, não somente na recepção do saber [...], mas na apropriação prática do saber, isto é, fazendo com que este seja reflexivo no contexto da experiência. A consciência, portanto, se relaciona com o saber, através de sua apropriação ativa, a qual se realiza (na práxis) como processo de ambos os fatores: recepção e reflexão (Dröge, 1983, p. 55).

A comunicação representa o fator de desenvolvimento deste processo, é o meio de germinação da consciência social, cujo nascimento está

ligado à descoberta ou criação daquela que é a própria condição de possibilidade da comunicação: a linguagem. A consciência não surge de maneira direta do trabalho: desenvolve-se antes por meio da interação simbólica. Os sujeitos não se dotam de consciência só por colaborarem no trabalho: adquirem-na por meio da linguagem, na medida em que a sua colaboração precisa ser mediada pela comunicação.

Ainda em 1845, Marx e Engels salientam de fato que

[...] a linguagem é tão velha quanto a consciência: a linguagem é a consciência prática, a consciência real, que existe também para os outros homens e que, portanto, começa a existir também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como consciência, da necessidade, dos aprêmios da troca com os demais homens (1977, p. 45).

A produção e o trabalho são os fatores de desenvolvimento da comunicação, da linguagem e da consciência. A comunicação, tornada possível pela linguagem, representa por sua vez uma condição de possibilidade daqueles processos, é o meio de socialização da consciência gerada por eles. O único ponto a ser notado, lembram os teóricos materialistas, é que ela deve ser vista sempre como seu resultado. Comunicação, linguagem e consciência formam, de qualquer maneira, uma unidade, cujo surgimento está entrelaçado com o desenvolvimento da produção material e o processo de cooperação entre os homens.

O pensamento humano formou-se ao longo do processo social do trabalho: a um só tempo, como seu produto e como fator de uma nova evolução. A consciência humana – enquanto faculdade especificamente humana do conhecimento abstrato, generalizante e conceitual da realidade – e a linguagem – enquanto meio de comunicação intersubjetiva – nasceram das condições da colaboração social entre os homens (Schaff, 1974b, p. 210).

Por isso, os processos de mediação simbólica da realidade precisam ser vistos como elementos que possibilitam a cooperação, mas, ao mesmo tempo, são condicionados pelo modo de produção imperante na sociedade. O desenvolvimento da divisão social do trabalho estabelece um determinado sistema de produção dos meios materiais necessários à manutenção da vida social e, esse, determina a comunicação. Significa que o progresso das relações de trabalho entre os homens estimula o exercício de sua competência comunicativa e, essa, por sua vez, enseja a coordenação e o avanço do modo de produção.

A comunicação, todavia, não se restringe aos contextos de trabalho; caracterizando-se por ser um componente necessário a todas as formas

de cooperação e relação social entre os homens. O desenvolvimento do modo de produção é responsável por uma complicação das relações sociais que permite às práticas comunicativas paulatinamente se desvincularem dos contextos de trabalho. Desde o início, a práxis humana tende a criar esferas de vida cada vez menos mediadas pelos processos de manutenção material da existência, levando ao surgimento da religião, da política, da ciência, das artes, etc.

A conversação social se desenvolve sob forma dialética conforme se desdobra essa espiral, passando por meio dela a cumprir sua função de modo cada vez mais mediado. Recolhendo, processando e repondo em circulação as várias formas de consciência, a palavra ajuda a projetar novos campos culturais. Por conseguinte, conclui-se que os processos de trabalho determinam a comunicação, mas essa determinação é cada vez menos direta, encontrando-se sujeita a várias mediações sociais, conforme progride e se complica o processo de divisão social do trabalho.

Se a produção e reprodução da vida material é o fator fundamental, determinante, do desenvolvimento da comunicação social, também é característico ao mesmo tempo que múltiplos processos comunicativos se realizem fora da esfera da produção. Está demonstrada a determinação fundamental pela produção material, mas esta determinação está em muitos aspectos mediada em suas relações com as formas e os conteúdos específicos [e cada forma de] comunicação (Bisky, 1982, p. 57).

O processo de divisão do trabalho não se restringe, contudo, a complicar a vida social: desenvolve, outrossim, a separação entre a produção material e espiritual, entre os homens que trabalham e os homens que dirigem o sistema de produção. As estruturas em que se sustenta se complicam não somente no sentido de que determinam o surgimento de condições de vida e esferas sociais cada vez mais separadas da produção. Assim ocorre, também, porque o processo produz uma separação cada vez maior entre os homens, determinando o surgimento de relações sociais marcadas por uma crescente desigualdade. A sociedade pouco a pouco se divide em classes, cujo poder varia conforme estas classes se relacionam com os processos, meios e produtos do trabalho, conforme elas conseguem controlar não só os meios de produção material, mas também os meios de produção e distribuição da consciência.

A comunicação passa, então, a carregar uma contradição, passa a ser mediada pela própria divisão do trabalho: transformando-se em fator de reprodução da estrutura de poder recém-surgida, ela não se limita

mais a fornecer as condições simbólicas de possibilidade de cooperação. Os processos de interação adquirem um sentido político, passam a agenciar relações de poder entre os homens. As pessoas pouco a pouco vão perdendo as chances de participar de processos horizontalizados. Os indivíduos acabam tendo de se sujeitar a situações comunicativas cada vez mais hierárquicas, desiguais e padronizadas.

O progresso das formas de produção contribui significativamente neste desenrolar, na medida em que a rotinização dos processos comunicativos e o enquadramento institucional dos procedimentos de interação simbólica são requisitos funcionais deste próprio processo. Entretanto, o controle classista dos meios de produção e distribuição da consciência também desempenha papel relevante, na medida em que compromete as formas de comunicação surgidas nesse percurso, quando essas formas não são criadas por esses próprios meios, visando manter a dominação de classe.

Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação (“respostas curtas” na “linguagem dos negócios”) e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. Eis porque a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas de comunicação verbal. Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica (Bakhtin, 1981, p. 43).

Em função disso, os processos comunicativos não podem ser compreendidos pura e simplesmente como processos de relacionamento pessoal: eles constituem realidades históricas, que estabelecem determinadas relações sociais, definem certos padrões de linguagem e criam uma pauta de conversação, profundamente comprometida com a estrutura de poder e o modo de produção vigentes na sociedade. O consenso em que esses processos se baseiam não resulta do livre acordo entre as pessoas: é resultado da consolidação de certas relações de força, que se materializam em determinadas formas de comunicação.

As modalidades de comunicação costumam se institucionalizar com base em relações assimétricas, caracterizadas por um baixo nível de reciprocidade e nas quais, em última instância, se manifestam as próprias relações de poder que vigoram entre os homens. As pessoas não se co-

municam como simples pessoas, mas sujeitos que se encontram em determinada situação de classe e se posicionam politicamente de modo contraditório, dentro de condições marcadas por profundas desigualdades, em que não deixa de estar em jogo um sistema de dominação.

Nas estruturas comunicativas não se esconde, portanto, somente a possibilidade de trocar, de mediar experiências e conhecimentos de um para outro, ampliando assim a estreiteza da existência individual, porque ao mesmo tempo elas contêm a possibilidade de controle social, isto é, de estreitamento da existência, por quem pode manifestar seus interesses nesta instituição (Dröge, 1972 citado por Beth, 1976, p. 74).

A sociedade se divide em classes, mas compartilha necessariamente da mesma linguagem – não fosse deste modo, não poderia haver comunicação. As formas básicas de cooperação pressupõem que haja uma linguagem comum, sustentando-se em uma mesma comunidade de comunicação. A circunstância não deveria nos fazer esquecer, no entanto, de que o consenso em que ela se baseia não se firmou nesses termos: constitui o retrato de uma certa correlação de forças, determinada em última instância pelo modo de produção dominante e pelo processo de formação histórica da sociedade.

Por conseguinte, a comunidade de comunicação precisa ser vista, também, como uma arena onde se processam vários conflitos, verificam-se resistências, recorre-se a todo tipo de estratégia para reproduzir ou transformar o sistema de poder vigente. A comunicação social é mediada por um campo de forças políticas, mas por isso mesmo carrega consigo um potencial de conflito latente, um conjunto de contradições silenciosas, que podem transformar-se em luta aberta, conforme a conjuntura histórica.

As classes sociais servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, [porém] em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo torna-se a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir (Bakhtin, 1981, p. 46).

Conforme o marxismo, portanto, a comunicação representa um processo generalizado de mediação do trabalho, cuja estrutura e sentido variam conforme as transformações verificadas nas forças produtivas e relações de produção. A sua função social é estruturar simbolicamente as

várias formas de consciência social e, assim, permitir o seu desenvolvimento por meio da linguagem. Por tudo isso, não podemos considerá-la apenas como um processo social, mas, ainda, como um processo condicionado pelo modo de produção vigente na sociedade.

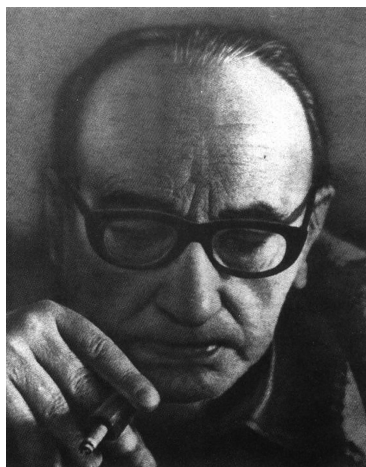


Figura 4.2 Mikhail Bakhtin.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO: BAKHTIN E SCHAFF

Como Schaff, Mikhail Bakhtin (1895-1975) observa que a comunicação representa a condição de possibilidade da interação social, visa, em essência, a satisfazer a necessidade de cooperação que se desenvolve na sociedade. A linguagem surge em resposta a essa necessidade, constitui o produto da comunicação, segundo o marxismo. Os indivíduos não interagem como seres separados e isolados, cujo contato só surge com a comunicação, mas, antes, como sujeitos sociais, que colaboram na produção dos seus meios materiais de vida. A linguagem é uma criação coletiva em que se condensam simbolicamente suas relações de produção, em que se materializam as formas de consciência socializadas pela comunicação.

O trabalho cria as condições para o surgimento da consciência das condições materiais e espirituais de vida, que só se torna consciência comum, porém, na medida em que a cooperação começa a ser desenvolvida pela comunicação. A linguagem nasce nesse contexto: ela representa a forma de mediação social do conhecimento. A consciência que temos do mundo se estrutura por meio dos signos criados comunicativamente. A linguagem não é senão o sistema desses signos, que alimentam a consciência individual, fornecem a matéria de seu desenvolvimento e que, por isso mesmo, dependem em última instância da interação sociosemiótica do movimento da comunicação.

Os fenômenos ideológicos da consciência individual [estão ligados] às condições [materiais] e às formas [semióticas] da comunicação social. A existên-

cia dos signos [que tornam possíveis estes fenômenos] nada mais é do que a materialização dessa comunicação (Bakhtin, 1981, p. 36).

O indivíduo não conhece o mundo porque pode representá-lo, mas, sim, porque procede a sua transformação. A práxis humana representa a condição de possibilidade do conhecimento do mundo. O movimento, todavia, é necessariamente mediado pela linguagem e pela comunicação. O conhecimento cotidiano, as ciências, a literatura, a filosofia e todas as demais formas de consciência se socializam por meio de processos linguísticos, que mediatizam simbolicamente a práxis humana em condições cada vez mais complexas do ponto de vista histórico.

A comunicação social sedimenta o conhecimento que temos do mundo nas formas linguísticas. Precisamos observar, porém, que os saberes embutidos nessas formas têm sempre origem na práxis:

A linguagem cria por certo uma imagem da realidade, mas fá-lo na medida em que impõe ao indivíduo, no decurso de sua apreensão ontogenética do mundo, os modelos e os estereótipos formados ao longo e ao cabo da experiência filogenética da espécie humana e transmitidos graças à educação, que é sempre linguística. (Schaff, 1974b, p. 221).

Como nota o autor, a realidade social não é pura e simplesmente criada pelas estruturas simbólicas da linguagem, na medida em que essas estruturas se forjam na prática. O conhecimento humano provém da práxis e é obtido através da interação social concreta. Os esquimós reconhecem vários tipos de neve, e as populações das regiões desérticas sabem distinguir tonalidades do castanho e do amarelo que nós não conhecemos; mas isso não se deve ao fato de esses grupos disporem de símbolos que não fazem parte do nosso repertório, ao fato de não dividirmos com eles as mesmas formas simbólicas.

O principal motivo para tanto se encontra, antes, nas suas necessidades práticas de vida, nas condições que presidem à produção dos seus meios materiais de sobrevivência. A linguagem não é uma mera convenção, mas, sim, um produto da prática social, que surge e se desenvolve historicamente no contexto da práxis vital de uma comunidade.

Se o esquimó vê dezenas de espécies de neve, enquanto o montanhês polaco só vê algumas e o cidadão uma única, isso significa, não que cada um deles crie voluntariamente uma imagem subjetiva do mundo, mas que procede simplesmente a uma outra articulação do mundo objetivo, na base da prática social e da prática individual associada à primeira (Schaff, 1974b, p. 255).

A práxis humana se encontra, portanto, na base das formas linguísticas: a comunicação, não sendo senão o processo generalizado de mediação da práxis e socialização da consciência, consiste, em síntese, na mediação prática da linguagem. As pessoas se entendem porque compartilham da mesma linguagem, mas o sentido comum de que ela é portadora deve ser visto como um produto mediado pela práxis da espécie. As estruturas simbólicas se materializam na interação; constituem o produto da interação sob dadas condições históricas.

A conversação social determina o sentido conferido ao mundo em meio à prática: significa que a linguagem é uma forma generalizada de mediação do trabalho que precisa ser ativada praticamente; é uma estrutura de sentido por meio da qual nos entendemos, mas só tem existência mediante o emprego em um dado contexto societário.

A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora deste vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se de modo inextricável aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. Não se pode evidentemente isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução (Bakhtin, 1981, p. 124).

A comunicação é mediada pelas formas simbólicas, mas essas precisam ser compreendidas em meio à prática para permitir a cooperação entre os homens. As chamadas formas simbólicas, produto da história, precisam ser tematizadas e entendidas para possibilitar a comunicação. A conversação, portanto, não é transmissão, mas diálogo, na medida em que o sentido de que é portadora não está na consciência, nem na linguagem compartilhada pelas pessoas: é produto da interação ativa dessas pessoas em um determinado contexto de vida, condicionado, em última instância, pelo modo de produção dominante na sociedade.

A reciprocidade de entendimento verificada entre as pessoas que comunicam baseia-se, em essência, na compreensão do sentido prático das expressões simbólicas. A linguagem não vive na estrutura de sentido legada pelo passado, mas nos processos de comunicação que mediatizam a satisfação das necessidades humanas nos diversos momentos do processo histórico.

A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do interlocutor uma contrapalavra. [...] é por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os inter-

locutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra, nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro (Bakhtin, 1981, p. 132).

A comunicação possibilita a cooperação social, na medida em que consiste em um processo de compreensão linguisticamente mediado que, por sua vez, mediatiza, em vários níveis de complexidade, a totalidade dos processos de produção. A troca social de mensagens, sozinha, não pode coordenar as ações dos sujeitos, porque não se pode transferir mandatos, opiniões, sentimentos, atitudes e valores através de mensagens. As mensagens veiculam símbolos e sinais, que precisam ser entendidos pelas pessoas: transferências de informações só podem ocorrer dentro de processos de compreensão. Os sujeitos trocam mensagens visando conseguir certos resultados, mas este processo só funciona

[...] quando o significado desta informação se realiza de forma a permitir o comportamento e ação dos atores envolvidos na comunicação, quer dizer, quando se relaciona com os objetivos, fins, condições ou resultados da ação social dos atores da comunicação (Bisky, 1982, p. 60).

Em resumo, verifica-se que a comunicação representa menos um processo de transmissão de mensagens do que um processo em que se estabelece uma compreensão praticamente mediada entre os homens. A linguagem se transforma em função dos processos de interação simbólica, da transmissão das condições de compreensão humana, desenvolvida com base na transformação das relações de produção vigentes na sociedade. Em consequência disso, as estruturas simbólicas precisam ser vistas como produto da história: constituem-se na medida em que os processos de produção das condições materiais de vida progridem e se rotinizam, na medida em que a prática, mediada pela conversação, vai lhes fornecendo sentido.

MÍDIA E REVOLUÇÃO: ENZENSBERGER E BARBROOK

Pelo que vimos, o marxismo sustenta que a consciência se desenvolve com o trabalho, mas, em seguida, é algo que passa a mediá-lo, por mais que, via aquele, a consciência, em última instância, continue sendo determinada pelo modo de produção. A comunicação é, por sua vez, a forma por meio da qual, desigual e contraditoriamente, a consciência se



Figura 4.3 Adam Schaff.

expressa no mundo histórico. Os processos de interação simbólica são o meio de socialização da consciência, o elemento ativador do saber com que lida uma sociedade. Os aparatos de comunicação se desenvolvem com o avanço das forças produtivas, como formas de socialização da consciência sujeitas às distorções oriundas de sua exploração por grupos excludentes e de sua dependência a um mundo em que as relações sociais são marcadas por vários tipos de antagonismos.

O capitalismo, regime econômico-social, é chave nesse último desenvolvimento, na medida em que, embora promova essas distorções, multiplica o número e redimensiona a escala das conexões sistêmicas do modo de produção. As pessoas passam, com ele, a viver de forma cada vez mais mediada, não somente com seus meios de sobrevivência, mas com as próprias pessoas. A pesquisa e a exploração de novas tecnologias de comunicação surgem nesse contexto, como meio de fazer frente a esta nova situação, de mediar simbolicamente o novo estágio do processo social de cooperação.

Chegada a era moderna, aparecem novas forças comunicativas, que desenvolvem as estruturas de cooperação e o potencial de conscientização da sociedade. Os processos de cooperação social são facilitados: inventos como a imprensa, o rádio e a televisão impulsionam nossas condições de compreensão recíproca. As pessoas passam a dispor de mais conhecimentos sobre seu mundo, veiculados sob a forma de informações e notícias pelas atividades jornalísticas e de difusão científica.

Hans Magnus Enzensberger (★1929), responsável pela melhor análise dessa questão, nota com razão que, conforme avançam as tecnolo-

gias de comunicação, “[...] os meios possibilitam, pela primeira vez na história, a participação massiva das pessoas num processo produtivo social e socializado, cujos meios práticos se encontram [cada vez mais] nas mãos das próprias massas[...]” (Enzensberger, 1972, p. 11).

As condições históricas mais amplas em que ocorre esse processo determinaram, não obstante, que as forças comunicativas tecnologicamente desenvolvidas, em vez de promoverem a reflexão emancipatória, acabassem se transformado em meios de padronização da consciência. A contradição não solucionada entre as relações de produção capitalistas e as forças comunicativas de compreensão e conhecimento, entre o controle privado dos meios de produção e formação da consciência e a capacidade de conscientização pública oriunda desses meios, bloqueou o desenvolvimento do potencial comunicativo das tecnologias de comunicação. Os aparatos foram, sucessivamente, sendo colocados a serviço da dominação de classe, tornando-se meio de controle e cerceamento da própria comunicação.

O controle privado dos novos meios transformou-os em fonte geradora de falsa consciência, na medida em que, através deles, pode-se excluir, censurar ou neutralizar a visibilidade e reflexão públicas de certas coisas, pode-se, em outros termos, bloquear o processo da comunicação. As comunicações midiáticas não deixaram de socializar as formas de consciência geradas pelos processos de produção, prosseguir com o trabalho de mediação simbólica dos processos de cooperação. No entanto, encontrando-se monopolizadas por certos grupos sociais, promoveram essa mediação, predominantemente, conforme as condições convenientes à conservação do poder desses grupos.

Oskar Negt e Alexander Kluge, seguidores dessa linha de análise, resumem o ponto, lançando mão do conceito de indústria da consciência, cunhado por Enzensberger.

O capitalismo reagiu aos impulsos no sentido do desenvolvimento emancipatório das capacidades humanas consolidando os cartéis de comunicação. [O empresariado] desenvolveu suas estratégias, formadoras do que podemos chamar de *indústria da consciência*, em ação reflexa às necessidades coletivas das massas, tanto quanto ao movimento da consciência associado a essas necessidades, reduzindo o problema [representado por essas necessidades] a mera questão de defasagem mercadológica (Negt e Kluge, 1993, p. 133).

Por conseguinte, o conhecimento posto em circulação pelos mesmos constitui um conhecimento ideologicamente mediado, que gera uma deformação sistemática da consciência e do conhecimento público, que as comunicações, todavia, não podem deixar de criar, quando veiculam in-

formações e notícias, por exemplo. No século XX, as relações de produção dominantes não somente bloquearam o potencial conscientizador das forças comunicativas, como reduziram a capacidade interativa dos meios de comunicação. O controle privado dos meios restringiu sensivelmente seu emprego comunicativo, socializando apenas a capacidade de recepção das pessoas. A capacidade de transmissão foi neutralizada, na medida em que o acesso aos meios e o emprego dos mecanismos de *feedback* foram reduzidos ao mínimo exigido pelo sistema dominante.

Resumindo, as comunicações passaram a ser trabalhadas como meios de industrialização da consciência, obstaculizando o seu emprego realmente comunicativo, algo que poderia, por exemplo, permitir o questionamento das formas de domínio e das relações de produção vigentes. A esfera social da interação tornou-se dependente de redes técnicas que, no limite, reduziram-na a meio de circulação das estruturas capitalistas. As comunicações raras vezes conseguiram ultrapassar a condição de meios de distribuição ideologicamente mediada do conhecimento e de neutralização do potencial comunicativo da sociedade.

Conforme o capitalismo faz avançar as forças produtivas e os meios de comunicação, a computação e a telemática, em especial, verifica-se, contudo, a ocorrência de uma progressiva horizontalização das relações humanas, o surgimento do que, em estágio avançado, mal ou bem, já foi chamado até de *cibercomunismo*. Richard Barbrook, elaborador da teoria, sustenta que, com a nova mídia digital, chegam até nós sinais muito importantes de um processo dialético de superação do capitalismo como fundamento da comunicação.

A hipermídia é a mais recente expressão da moderna aspiração em transcender a contradição existente entre participação e democratização no âmbito de uma comunidade emancipada. O fato de a rede em fibra ótica possuir maior potencial para a comunicação em duas mãos em escala de massas do que o permite o espaço eletromagnético não é casual. Isso é a cristalização de uma prática social emergente, que supera em muito as limitações midiáticas existentes na época do sistema fordista (Barbrook, 2001, p. 7).

Adam Schaff (1995), Jean Lojkin (1995), Marcos Dantas (2002) e tantos outros explicam mais a fundo o fenômeno, observando que estamos em meio à *revolução informacional*, uma mutação histórica agenciada pela tecnociência, cujo sentido é a substituição econômica do valor trabalho pelo valor informação. Os progressos do capitalismo resultam na abolição do papel ao mesmo tempo fundamental e mediador que a atividade laboral representou para a formação da consciência, apesar dos esforços ainda

há pouco feitos para manter sua pertinência no campo da teoria da comunicação (Schiller, 1996).

Agora, a comunicação entre os homens deixa de ser privilégio dos gestores da informação, expandindo-se amplamente, [para incluir] atores que, de alguma maneira, somos todos nós, conscientemente ou não, [enquanto] usuários das novas tecnologias de informação, promotores de novas cooperações entre indústrias e serviços (Lojkine, 1995, p. 309).

Confirmando a seu modo o prognóstico marxiano, o curso da vida social vai tornando impossível afirmar, exceto desde um ponto de vista retrospectivo, que o conhecimento e a comunicação, mesmo que mediando esta esfera, “[...] sempre ocorrem em meio à organização social do trabalho [...]” (Dröge, 1983, p. 52). O principal aqui, no entanto, seria notar que esse processo se prolonga para além do âmbito da produção material e da estrutura de classes, ao repercutir no campo da vida cotidiana e das suas formas de sociabilidade. A revolução informacional e os recursos materiais que em meio a ela se desenvolvem colocam ao alcance das massas, via os mecanismos de mercado, os meios técnicos para elas mesmas criarem e procederem à troca dos vários tipos de bens simbólicos que, em nosso tempo, promovem a comunicação, como anteviram pioneiramente Enzensberger (1972) e, bem antes dele ainda, Bertold Brecht ([1928/32] 1973).

No ensaio sobre a indústria da consciência (Enzensberger, [1962] 1973), o primeiro já havia observado o fato de os novos meios criarem um “produto totalmente imaterial”. Em virtude de sua natureza, eles não produzem nem promovem bens materiais, mas “conteúdos de consciência”. Daí que, “quanto mais recuam os seus suportes materiais, quanto mais [os bens que a caracterizam] são fornecidos de forma abstrata e pura, tanto menos a sua indústria viverá da sua venda”. Agora, Richard Barbrook defende que, com as novas plataformas de comunicação, isso está chegando ao seu ponto culminante, ao se converter em objeto de prática cotidiana, popular e democrática:

[Na internet,] a troca de mercadorias exerce um papel secundário em relação à circulação de presentes. A clausura do trabalho intelectual é desafiada por um método mais eficiente de trabalho: o oferecimento. Dentro das universidades, os cientistas, há muito tempo, resolvem seus problemas dentro de suas especialidades fazendo convergir as suas descobertas. Com o crescimento da internet, mais e mais pessoas estão descobrindo os benefícios dessa economia da dádiva, visto que elas não apenas têm a oportunidade de contribuir com a sua própria informação, como têm também acesso ao conhecimento de muitos outros. Todo dia, seus usuários enviam *e-mails*, parti-

cipam de listas de discussão, constroem *websites*, contribuem em grupos de notícias e participam de conversas *on-line*. Excluído do circuito mercantil, o trabalho intelectual passa a ser permanentemente disponibilizado como um presente para os outros. O consumo passivo de produtos fixos de informação se transforma em um processo fluido de ‘criatividade interativa’ [como diz Tim Berners-Lee] (Barbrook, 2001, p. 15).

Evidentemente, a revolução informacional pouco nos esclarece, quando se deseja saber o sentido que lhe conferem suas apropriações cotidianas mais características, em meio a um sistema de vida que segue prisioneiro da forma mercadoria. O fato é, porém, que, partindo dos meios, os problemas da comunicação parecem estar sendo resolvidos socialmente. Os recursos estão se tornando cada vez mais acessíveis e populares, revelando ao marxismo que as mídias não são boas, nem más: constituem sistemas técnicos de comunicação, que em si mesmos são neutros e podem ser empregados para desenvolver ou manipular o processo da comunicação. “O problema não é pois se as mídias são ou não são manipuladas[...]”, mas saber como e quem as manipula, “[...] do que se deduz que um projeto revolucionário não deve ter como objetivo eliminar os manipuladores [...]”, mas sim liberar o potencial comunicativo destas mídias dos entraves ideológicos que as bloqueiam e colocá-las a serviço da emancipação política da sociedade (Enzensberger, 1972, p. 26).



Figura 4.4 Enzensberger discursa perante a Associação dos Matemáticos Alemães, Berlim, 2006.



Figura 5.1 Instituto de Pesquisa Social, Universidade de Frankfurt, edifício pós-1945.

A Escola de Frankfurt Jürgen Habermas

A Escola de Frankfurt tem sido tradicionalmente tratada como uma escola de pensamento social contemporânea que contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento do estudo da comunicação. Marcuse, Adorno & Cia. costumam ser designados pura e simplesmente como teóricos da comunicação pelos especialistas deste campo de conhecimento. Porém, eles não só não o foram, como contestariam com vigor, na medida em que, nas poucas vezes em que empregaram o termo, os chamados frankfurtianos rejeitaram a pertinência analítica da categoria.

Karl Kraus nos sugeriu que *comunicação* é um termo científico e valorativamente neutro, com que se chama um processo de transmissão que permite a uma pessoa falar a outra, escondendo o fato de que, através dele, as principais forças do poder econômico concentrado e seus prolongamentos administrativos ludibriam as massas a elas se ajustando (Adorno, 1992, p. 43).

Para os fundadores da escola, o conceito precisa ser compreendido no contexto da dialética da razão, conforme a qual o movimento da razão contraditoriamente promove a desrazão. A modernidade, cujo projeto se colocou sob abrigo da razão, visa à emancipação e à autorrealização do ser humano, mas seu resultado histórico é, antes, o contrário, a racionalização da dominação social, a destruição da natureza e a coisificação do homem.

Nessa perspectiva, a comunicação representa uma categoria profundamente comprometida com o projeto de dominação contido nas estruturas da racionalidade moderna, representa a conexão estabelecida entre os sujeitos no processo de dominação da natureza, remete à lógica da troca

mercantil, em que todas as coisas se comunicam, em que todas as particularidades são subsumidas à medida comum do dinheiro, em que o “[...] potencial de acordo entre os homens e as coisas é reduzido à troca entre sujeitos conforme requer a razão subjetiva [...]” (Adorno, 1973, p. 145).

Horkheimer, Marcuse, Adorno & Cia. trabalharam basicamente com o conceito de indústria da cultura, que compreende os meios de comunicação, mas em nenhuma hipótese pretende esclarecer o problema da comunicação na sociedade contemporânea. O conceito está ligado ao paradigma da produção, designa o processo de criação das manifestações estéticas surgido com o desenvolvimento do capitalismo, categoriza o processo de transformação da cultura em mercadoria, no contexto do qual os meios de comunicação representam simplesmente o momento da circulação.

Para eles, a pretensão de tratar as tecnologias de comunicação como meios de comunicação constituía mistificação do seu verdadeiro papel e uma forma de engodo dos restos de solidariedade existentes, na medida em que sua presença é a prova patente de que em nosso mundo “[...] a comunicação cuida da assimilação dos homens isolando-os [...]” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 207).

A comunicação representa, portanto, em sua maneira de ver, uma categoria ideológica, cujo questionamento deveria ser necessariamente crítico, ou seja, vinculado à sua própria desconstrução. A categoria dialética da *mediação* não apenas é preferível, mas representa um recurso metodológico muito mais comprometido com sua teoria crítica da sociedade.

Os indivíduos, os seres e as coisas constituem mediações do todo, só se contagiam secundariamente, pelo fato de que também podem se pôr em contato. As comunicações, por sua vez, não somente separam cada vez mais as pessoas, como contribuem para obscurecer a distância que se estabeleceu entre elas, mas também entre elas e as coisas. Os meios representam sucedâneos da imediação social que se veda aos homens, criam as condições que impedem que uns falem com os outros, criam comunidades em que as pessoas se reúnem em mutismo, porque não saberiam o que dizer umas às outras. Em suma, “[...] todos os meios de comunicação altamente desenvolvidos só servem para fortalecer as barreiras que separam entre si os seres humanos [...]” (Horkheimer, 1973, p. 123).

Jürgen Habermas rompeu com esta perspectiva, quando resolveu reconstruir a teoria crítica da sociedade com base nos conceitos de razão comunicativa e comunidade ideal de comunicação, tornando-se o principal nome do que se tem convencionado chamar, malgrado a diversidade de pensamento, de segunda geração da Escola de Frankfurt. Para o au-

tor, a comunicação pode servir de base para a reconstrução racional dos fundamentos da vida social, superar a visão negativa dos velhos frankfurtianos e construir um novo paradigma de desenvolvimento da teoria da sociedade (Aragão, 1992; Boladeras, 1996; Velasco Arroyo, 2003).

A sociedade não se rege apenas pela razão instrumental, presa aos esquemas da subjetividade, baseia-se também em uma razão comunicativa, de natureza intersubjetiva, que se constitui no curso da interação social entre os homens. A descoberta da razão dialógica permite, portanto, reformular positivamente o diagnóstico pessimista sobre a dialética da razão (subjetiva), reabilitando o projeto de realização humana concebido pela modernidade.

Conforme se sabe, o novo paradigma é resultado de um projeto de reflexão filosófica e desenvolvimento da teoria social, cujas raízes se encontram no clássico *Mudança estrutural da esfera pública*, de 1962. Conforme a velha perspectiva frankfurtiana, o autor concretiza neste estudo uma análise histórica da problemática da esfera pública moderna, sublinhando o papel dos meios de comunicação no seu processo de decadência. A modernidade se estruturou com base no princípio de que o poder social podia ser reduzido a esta esfera, enquanto espaço de comunicação das pessoas privadas, reunidas livremente como público, para a discussão e deliberação consensual de seus assuntos comuns.

No século XX, porém, essa esfera entrou em um processo de profunda decadência e quebra, motivada, entre outros fatores, pela colonização de seu espaço próprio pela publicidade manipulatória do capital e do estado, cuja dinâmica, de resto, se coloca no centro da chamada crise da modernidade (Calhoun, 1992).

Em *Teoria da ação comunicativa*, publicado originalmente em 1981, Habermas rompeu, no entanto, com esse diagnóstico negativo da saúde da esfera comunicativa no mundo contemporâneo, aproveitando a série de pesquisas sobre os fundamentos da competência comunicativa que desenvolveu nos anos de 1970 para renovar o conteúdo teórico e prático do conceito de comunicação. Para o autor, a modernidade, enquanto projeto de emancipação da vida humana das várias formas de alienação, ainda não esgotou suas potencialidades, apesar das trágicas experiências históricas vividas pela humanidade no século XX. Ela contém um potencial prático e cognitivo que não foi de todo explorado pelos homens, mas foi, ao contrário, pervertido pelo capitalismo (Habermas, 1987).

A razão comunicativa, liberada pelas circunstâncias históricas de formação do capitalismo, foi subordinada à razão instrumental, mas isso

não significa que tenha sido destruída, que não seja mais uma fonte de estímulo para o livre desenvolvimento da sociedade. Na verdade, significa que sua reabilitação prática pode contribuir para libertar o homem das relações de poder criadas pela segunda forma de razão e colocá-lo socialmente cada vez mais perto da chamada utopia da comunicação.



Figura 5.2 Jürgen Habermas.

COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNICATIVA

Habermas parte do ponto de vista marxista de que a sociedade divide-se, no essencial, em trabalho e interação mediada simbolicamente pela linguagem, reconhecendo seu condicionamento recíproco, mas, contrariamente ao marxismo, nega a determinação da segunda pelo modo de produção, conferindo primazia à comunicação no processo de evolução social. Em resumo, o pensador faz convergir os princípios da teoria funcionalista das mídias com uma síntese das teses interacionistas de George Mead e da fenomenologia do mundo da vida proposta por Alfred Schutz (sobre esta última, ver Correia, 2005, p. 105-122). O homem vive em um mundo estruturado materialmente pelo trabalho e simbolicamente pela linguagem, mas é a comunicabilidade que determina o desenvolvimento de seu modo de vida. “O significado de nosso aprisionamento na linguagem depende, em essência, do fato de que não somos apenas falantes, mas ainda mais do fato de que nossas linguagens formam parte de uma vida prática mais vasta e variam com a natureza desta prática”, explica outro teórico da razão comunicativa (Gouldner, 1978, p. 84).

Esquemáticamente, podemos dizer que o trabalho desenvolve-se no quadro dos sistemas técnicos de ação instrumental, baseados em regras técnicas, que calculam a relação entre meio e fim, progredindo no sentido de estabelecer nexos sistêmicos de ação. A comunicação desenvolve-se, por sua vez, no quadro dos processos de interação estruturados simbolicamente pela linguagem, baseia-se em regras sociais, que fixam determinadas expectativas mais ou menos recíprocas de comportamento e possibilitam o entendimento entre os homens.

O mundo da vida reproduz-se materialmente sobre os resultados e consequências das ações orientadas para objetivos, com as quais aqueles que pertencem a esse mundo da vida intervêm nesse mundo. Porém, estas ações instrumentais estão cruzadas com as ações comunicativas, na medida em que representam a execução de planos que estão ligados aos planos de outros participantes em interações sobre definições comuns de situação e processos de comunicação (Habermas, 1990, p. 297).

A sociedade é constituída, portanto, por complexos sistêmicos e estabilizados de ações coordenadas simbolicamente pela linguagem, cujas transformações, todavia, decorrem dos diversos movimentos de racionalização comunicativa verificados na história. A comunicação comanda o processo dialético de evolução social: as necessidades de reprodução material servem somente de estímulo, na medida em que os processos de trabalho, embora condicionem seu desenvolvimento, precisam ser mediados comunicativamente para engajar os sujeitos, devem ser compreendidos no quadro das chamadas formas de entendimento/comunicação:

As formas de entendimento historicamente variáveis constituem, por assim dizer, as superfícies de intersecção que surgem ali onde as coações sistêmicas da reprodução material interferem, sem que delas se advirta, nas formas de integração social, mediatizando desse modo o mundo da vida (Habermas, 1987, v. 2, p. 265).

A comunicação confunde-se, portanto, com a interação social, representa o mecanismo de coordenação da ação social, por meio do qual as pessoas combinam seus planos de ação e se capacitam a agir como sujeitos de maneira recíproca. A comunicação ou interação social constitui um processo básico em que, contudo, convém distinguir os seguintes tipos de ação:

1. *Ação comunicativa* – é a ação voltada para o entendimento: baseia-se em um processo cooperativo de interpretação, no qual os participan-

tes se referem simultaneamente a ações no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo. A ação voltada para o entendimento permite que as pessoas realizem seus planos em comum acordo, conforme uma situação definida em comum, de modo que não haja o risco combinado de mal-entendido e fracasso na ação.

O conceito de ação comunicativa se refere à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que (seja com meios verbais ou extraverbais) entabulam uma relação interpessoal. Os atores buscam entender-se sobre uma situação prática para poder coordenar de comum acordo seus planos de ação e com isto suas ações. O conceito central aqui, o conceito de interpretação, refere-se primordialmente à negociação sobre qual é a verdadeira situação suscetível de consenso. (Habermas, 1987, v. 1, p. 124).

2. *Ação estratégica* – é a ação voltada para o sucesso: baseia-se em um processo coordenado linguisticamente em que os participantes perseguem seus próprios objetivos e realizam seus propósitos influenciando sobre as ações de outros sujeitos. Os processos de ação comunicativa estão a serviço das chamadas ações teleológicas, em que os sujeitos procuram conseguir certos objetivos, procuram obter sucesso no contexto do mundo social. Neste caso, as condutas sociais podem ser chamadas de ações estratégicas, porque

[...] o resultado da ação depende dos outros atores, cada um dos quais se comporta em busca do próprio êxito e só se comporta cooperativamente na medida em que este comportamento se encaixa em seu cálculo ego-cêntrico de benefícios (Habermas, 1987, v. 1, p. 127).

3. *Ação dramática* – é a ação voltada para a expressão: baseia-se em um processo pelo qual os sujeitos expõem seus estados subjetivos e procuram controlar a impressão que causam em seus semelhantes por meio de uma espécie de encenação social. Em resumo, remete a toda “[...] interação social em que os participantes constituem uns para os outros um público visível e passam a representar alguma coisa mutuamente [...]” (Habermas, 1987, v. 1, p. 131).

A comunicação social, como mecanismo de coordenação da ação, em que se encaixam as ações teleológicas (estratégicas e instrumentais), desempenha três funções coletivas. “Independentemente de suas implicações na estrutura afetiva, ela influi nas possibilidades de participação pública das

pessoas, de pertença e avaliação a grupos, influenciando, finalmente, nas identidades sociais das pessoas[...]”, resume Gouldner (1978, p. 142).

Em primeiro lugar, a comunicação representa um processo de entendimento recíproco entre as pessoas, que serve para transmitir e renovar o conhecimento comum gerado no passado. As pessoas se comunicam para conseguir um entendimento sobre certos estados de coisas, mas, para fazê-lo, necessitam se colocar dentro de uma tradição cultural, que empregam, reproduzem, criticam e renovam.

Em segundo lugar, constitui um mecanismo de integração, que possibilita às pessoas se relacionarem socialmente conforme determinados princípios de legitimidade. As pessoas se comunicam como sujeitos sociais, mas, para que isso ocorra, precisam cumprir certas regras que não só regulam sua pertença a certos grupos como reforçam, por extensão, a coesão de toda a sociedade.

Finalmente, constitui um mecanismo de socialização, possibilita às pessoas tomar parte de processos de compreensão mútua e formar sua própria identidade nesses contextos de interação.

As ações comunicativas não são exclusivamente processos de interpretação em que o conhecimento cultural fica exposto ao teste do mundo, significam ao mesmo tempo processos de interação social e socialização [...] através dos quais os participantes desenvolvem, confirmam e renovam tanto sua identidade como sua pertença a certos grupos sociais (Habermas, 1987, v. 2, p. 198).

Os processos de ação comunicativa compreendem, por sua vez, três tipos puros de ação, que representam, de certo modo, três estágios de desenvolvimento. A *ação regulada por normas* constitui seu núcleo, designando o comportamento que os sujeitos manifestam pelo fato de se orientarem por valores comuns. As normas expressam o consenso existente em um grupo social, estabelecem um conjunto de expectativas de comportamento, cuja violação pode suspender a própria comunicação. Em resumo, essas ações constituem o contexto posto a serviço das ações teleológicas (instrumentais e estratégicas) pelos processos de comunicação.

Os sujeitos sociais não chegam senão de maneira indireta ao entendimento, através de uma certa objetividade, que não é apenas deles (e que não é só a linguagem, enquanto sistema de signos). A interação social necessariamente põe em jogo um *terceiro simbolizante*, a exterioridade de um polo neutro, que, ocupando uma posição de referência possível tanto para um

quanto para outro, sem ser só para um, reúne-os com suas diferenças (Queré, 1982, p. 32-33).

A *conversação* constitui um segundo tipo, em que não está em jogo a coordenação de atividades teleológicas; a conversa e o diálogo se convertem em fins em si mesmos, o centro de gravidade da interação se desloca da atividade teleológica em comum para a comunicação. O sentido dominante é estético ou dramatúrgico. As pessoas interagem pelo prazer ou pela necessidade funcional de comunicar, como observara Tarde ou dera conta a referência à função fática da comunicação explicitada por Jakobson.

Quando a comunicação não visa mais confirmar uma concordância de fundo, mas a obtenção de um entendimento não preexistente, o processo se desembaraça de suas funções primárias, pode, em outros termos, desenvolver-se no sentido de um terceiro tipo: a *discussão* dos temas que se põem no processo da comunicação (Habermas, 1987, v. 1, p. 418).

COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE IDEAL DE COMUNICAÇÃO

A comunicação reproduz o mundo da vida, que não obstante fornece os recursos para a comunicação: há um processo circular entre essas duas esferas. As pessoas se comunicam sempre tendo como pano de fundo um conjunto de conhecimentos, significados e convicções culturais mais ou menos difuso, uma espécie de acervo cultural de que os agentes se servem durante a ação comunicativa, mas ao mesmo tempo colaboram para produzir, toda a vez que se põem em comunicação.

O fenômeno não pode ser visto, portanto, apenas como processo de reprodução do mundo da vida; há uma relação circular entre os dois conceitos: o mundo da vida possibilita a comunicação, mas ao mesmo tempo a comunicação interpreta e enriquece o mundo da vida.

“O mundo da vida acumula o trabalho de interpretação realizado pelas gerações passadas: é o contrapeso conservador contra o risco de discordância que comporta todo processo de entendimento que esteja em curso.” (Habermas, 1987, v. 1, p. 104).

O mundo da vida fornece as significações que possibilitam aos participantes se comunicarem com um mínimo de problematização, fornecem definições das situações em que os sujeitos estão envolvidos, estruturam o mundo natural e social em que as pessoas vivem. A comunicação cotidiana

não é senão a soma dos processos contextualizados de negociação do sentido fornecido pelas estruturas do mundo da vida. As situações comunicativas sempre surgem pré-interpretadas por determinados valores e conhecimentos de fundo, em virtude do que se conclui que não há situações absolutamente novas ou desconhecidas na comunicação.

O mundo da vida é, por assim dizer, o lugar transcendental no qual o falante e o ouvinte saem ao encontro; no qual podem colocar a pretensão de que suas emissões concordam com o mundo (objetivo, subjetivo e social); e em que podem criticar e exhibir os fundamentos destas pretensões de validade, resolver suas discordâncias e chegar a um acordo (1987, v. 2, p. 179).

O processo da comunicação não reproduz o mundo da vida de forma mecânica; esta reprodução é sempre reinterpretada contextualmente pelas pessoas, estando sujeita a receber um sim/não por parte dos participantes. A reprodução surge no curso de processos cooperativos de interpretação, em que os sujeitos são forçados a negociar caso a caso as situações previamente definidas pelas estruturas de sentido deste mundo. As pessoas são dotadas de uma competência comunicativa que testa sem parar essas estruturas, conferindo pragmaticamente se o consenso contido nessas estruturas continua válido ou precisa ser modificado, por meio do reconhecimento recíproco de determinadas pretensões de validade no decorrer da ação comunicativa.

Para Habermas, a comunicação (transmissão de informações e interação simbólica) é sempre metacomunicação (transmissão das condições desta comunicação): aquele primeiro processo depende do segundo. A conversação social só se viabiliza se as expressões com conteúdo proposicional acerca dos objetos da experiência aparecerem em atos de fala sobre os quais estamos de acordo no tocante ao sentido pragmático. O mundo da vida constitui uma rede de pressuposições simbólicas e culturais, que precisa ser acionada durante a comunicação, para esta fazer sentido, para que seja válida para os sujeitos. As pessoas têm de concordar previamente com certas condições, comungar de certas pretensões recíprocas para que haja comunicação.

Desse modo, a comunicação combina sempre o emprego de proposições que permitem a troca de informações, relatam experiências, com o emprego de atos de fala ou proposições performativas que tornam possível pragmaticamente a comunicação. Em outros termos, ela se fundamenta na projeção de certas pretensões de validade, que estabelecem as con-

dições para a troca de mensagens sobre os vários aspectos do mundo da vida se processar com sucesso. O quadro dessas pretensões é o seguinte:

1. *pretensão de compreensibilidade da mensagem*: ninguém realmente entra em comunicação com outros se não tiver a pretensão de se fazer compreender ou ser compreendido;
2. *pretensão de veracidade da mensagem*: nós nos comunicamos pressupondo que, quando falamos sobre o mundo, estamos falando a verdade – sem essa pretensão não há verdadeira comunicação;
3. *pretensão de correção valorativa da mensagem*: nós nos comunicamos pressupondo que, quando falamos sobre os seres humanos, estamos falando de modo normativamente correto para pessoas que nos ouvem com atitude idêntica, pois sem isso não pode haver comunicação;
4. *pretensão de autenticidade subjetiva da mensagem*: ninguém entra em comunicação com os outros se não supõe a sinceridade dos proferimentos do falante e da escuta do ouvinte, principalmente quando a mensagem se refere aos estados subjetivos dos participantes.

A comunicação tem de se basear nessas pretensões de validade. Ela só se produz quando as pessoas reconhecem essas pretensões, estabelecendo um certo tipo de acordo, cuja medida se encontra no mundo da vida. O conhecimento fornecido por ele de fato permite que as pessoas distingam entre o certo e o errado, o possível e o impossível, o verossímil e o inverossímil, etc. As pretensões de validade, todavia, também podem ser problematizadas. Em caso de dúvida, as pessoas podem ser levadas a pedir esclarecimentos, contestar a retidão de um juízo ou questionar a veracidade dos fatos, para restabelecer o consenso.

A racionalidade inerente à comunicação se baseia na conexão interna entre (a) as condições que tornam o ato de fala válido, (b) a reivindicação, feita pelo falante, de que estas condições são satisfeitas, e (c) a credibilidade das garantias discursivas que o falante poderia dar para defender as pretensões de validade do efeito por ele procurado, caso seja necessário (Habermas, 1998, p. 316-317).

Habermas nota, porém, que a perspectiva muda radicalmente quando as pessoas passam a problematizar o próprio mundo da vida. Conforme nota o autor, as estruturas desse mundo podem ser reproduzidas de dois modos, remetendo para um consenso criado comunicativamente ou um consenso

pressuposto pela ação comunicativa. Neste caso, o processo só depende do reconhecimento das pretensões de validade lançadas pela mensagem; no primeiro, contudo, verifica-se um questionamento do próprio fundamento dessas pretensões, parte-se para uma crítica radical dos pressupostos da ação comunicativa, com vistas ao estabelecimento de um novo consenso de fundo. Os participantes resolvem ou são motivados a problematizar o conteúdo proposicional e normativo das mensagens, passam a criticar o próprio mundo da vida, passam da conversação para a discussão (*Diskurs*).

Na discussão ficam suspensos idealmente todos os motivos que presidem à comunicação cotidiana, as pessoas passam a buscar apenas a verdade, chegar a um novo consenso sobre como o mundo se organiza e como devem viver sua vida. As pessoas desenvolvem uma práxis argumentativa, procurando apresentar as melhores razões para revisar ou manter o consenso previamente dado. Precisamos considerar, porém, que quem argumenta pressupõe duas coisas ao mesmo tempo:

Em primeiro lugar, uma *comunidade real de comunicação*, da qual se converteu em membro mediante um processo de socialização, e, em segundo lugar, uma *comunidade ideal de comunicação* que, por princípio, estaria em condições de compreender adequadamente o sentido de seus argumentos e de ajuizar em definitivo sua verdade. O curioso e dialético da situação consiste em que quem argumenta de certo modo pressupõe a comunidade ideal na real, como possibilidade real da sociedade existente (Apel, 1985, v. 1, p. 407).

Objetivando entrar em discussão, os indivíduos, em outros termos, procedem a uma virtualização das suas condições de vida, antecipam hipoteticamente que a discussão será realizada em dadas condições que, de fato, não existem, mas devem ser necessariamente postuladas, sob pena de não ter qualquer razão. Em resumo, os postulados podem ser definidos do seguinte modo:

1. *Postulado da igualdade comunicativa*: parte-se do suposto de que os participantes podem falar de igual para igual, sem nenhum tipo de restrição, por maior que seja sua desigualdade social; de modo livre de coerções, por piores que sejam as relações de dominação vigentes na sociedade.
2. *Postulado da igualdade de fala*: parte-se do suposto de que os participantes podem empregar todos os tipos de fala, conhecem e podem fazer uso de todo tipo de expressão, explicação, recomendação e juízo para problematizar as pretensões de validade do fragmento do mundo da vida em discussão.

Para Habermas, com esses pressupostos configura-se a chamada *situação ideal de fala*, que evidentemente tem um cunho contrafático, constitui em si mesma uma suposição, que não obstante fazemos toda vez que entramos em discussão. Afinal, não fosse assim, a discussão não teria sentido, não haveria motivo para romper o consenso anteriormente pressuposto no quadro da ação comunicativa. A discussão consiste, portanto, em uma situação comunicativa em que suspendemos ou colocamos entre parênteses os motivos ou os interesses em jogo na ação comunicativa cotidiana.

Os participantes visam apenas ao esclarecimento: chegar livre e racionalmente a um consenso sobre como devem viver e como deve ser o mundo da vida questionado. Para tanto, é necessário supor contrafaticamente, porém, que a conversação não é prejudicada por nenhuma coação externa, cumprem-se as condições de um diálogo descomprimido, não se manifesta nenhuma repressão comunicativa: as pessoas encontram-se em uma situação ideal de fala ou comunidade ideal de comunicação.

A situação ideal de fala não é nem um fenômeno empírico, nem uma mera construção, é uma suposição inevitável que reciprocamente fazemos no curso da discussão. Esta suposição pode ser contrafática, porém não tem motivo para ser; ainda que se faça contrafaticamente, é uma ficção efetivamente operante no processo da comunicação. Por isso, prefiro falar de uma antecipação, da antecipação de uma situação ideal de fala. [...] A antecipação de uma situação ideal de fala tem para toda comunicação possível o significado de uma aparência constitutiva que, por sua vez, prenuncia uma forma de vida. Não podemos saber *a priori* se este prenúncio é uma mera ilusão, proveniente entretanto de suposições inevitáveis, ou se as condições para a realização (ainda que aproximada) da forma de vida que estas suposições permitem prenunciar podem ser criadas empiricamente (Habermas, 1989, p. 155-156).

Em resumo, portanto, os homens não se esclarecem e emancipam por causa de um suposto interesse da razão, como queria Kant. Devem isto ao fato de disporem de uma competência para discutirem seu modo de vida, à capacidade que têm de racionalizar o mundo da vida por meio da comunicação. A comunicação contém um mecanismo que serve para aumentar o conhecimento prático, transformar criticamente as velhas legitimações e gerar novas formas de vida. A discussão consiste na passagem, hipotetizada praticamente, da ação comunicativa no mundo da vida, marcada pela sedimentação das coerções provenientes dos processos de trabalho e das relações de poder entre os homens, para uma forma de vida livre e igualitária, a chamada comunidade ideal de comunicação.



Figura 5.3 Habermas em Frankfurt, década de 1960.

COMUNICAÇÃO E MÍDIAS DE COMUNICAÇÃO

Para Habermas, a comunicação comanda o processo de evolução social, na medida em que a passagem da conversação para a discussão pode ser projetada historicamente como processo de passagem das formas de entendimento tradicionais para as formas de entendimento modernas. O mundo da vida que abriga o processo comunicativo e se reproduz pelo trabalho, fornecendo nossas condições materiais e simbólicas de vida, pode ser racionalizado pela comunicação humana. O homem tem a capacidade de questionar e transformar comunicativamente essas condições; nasce e relaciona-se com seus semelhantes por meio de mecanismos que, em princípio, contêm o conceito de um mundo da vida estruturado como uma comunidade de comunicação.

O filósofo nota que a racionalização comunicativa do mundo da vida, não à toa, coincide com o processo de evolução social pelo qual as formas de entendimento baseadas nas grandes visões de mundo vêm sendo pouco a pouco substituídas por outras, baseadas no diálogo racional. A institucionalização dos processos de discussão é correlata a formidáveis transformações nas formas de entendimento vigentes na sociedade.

Conforme progride a evolução social, a reprodução harmoniosa das formas de vida vai se tornando cada vez menos garantida, precisando ser

assegurada por consensos alcançados livre e cooperativamente pelos sujeitos. A tradição cultural passa a ser posta à prova metodicamente em toda a sua latitude e levantam-se as barreiras rituais que cerceavam o questionamento do mundo da vida. Habermas resume o ponto nos seguintes termos:

As discussões perderam seu caráter esporádico muito tardiamente na história. De fato, somente quando as discussões se *institucionalizam* para determinados âmbitos, em termos que sob certas condições especificáveis permitem criar a expectativa de que doravante estas discussões serão aceitas, é que as mesmas podem se tornar um mecanismo sistemicamente relevante para uma dada sociedade. No curso da evolução social, tais institucionalizações de discussões específicas para determinados âmbitos representam passos evolutivos cheios de consequências, que seria necessário explicar [...] em conexão com o desenvolvimento das forças produtivas e com a expansão das capacidades de controle sistêmico [da sociedade] (Habermas, 1986, p. 19).

Nesse processo, verifica-se, na verdade, o nascimento da forma moderna de entendimento, caracterizada pelo crescente desligamento das ações comunicativas das estruturas do mundo da vida, pelo questionamento dos seus contextos normativos e pelo desenvolvimento da competência comunicativa dos sujeitos sociais. A esfera pública moderna é um espaço social criado pela prática da discussão, um espaço em que “[...] os fluxos de comunicação são filtrados e sintetizados de maneira tal que se condensam em feixes de opinião pública especificada topicamente [...]” (Habermas, 1996, p. 360).

O mundo da vida pouco a pouco vai mudando de figura relativamente aos processos comunicativos, perdendo a condição de contexto simbolicamente coercitivo destes processos, para se tornar o fator responsável pela continuidade dos contextos semânticos com os meios descontínuos da crítica, pela manutenção do contexto social-integrativo frente ao novo universalismo, que tende a atomizar o modo de vida das pessoas.

Conforme esclarece o pensador:

Racionalizar significa aqui o cancelamento das relações de coerção que, penetrando imperceptivelmente nas estruturas comunicativas impedem – através de bloqueios intrapsíquicos ou intrapessoais da comunicação – que os conflitos sejam afirmados conscientemente e regulamentados de modo consensual. Racionalizar significa a superação de tal comunicação sistematicamente distorcida, na qual o consenso relativo às pretensões de validade reciprocamente colocadas – que serve como suporte à ação –, sobretudo o consenso acerca da veracidade das exteriorizações intencionais e sobre a juste-

za das normas de base, é conservado de pé só aparentemente, ou seja, como uma contrafação (Habermas, 1983, p. 34).

Por outro lado, o processo de evolução social enseja o surgimento das mídias generalizadas de comunicação de que falam os funcionalistas, cujo sentido e valor, não obstante, devem ser compreendidos de forma mais complexa e matizada.

O mundo da vida, quando problematizado, pressiona o mecanismo de entendimento no sentido de dotar-se de uma racionalidade cada vez maior, que por sua vez aumenta a necessidade de entendimento, com o que se eleva a complexidade da interpretação e os riscos de discordância (potencializados pelo desenvolvimento da capacidade de crítica por parte dos sujeitos). Estas sobrecargas e perigos são o que as mídias procuram neutralizar. O funcionamento destas mídias se distingue, porém, segundo encampam a formação linguística do consenso por meio de uma especialização de determinados aspectos de validade e de uma hierarquização dos processos de entendimento, ou desconectam a coordenação da ação da formação linguística do consenso, neutralizando-se frente à alternância de acordo ou falta de entendimento (Habermas, 1987, v. 2, p. 258).

Habermas distingue, portanto, entre formas generalizadas de comunicação e meios sistêmicos de comunicação. As primeiras não se desligam das fontes do conhecimento cultural, das normas válidas socialmente e das estruturas motivacionais dos sujeitos; não substituem os processos de formação linguística do consenso e, por conseguinte, a capacidade de questionamento e dissenso dos sujeitos. Como exemplo, o filósofo cita as redes de influência e engajamento valorativo existentes na sociedade. Os segundos, em contrapartida, coordenam mecanicamente as ações, procurando poupar tempo e reduzir a complexidade da interação; eles permitem aos sujeitos correlacionar sua ação, sem necessidade de se entenderem antes sobre a situação, estruturada pela própria mídia.

Neste caso, os processos de coordenação da ação são de fato assumidos por meios sistêmicos, como o poder e o dinheiro, que liberam a atividade teleológica dos contextos normativos, permitindo que ela passe a se reger sobretudo pelo cálculo egocêntrico de utilidade. Com essas mídias, a reprodução material do mundo da vida progressivamente se alija dos mecanismos de formação do consenso, este mundo perde seu caráter indiferenciado. A reprodução da práxis vital começa a ganhar contornos sistêmicos. A comunicação passa a ser asfixiada pelas mídias de controle, que produzem uma estereotipação da capacidade comunicativa de se entender e discutir o mundo da vida.

A linguagem é exonerada da função de mecanismo coordenador da ação. As mídias liberam a ação social dos processos de formação do consenso, assentando-a sobre uma racionalidade instrumental. Os mecanismos de integração simbólica são progressivamente substituídos por mecanismos de integração sistêmicos. A comunicação passa a ser comandada por meios deslinguistizados, em que pontifica o dinheiro, surgido com o capitalismo.

Para as condições de uma linguagem de controle especialmente codificada é óbvio que basta o *medium* do dinheiro. Ele saiu como uma ramificação da linguagem entendida como código especial talhado à medida de situações *standart* (de permuta) que, na base de uma estrutura integrada de preferências (da oferta e da procura), condiciona decisões sobre ações de modo eficiente e coordenado sem ter de levar em conta os recursos do mundo da vida (Habermas, 1990, p. 321).

Em função disso, somos levados a reconhecer o verdadeiro paradoxo do processo histórico universal do esclarecimento, a verdadeira natureza da dialética da razão. O desenvolvimento da competência comunicativa dos seres humanos cria as condições para a verificação de sucessivos progressos nos processos de reprodução material do mundo da vida, que culminam, porém, no surgimento de complexos funcionais de ação, regulados cada vez mais por meios sistêmicos de comunicação.

A racionalização comunicativa do mundo da vida possibilita um aumento da complexidade de sua reprodução material que, em certo patamar, passa a requerer o desenvolvimento de mídias sistêmicas. Paradoxalmente, porém, estas tendem, em seguida, a tirar sentido do emprego da competência comunicativa e a desonerar as pessoas da necessidade de se comprometerem com a própria comunicação.

A racionalização do mundo da vida pode ser concebida como uma progressiva liberação do potencial de racionalidade que a ação comunicativa carrega consigo. Com ela, a ação voltada para o entendimento adquire uma autonomia cada vez maior frente aos contextos normativos, mas ao mesmo tempo o mecanismo de entendimento, cada vez mais sobrecarregado e finalmente transbordado, é substituído por meios de comunicação deslinguistizados (como mecanismo de coordenação social) (Habermas, 1987, v. 2, p. 219).

As tecnologias de comunicação se desenvolveram no bojo deste processo, como veículos das formas generalizadas de comunicação, tendo como principal função a formação de esferas de opinião pública ou comunicação. Todas elas promoveram uma remoção das barreiras do tempo e

espaço que limitavam a ação comunicativa, sem romper a possibilidade de as pessoas responderem por suas ações, sem romper as suas ligações com o mundo da vida. “Existe evidência considerável atestando a natureza ambivalente do potencial democrático de uma esfera pública cuja infraestrutura está marcada pelas coações cada vez mais seletivas impostas pelos meios de comunicação eletrônica [...]” (Habermas, 1992, p. 456-457).

As tecnologias multiplicaram as redes e as mediações dos processos comunicativos, possibilitando o processo de separação da ação comunicativa das ordens institucionais e dos contextos normativos prescritos pelo mundo da vida. Em vista disso, não surpreende que seu surgimento se relacione com o desenvolvimento das formas generalizadas de comunicação.

Os meios de comunicação de massa pertencem a estas formas generalizadas de comunicação. Liberam os processos de comunicação do provincianismo que supõe os contextos limitados no espaço e tempo, fazem surgir espaços de opinião pública, implantando a simultaneidade de uma rede virtualmente sempre presente de conteúdos de comunicação muito afastados no tempo e no espaço, pondo as mensagens à disposição de contextos multiplicados (Habermas, 1987, v. 2, p. 552).

Na verdade, as tecnologias de comunicação se transformaram, ao mesmo tempo, em meios de controle sistêmico e meios de reprodução simbólica da comunicação: meios de controle enquanto aparatos submetidos à racionalidade mercantil ou burocrática; meios de reprodução enquanto formações simbólicas tecnologicamente enxertadas no mundo da vida.

Em nosso mundo, elas condensam a contradição entre os procedimentos sistêmicos e as estruturas comunicativas que se desenvolveu com a modernidade. Os meios de comunicação constituem formas generalizadas de comunicação, na medida em que condensam materialmente e expandem coletivamente o conhecimento cultural, mas ambivalentes, na medida em que são formas colonizadas pelos meios de controle sistêmico representados pelo poder e pelo dinheiro.

Nesse sentido, carregam consigo um potencial de dominação e distorção da comunicação que não pode ser dissociado, contudo, do seu potencial emancipatório e de sua capacidade de promover a comunidade de comunicação hipotetizada para o futuro. O fundamental é compreender, porém, que sua subestrutura sociológica é a conversação cotidiana e que assim como:

[...] esta comunicação pode servir, e geralmente serve, como instrumento mediante o qual os *formadores de opinião* reconhecidos transmitem e reforçam as mensagens dos meios de informação, [...] ela também pode originar

uma visão crítica desses meios e implantar uma nova linguagem, um novo conjunto de valores e habilidades, além de um corpo de informação em conflito com os promovidos pelos meios dominantes (Gouldner, 1978, p. 194).

Resumidamente, a proposição significa que as tecnologias de informação veiculam esquemas de ação antagônicos, cujas tensões não se resolvem por princípio, mas na práxis da comunicação. Ainda não sabemos com certeza o quanto um público é autônomo quando se posiciona a respeito de uma matéria. Carecemos dos conhecimentos que permitiriam concluir se isso é fruto de uma conscientização ou resulta de um jogo mais ou menos escondido de poder, acionado via os meios de comunicação.

Habermas trabalha com a hipótese de que:

Os meios de comunicação de massa podem, certamente, escalonar, matizar e condensar os processos de entendimento, mas só imediatamente podem descarregar as interações das tomadas de posição afirmativas ou negativas frente às pretensões de validade suscetíveis de crítica, pois as comunicações, mesmo sendo abstratas e empacotadas, nunca podem ser fielmente blindadas contra a possibilidade de serem contraditas por atores capazes de responder autonomamente por seus próprios atos (Habermas, 1987, v. 2, p. 553).

Os períodos de efervescência revolucionária ou de acionamento dos movimentos sociais são, para ele, prova de que as estruturas de comunicação institucionalizadas são permeáveis a abalos e de que o poder da mídia é função da dialética entre as estratégias de processamento da informação das empresas e as estratégias de interpretação “[...] empregadas pelo público que se comunica entre si e que, de fato, pode ser levado a criticar ou mesmo a rejeitar o que os programas oferecem ou sintetizar as ideias neles contidas de acordo com seu próprio julgamento [...]” (Habermas, 1996, p. 376-379).

Em consequência disso, podemos concluir que a esfera engendrada pelos veículos de comunicação constitui o principal terreno em que se processa hoje o conflito não resolvido entre a racionalidade comunicativa e a racionalidade sistêmica. A esfera da comunicação midiada constitui o campo em que se decide qual dessas racionalidades é, em cada momento, a força dominante na vida em sociedade (sobre tudo isso, ver ainda Castells, 2009).

EXCURSO SOBRE DOMINIQUE WOLTON

Dominique Wolton dedica-se, há vários anos, a desenvolver uma variante da teoria crítica da comunicação originária da (2ª) Escola de Frankfurt, conforme se pode ver, sinteticamente, em sua obra *Pensar a comunicação* (1997). Segundo esse especialista, as comunicações são uma resposta à crise do vínculo social acarretada pela desintegração da família, do Estado e das redes de socialização tradicionais. A crescente falta de mediação entre os planos individual e societário que caracteriza a vida moderna cria as condições políticas e sociais para o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação (Wolton, 1997).

Porém, ressalva o autor, convém lembrar que existem dois planos no processo da comunicação: o normativo e o funcional. O primeiro plano, ele crê, se relaciona com o ideal humano de troca, interação e entendimento recíprocos, mais do que com nossas necessidades de sobrevivência. O segundo, o funcional, relaciona-se, antes, com a formatação técnica e exploração econômica dos meios que agenciam esse elemento. A manutenção da vida social depende tanto de um quanto do outro, diz Wolton.

Apesar disso, verifica-se que esse segundo fator, o funcional, ameaça o processo como um todo, quando enseja o desenvolvimento de movimentos ideológicos tecnocráticos, como os que estão na base do desenvolvimento dos atuais meios de comunicação. Quer em sua visão otimista, quer em sua visão pessimista, o entendimento tecnicista, propagado teórica e praticamente, supõe que os aparatos de comunicação possuem com exclusividade “o poder de transformar a sociedade contemporânea” (Wolton, 1997, p. 41).

Segundo Wolton, afirmar tal coisa em relação à mídia, seja para valorizá-la pelo que há de positivo, seja para culpá-la pelo que há de nocivo, é, contudo, uma forma de ideologia, propaganda ou mistificação. De fato, os meios não bastam para sustentar a comunicação. A performance técnica daqueles deve ser distinguida do que de fato é decisivo no processo: seu aspecto social e político, mediado pela interação simbólica em que se funda seu aspecto normativo (Wolton, 1997, p. 41).

Atualmente, a tendência é o elemento técnico e sistêmico se impor ao político e antropológico, mas sempre resta um intervalo impedindo a fusão desses dois planos do processo: “[Devido ao seu caráter, em última instância, ambíguo e aberto], sempre existe uma margem de manobra, uma capacidade crítica [imanente à comunicação], que jamais pode ser destruída [pelo fator tecnológico], visto ser originária da sua dimensão antropológica.” (Wolton, 1997, p. 18).



Figura 5.4
Dominique Wolton.

continua

continuação

Destarte, conviria não reduzir a comunicação a seu aspecto técnico e econômico, às comunicações sistêmicas: sempre há um elemento irreduzível, de ordem humana e não técnica (simbólico), no âmago desse fenômeno. A crítica à colonização econômica e tecnológica do plano normativo, da dimensão prospectiva da comunicação não deve ignorar sua inviabilidade ontológica como projeto. Quem a pratica não deveria se esquecer de elogiar a reserva de boa vida depositada no mundo da vida e das estruturas primárias de comunicação, visando evitar a paralisia política, senão o negativismo apocalíptico.

A crítica não deveria desvalorizar politicamente a comunicação, culpando-a por tantos de nossos males, em nome de outros valores e instituições que, realmente, não têm mais presença e propriedade no mundo contemporâneo, como a família e a comunidade (Wolton, 1997, p. 95). O preço pago por isso é a queda em uma espécie de masoquismo intelectual, porque, apesar de tudo, a comunicação, por mais colonizada que esteja pelo elemento tecnocrático, é um dos fundamentos de nossa vida política e, portanto, algo cuja defesa seria um de nossos deveres para com a democracia existente em nossas sociedades (Wolton, 1997, p. 167-169).

Para Wolton, em resumo, a reflexão crítica sobre as ameaças que cercam o fenômeno e limitam seu potencial só o será de forma justa se mantiver em vista que não apenas no plano político, mas também no plano teórico, é preciso salvar a comunicação. Atualmente, a comunicação é muito mais ameaçada do que ameaçadora, de modo que a questão crítica consistiria, sobretudo, em “[...] saber como salvaguardá-la, por mais que se creia que ela é tirânica e dominadora” (Wolton, 2005, p. 23).

Wiener, McLuhan e herdeiros o paradigma midiológico

Conforme as teorias sociais modernas, vimos que a comunicação representa, em essência, um processo social primário, por mais que, paralelamente, também seja passível de mediação por alguma tecnológica maquinística. De acordo com elas, as tecnologias de comunicação são sempre um fator subordinado no âmbito da estrutura e do sentido da conversação social, do diálogo cotidiano e ordinário da sociedade. No pensamento cibernético, retomado em novas bases nos últimos anos, verifica-se, contudo, cada vez mais uma formidável mudança neste entendimento. As tecnologias de comunicação parecem ter-se tornado o principal fator para explicar o conjunto da cultura. A sociedade passou a ser vista como um conjunto de circuitos e canais, mantido pelas redes técnicas de informação, algo cuja ideia, porém, não é de todo nova, já havia sido pensada por Norbert Wiener nos anos de 1940.

Para Wiener (1894-1964), criador da cibernética, recordemos, a comunicação constitui a base de todos os fenômenos, sejam naturais ou artificiais. A sociologia sempre soube disso, opina, mas “[...] tendia a descurar o fato de que ela [a comunicação] cimenta a estrutura da sociedade[...]” ([1950]1967, p. 27). Definida como processo de circulação e troca de informações (sinais físicos), a comunicação pode ser aberta ou fechada, mas é controlável, sempre que se regule a informação. “O propósito da cibernética é o de desenvolver uma linguagem e técnicas que nos permitam, de fato, enfrentar o problema do controle e da comunicação[...]” (Wiener, 1967, p. 17).

Como o mundo natural, prossegue o autor, “[...] a sociedade só pode ser entendida através do estudo das mensagens e dos recursos de comunicação de que dispõe [...]” (Wiener, 1967, p. 16). A cultura, em outros termos, se reduz, em seu entendimento, às mensagens materiais

que a estruturam, passando a ser vista como “[...] a unidade constituída pelo conjunto das informações – e dos meios de transmissão e de intercâmbio dessas informações – que circulam em um dado espaço [...]”, para usar as palavras de Phillipe Breton (1995, p. 35-37).

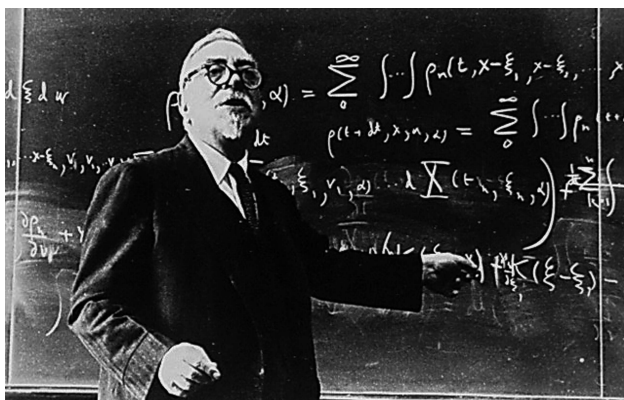


Figura 6.1 Norbert Wiener.

De acordo com isso, os atuais porta-vozes desse pensamento tecnológico sustentam que as telecomunicações e seus maquinismos estão provocando o surgimento de novas formas de interação, não se limitando a reduzir as barreiras de tempo e espaço que se lhes antepunham anteriormente. A sociabilidade pós-moderna se caracterizaria pelo valor conferido à conexão do indivíduo a um sistema de mídia global, sobreposto às relações de convívio direto e às condições de formação mais concreta da experiência. O crescente imperialismo tecnológico a ela subjacente nos sugere, por isso, estarmos marchando a passos largos para uma situação em que talvez venha a se tornar caduca a ideia, até pouco tempo muito bem endossável, de que “[...] não há teoria da comunicação sem uma teoria da sociedade [...]” (Wolton, 1997, p. 39-40; ver Rüdiger, 2002, 2007).

Entendam os comentaristas sociais modernos que o aparecimento da tecnologia eletrônica não produzira diferenças substanciais na natureza e resultado da comunicação (exceção notável parece ser a de Thompson, 1995). A verdade, porém, segundo seus interlocutores tecnófilos contemporâneos, é que “[...] a aldeia global mcluhaniana tornou-se tecnicamente factível, engendrando importantes consequências que questionam a adequação das teorias e pontos de vista existentes [a respeito da comunicação]” (Poster, 1990, p. 2; ver Primo, 2007).

Aparentemente, o principal fator a estimular esse revisionismo é o surgimento e a rápida expansão das redes de comunicação via computadores pessoais, sobretudo a internet (a partir de 1993/1995). A internet deu nova vida ao pensamento cibernético, ao levar para o plano cotidiano o conceito de informática de comunicação proposto de forma pioneira, um quarto de século antes, por Robert Taylor e J.C.R. Licklider. Conforme esses pesquisadores, os primeiros teóricos da comunicação envolvendo máquinas cometeram o erro de minimizar o papel dos seres humanos no processo. “Os engenheiros de comunicação [que criaram a teoria da informação] pensavam o processo como transferência de informação de um ponto para outro em termos de códigos e sinais [...]” (Licklider; Taylor, [1968] 1999, p. 97).

Acontece, contudo, que a comunicação é mais do que isso: trata-se de um processo social dinâmico e ativo que, via máquina, no entanto, pode criar uma forma superior de interação entre os seres humanos. Para os autores, é à interação que se deve o surgimento de novas ideias e o agenciamento do aspecto propriamente criativo da comunicação. A transferência e recepção de mensagens têm sua função nessa última, mas não são o essencial ou o mais importante. Converter os computadores em meios de comunicação, ligá-los em rede, seria, em sua visão, a forma mais adequada para desenvolver aquele aspecto, visto que, assim, poderíamos permitir a transformação da referida premissa teórica em uma realidade cotidiana em escala mundial (Licklider; Taylor, 1999, p. 104).

[Os computadores ligados em rede] podem mudar a natureza e o valor da comunicação de maneira ainda mais profunda do que o fez a imprensa e a televisão, porque [...] bem programados, podem fornecer acesso direto tanto aos *recursos* informacionais disponíveis quanto aos *processos* capazes de tornar esses recursos úteis [à sociedade] (Licklider e Taylor, 1999, p. 98).

Passados alguns anos, desde que isso foi escrito, são agora vários os autores a tirar outras conclusões a respeito do processo histórico de avanço da informática de comunicação (ver Ess, 1996). Para alguns, a tecnologia moderna produziu um êxtase na comunicação, promoveu-a em tamanha escala e força que, agora, parece que ela de certo modo se sublimou nos sistemas de interação criados e mantidos pelas técnicas de comunicação. O processo perdeu todo o sentido fora dessa mediação, gerador de uma nova realidade, merecedora de distintos juízos de valor, em que tudo se faz visível e imediato, os indivíduos, os seres e as coisas digitalizaram-se e os segredos do mundo, pouco a pouco, tornaram-se transparentes. Resumidamente, o período clássico da compreensão, do diálogo e da troca che-

gou ao fim, está sendo “[...] substituído pela era proteica das redes, pela era narcisista e proteiforme da conexão, do contato, da contiguidade, do *feedback*, da interface generalizada [...]” (Baudrillard, 1984, p. 69).

A modernidade ergueu-se em cima de um projeto cultural cujo fundamento era o princípio do progresso geral da humanidade. As múltiplas tendências postas em movimento por ela, da economia até a ciência, comungavam da crença de que as instituições, as iniciativas e as obras só possuíam sentido se contribuíssem para sua emancipação. As promessas de igualdade, liberdade e justiça eram, para todos, o horizonte legitimado do progresso. O desenvolvimento desse projeto, todavia, resultou no paulatino declínio desses ideais, à medida que a técnica e a ciência o punham em prática e a despeito da felicidade, trazida ou não por ela para o conjunto da humanidade. Os indivíduos passaram a viver o presente, deixando de acreditar nas narrativas sobre o progresso, e a sociedade abandonou os sonhos coletivos, ingressando em uma nova conjuntura espiritual, na chamada pós-modernidade.

A falência das narrativas sobre o progresso coletivo do homem que assim se delineia é correlata, por sua vez, à ascensão de um discurso cada vez mais apaixonado, embora ambivalente, sobre a tecnologia. A progressiva descrença nos ideais é visualizada tanto como sua realização quanto como sua liquidação, conforme se assume uma postura crítica ou integrada em relação à nova cultura. Segundo os defensores dessa última, chegamos a uma espécie de fim da história porque a tecnologia terminou concretizando esses ideais, conduzindo-nos ao melhor dos mundos, transformando o progresso em realidade (ver Toffler, 1980). Para os outros, ao contrário, as técnicas avançadas produzem um modo de vida passível de um crescente controle social, cada vez mais desprovido de sentido, virtualmente desumanizado (ver Postman, 1994).

A comunicação não se furta a esse tratamento, através do qual, pouco a pouco, deixa de ser domínio sujeito ao impacto da técnica para se tornar fenômeno gerado por esta técnica, deixa de ser mediação da práxis social para se tornar técnica de acesso à vida via máquina. Nessa ótica, as transformações nos padrões de interação social, positivas ou não, derivam da própria natureza das tecnologias e maquinismos de comunicação. A comunicação social é um processo cada vez mais determinado pelos meios de comunicação, variando apenas o valor dado a esse entendimento, que pode ser esquematizado com a ajuda de uma dicotomia tornada clássica por Umberto Eco em *Apocalípticos e integrados*, de 1964.

Os *apocalípticos*, por exemplo, seriam estes que denunciam os perigos do tecnicismo desenfreado, a eminência de a sociedade perder a faculdade

da conversação espontânea, tornar-se mais e mais opaca aos indivíduos que a compõem, em prejuízo da liberdade dos cidadãos, embora não para aqueles que controlam as novas tecnologias. O principal, em sua maneira de ver o problema, é que a conversação social foi interrompida, porque, estruturalmente, “[...] os novos meios não mediatizam [...]” (ver Ferrarotti, 1988).

Os pensadores *integrados*, em contraponto, acreditam que, na sociedade da informação que se vai impondo, os receptores se tornam emissores, as comunicações laterais se multiplicam, enfim “[...] a conversa informatizada e os seus códigos devem criar de novo uma *ágora informacional*, alargada às dimensões da nação moderna, de onde emanarão progressivamente acordos, compromissos, que exprimirão um consenso responsabilizando coletividades cada vez mais vastas, perspectivas cada vez mais longínquas” (Nora e Minc, 1978, p. 141-144).

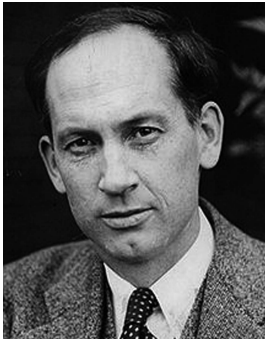


Figura 6.2 Harold Innis.

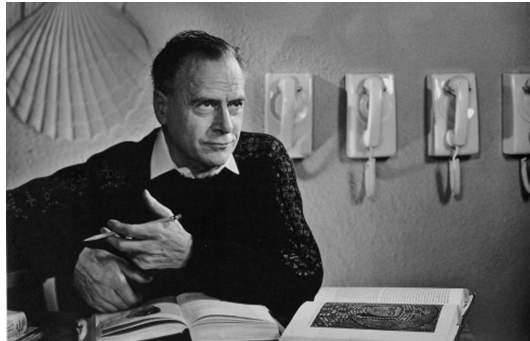


Figura 6.3 Marshall McLuhan.

Conforme defende Scott Lash, figura de proeminência nesse processo de reavaliação do estatuto da mídia, as estruturas herdadas da sociedade industrial e sua cultura da representação estão sendo substituídas por outras, em que predominam a circulação eletrônica de informações e os processos táteis de comunicação. Poderíamos verificar, agora, a crescente importância não mais da produção simbólica, mas de seu movimento generalizado como conjunto de sinais, através de toda a sorte de maquinismos. “Se a sociedade de informação lastreia a produção de símbolos, então sua cultura global sustenta o movimento de símbolos, quer ou não estejam presentes as pessoas que os utilizam [...]” (Lash, 2002, p. 176).

O denominador comum dessa espécie de relato, qualquer que seja a ênfase da narração (tecnófila ou tecnófoba, como também se diz), é o entendimento da comunicação como uma espécie de aparato técnico, a substi-

tuição da teoria da comunicação por uma teoria das mídias de comunicação (*medium theory*) e a transformação do referido aparato em fundamento de um determinismo tecnológico aplicado à cultura e à história, cujo ponto de partida, deixando de lado a cibernética e a teoria da informação, encontra-se nos escritos de Harold Innis e Marshall McLuhan.

A ESCOLA DE TORONTO: INNIS E McLUHAN

A Marshall McLuhan (1911-1980) reconheceu-se durante bom tempo, inclusive na mídia, a condição de principal teórico da comunicação. Profeta da era eletrônica, o pensador conta-se de fato entre os pioneiros de uma série, segundo a qual as comunicações representam uma espécie de panaceia tecnológica. Reproduzindo suas palavras, vivemos um momento de transição: “[...] a tecnologia elétrica já está dentro dos muros, [mas] nós [ainda] somos insensíveis, surdos, cegos e mudos, ante a sua confrontação com a tecnologia de Gutenberg [...]” (McLuhan, 1968, p. 33).

As conquistas humanas sempre foram pagas com alguma forma de escravidão. A tecnologia contemporânea, ao contrário, é responsável pela criação de um novo mundo, em que o domínio da natureza está se tornando compatível com a liberdade de todos. A comunicação eletrônica está estendendo o nosso sistema nervoso central de maneira global, interrelacionando todas as experiências humanas instantaneamente.

McLuhan difundiu assim a hipótese de que as comunicações produzem um profundo impacto sobre as categorias sociais do tempo e do espaço, levando, desse modo, à modificação das relações existentes na sociedade. Segundo ele, entender os meios é entender seu poder de mudar as estruturas temporais e espaciais, o trabalho e as relações sociais, com que entra em contato. Conforme escreve um crítico, o pensador retratou a história “[...] como uma série de revoluções tecnológicas, cada uma das quais suscitou presságios similares aos de hoje e cada uma das quais foi em realidade uma transformação da vida, conducente inevitavelmente ao valente mundo novo representado pela máquina computadora e [o] tubo de imagem da TV [...]” (Finkelstein, 1969, p. 15-16).

Posteriormente, descobriu-se, no entanto, que suas ideias, na verdade, eram bastante devedoras das pesquisas e hipóteses defendidas por um conterrâneo seu. Também Harold Innis (1894-1952), historiador e economista canadense, explorou de maneira profunda as formas de controle que residem na estrutura interna das diversas mídias. Na verdade, parece ter sido pioneiro, ao sugerir que “[...] a civilização ocidental tem

sido muito influenciada pela comunicação e que as modificações mais marcantes ocorridas na comunicação têm importantes implicações na história [...]” (Innis, 1951, p. 3; ver Watson; Blondheim, 2007).

Segundo Innis, a formação e queda dos impérios na história podem ser explicadas examinando-se os monopólios de tempo e espaço criados pelas tecnologias de comunicação. A comunicação é um meio de projeção da consciência, que se reveste de determinadas estruturas técnicas e, assim, modela as formas de vida em sociedade. Os monopólios de saber que resultam dessas estruturas comandam a distribuição de poder entre os grupos sociais, na medida em que implicam conceitos de tempo e espaço controláveis através de diversos meios de comunicação. Os impressos são formadores do espaço social, enquanto os veículos que prescindem de suporte físico permitem o domínio do tempo vivido pela sociedade.

As comunicações nunca são neutras, carregam sempre uma certa tendência ou inclinação (*bias*):

Na civilização ocidental, a existência de uma sociedade estável depende do justo equilíbrio entre os conceitos de espaço e tempo. [...] A característica dos meios de comunicação, porém, é engendrar esse desequilíbrio na civilização, na medida em que favorecem ou o conceito de tempo, ou o conceito de espaço (Innis, 1951, p. 64).

Historicamente, o resultado disso é uma correlação entre as modificações nos sistemas de poder e as revoluções tecnológicas ocorridas na comunicação. A primeira delas, segundo o autor, afetou a maneira de controlar o tempo e foi promovida pela escrita. Favoreceu a conservação e o emprego da memória. No entanto, estreitou a cultura oral e os canais através dos quais se chegava ao consenso nas sociedades primitivas. A segunda afetou a maneira de gerir o espaço e foi promovida pelas técnicas de difusão em massa da escrita (mídia impressa). Contribuiu, no princípio, para a extensão do poder dos seus controladores sobre um território para, depois, provocar sua descentralização.

A revolução em curso (eletrônica), visualizada em seu início pelo autor, poderia seguir o mesmo padrão, na medida em que a formação de monopólios de poder e saber através da mídia poderia ser quebrada pela própria forma da mídia. A concentração de poder sobre o tempo e o espaço gerada pelas telecomunicações constituía apenas uma das tendências dessa mídia, potencialmente portadora das condições para um restabelecimento da cultura oral e do contato pessoal, que “[...] poderia constituir a base de toda uma nova forma de comunicação [...]” (ver Mattelart, 1995, p. 103).

McLuhan retomou essas análises em seus vários escritos, defendendo a hipótese de que as tecnologias constituem uma extensão dos sentidos humanos, de modo que o predomínio de uma ou outra implica o predomínio de um ou outro modo de percepção da realidade. “A tecnologia gradualmente cria um ambiente humano totalmente novo [...]” (1968, p. 10). No princípio é expressão dos sentidos, porém depois torna-se o que os atinge e altera. Os indivíduos são modificados por suas técnicas de comunicação. As primeiras mídias eram extensões do corpo e dos sentidos, dos olhos e dos ouvidos humanos. As telecomunicações constituem não somente extensões do sistema nervoso central, mas técnicas que sobre ele rebatem, determinando uma nova modelagem da sociedade.

Em resumo, a proposição significa que o meio é a mensagem: a mensagem que há nele é a alteração de padrão que produz na vida humana. Os conteúdos são secundários em relação às mudanças globais produzidas pelo surgimento de uma nova mídia na sociedade. As transformações na maneira de perceber e vivenciar a realidade são a mensagem de cada mídia de comunicação.

Deixando de lado a fase tribal, McLuhan distingue duas épocas marcantes, inauguradas por revoluções, na história da comunicação: a época gutenberguiana do impresso e a época eletrônica do audiovisual. A primeira descobriu um novo modo de conservar a memória, aumentando seu volume e liberdade de emprego. A segunda concebeu uma maneira de socializar o conhecimento, permitindo o reforço dos laços de irmandade entre os homens.

O filósofo não foi visto em vão como profeta da era da comunicação, ao vislumbrar no desenvolvimento da tecnologia eletrônica de comunicação uma espécie de redenção para a humanidade. Nos oráculos de sua autoria, realmente, encontra-se a convicção de que a eletrônica terminará criando os meios através dos quais não só o saber, mas, talvez, seu processo criativo se estenderão de maneira coletiva a toda a sociedade.

Na idade elétrica, quando o nosso sistema nervoso central é tecnologicamente projetado para envolver-nos na humanidade inteira, incorporando-a em nós, necessariamente temos de envolver-nos, em profundidade, em cada uma de nossas ações [voltando a formar uma totalidade] (McLuhan, 1968, p. 18).

Segundo pensava o filósofo, “[...] a palavra falada era o meio mais completo de comunicação, porque, embora se destine a ser escutada, ela envolve também a participação de outros sentidos, como o tátil (os gestos) e o visual (as expressões faciais) [...]” (Santos, 1992, p. 72). As cul-

turas orais são culturas integrais porquanto seus membros agem e reagem ao mesmo tempo. Os indivíduos são bem informados, constituem pessoas completas, formadoras de uma irmandade total.

O descobrimento da escrita e, mais tarde, das técnicas de impressão, entretanto, tiveram profundo impacto sobre a cultura: destribilizaram a humanidade, romperam a associação entre os sentidos e modificaram a maneira de o homem perceber e se relacionar com o mundo, tornando-a solitária, técnica, fria e impessoal. O advento da cultura impressa, em outros termos, criou um novo tipo de homem e de sociedade. O acontecimento favoreceu certos sentidos (visão) em detrimento de outros, ao mesmo tempo em que engendrou uma determinada forma de racionalidade bastante limitadora (ver McLuhan, 1968).

Entretanto, a humanidade possui excelentes motivos para rejubilar-se. Encontramo-nos agora em meio a uma formidável metamorfose cultural, produzida pelo surgimento da comunicação eletrônica, através da qual podemos nos permitir um regresso à oralidade, conseguir a superação das fronteiras políticas e, enfim, a instantaneidade na transmissão e a democratização dos conhecimentos (McLuhan, 1968, p. 81). A Galáxia de Gutenberg está perecendo e, sobre suas ruínas, restaura-se, mediante as novas tecnologias, uma unidade dos sentidos, que tende a fazer de todo o mundo uma só tribo. Citando a passagem mais célebre de sua obra, podemos afirmar que, “[...] eletricamente contraído, o globo já não é mais do que uma vila [...]”, já não é mais do que uma “aldeia global” (McLuhan, 1968, p. 19).

Conceitualmente, o pensador distinguiu em suas análises duas classes de meios, se observado o volume de informações por eles transmitidas: a quente e a fria. Falando de maneira simples, se bem entendemos, a mídia é quente quanto maior for esse volume, quanto menos requer nossa intervenção. A diferença refere-se menos ao meio do que a esta variável: a participação ativa do indivíduo.

Exemplificando, podemos chamar o rádio de um meio quente, porque o ouvinte costuma receber tamanha quantidade de informação que sua participação tende a ser mínima. A televisão, pelo contrário, caracteriza-se, sobretudo, como um meio frio, porque costuma exigir ou favorecer nossa intervenção, engendrando situações que nos estimulam a preencher as lacunas de sentido deixadas pelo conteúdo transmitido. As ilustrações acima, tomadas do autor, dão margem à discussão: poderíamos muito bem inverter esses juízos sobre o rádio e a televisão.

O principal aspecto a sublinhar, neste contexto, contudo, é o legado de sua obra, a recepção que mais tarde ensejou e segundo a qual suas

ideias representam, ainda que em estado só parcialmente reflexivo, o pensamento ou epistemologia de uma era definida pelos meios eletrônicos de comunicação. O pensador, com efeito, acabou por se tornar referência seminal de uma nova geração, ao sugerir que a comunicação não é importante pelo sentido que agencia, mas por sua materialidade, ao propagandear a ideia originalmente wieneriana, aceita por tantos outros agora, de que o meio é a mensagem. A comunicação não tem a ver essencialmente com o conteúdo que ela veicula, mas com as situações que seus meios estruturam e, por isso, entendida em sentido amplo, ela seria sempre determinada, a longo prazo, pela natureza técnica ou tecnológica dos meios de comunicação (ver Crowley; Mitchell, 1994; Meyrowitz, 1985).

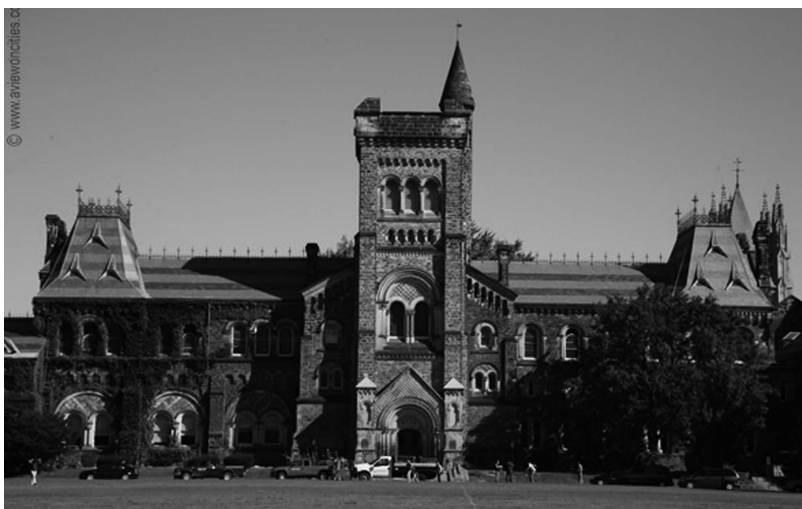


Figura 6.4 Toronto University College.

GENEALOGIA DA PROBLEMÁTICA

A Escola de Toronto propôs um entendimento histórico das comunicações original que, embora continuado agora por todos que postulam o primado da materialidade da comunicação sobre o seu sentido, não é incontestável. Segundo a teoria social, a abordagem não deve se restringir à sua materialidade, precisando ser avaliada, também, em relação à natureza simbólica do processo da comunicação. O processo representa, originalmente, um movimento social de instituição das estruturas simbólicas que presidem à interação ao longo da história, apesar de que, via o desenvolvimento das novas

tecnologias, estejamos assistindo à sua paulatina coagulação nos meios de comunicação, como defendem os modernos seguidores de McLuhan.

Nas palavras de um defensor da abordagem culturalista mais esclarecida:

Atualmente os dispositivos de informação moldam os valores culturais de nossa época, não só às suas próprias regras de funcionamento, mas sobretudo às suas estratégias de legitimação, constituindo um meio cada vez mais autônomo em relação aos procedimentos comunicacionais espontâneos e imediatos das comunidades tradicionais (Rodrigues, 1994, p. 34).

Louis Queré fornece-nos um relato bastante coerente dos supostos históricos em que se baseia essa abordagem das relações entre comunicação e meios de comunicação, estas que têm lugar na sociedade contemporânea. Conforme o autor observa, a comunicação é um processo de troca simbólica, que se encontra nos fundamentos da sociabilidade. Representa uma dimensão constitutiva da própria cultura, e, portanto, subtrai-se, por definição, às tentativas de reduzi-la a outro fenômeno, inclusive a tecnologia (Queré, 1982, p. 121-122).

As transformações profundamente problemáticas produzidas nessa mediação em nossa época, entretanto, resultam dessa empresa, da sua progressiva tecnificação. Os contemporâneos acreditam, de maneira equívoca, que a comunicação pode ser estruturada de maneira técnica; conceberam o projeto enganoso de instituir tecnicamente o simbólico. A consequência é a progressiva perda de sentido da comunicação: as tecnologias em si mesmas não mediatizam a sociedade.

A comunicação só faz sentido contra o pano de fundo da práxis vital imediata, tecida simbolicamente. Entretanto, prossegue-se por toda a parte nessa cegueira, que se reflete no plano teórico. Apocalípticos e integrados compartilham de um determinismo tecnológico que tende a fazer-nos cair na confusão mortal entre *expressão*, enquanto aspecto instituído, e *intenção*, enquanto aspecto instituinte da comunicação.

Na verdade, é preciso entender que o movimento de instituição do simbólico está aquém de qualquer modalidade histórica de interação, constitui um processo constitutivo da sociedade. No entanto, verifica-se também que essa instituição assume distintas modalidades, conforme se analisa a história. A comunicação é uma mediação simbólica da práxis social que obedece a diferentes codificações, conforme concluem as pesquisas realizadas nessa direção, devedoras do esforço de síntese promovido pela teoria da ação comunicativa habermasiana.

Acompanhando o roteiro proposto por Jean Franklin (1975), afirmaríamos que sua modalidade tradicional pode ser caracterizada pela forma do *verbo*, por uma mediação que finca suas raízes no reconhecimento coletivo das instâncias míticas. A comunidade relaciona-se consigo mesmo através de uma ordem exterior: os ancestrais, os deuses, a fortuna. A narrativa mítica é vivida socialmente como instância doadora da palavra e do entendimento. A estrutura simbólica fundadora da interação é vista como uma entidade totalmente exterior, transcendente à comunidade.

As sociedades pré-modernas caracterizavam-se por isso mesmo como sociedades que não problematizavam a comunicação. O fundamento delas – externo a seu processo de posição – era intocável. Afinal as mitologias se furtam à interrogação: o mito se narra, é feito para ser contado. Fundadoras da ordem social, as narrativas míticas relatam as origens e descrevem a filiação de todas as coisas. A comunicação era constituída por esses relatos e, portanto, estava contida no próprio princípio de instituição da sociedade como tal. Constituía o vínculo simbólico que, conquistado pelos homens em sua subtração ao caos, fornecia sentido à interação social verificada no contexto da comunidade.

A transmissão da memória dos mitos fundadores constitui o fundamento da comunicação, engendra os esquemas operatórios do saber e da ação formadores da tradição. O passado governa o presente como tempo fundador. A palavra dos anciãos reproduz a palavra originária. A comunicação se caracteriza pelo retorno do mesmo: todos os fatos novos são introduzidos na tradição. O simbólico não se distingue do real, não chega ao estado reflexivo e, assim, informa a prática social de modo direto. A cultura se transmite oralmente e é assimilada quase sem distanciamento. Dificilmente se consegue distinguir de maneira legítima entre o núcleo garantidor da identidade e uma periferia suscetível de revisão dentro da tradição: as mitologias fundam a identidade da tribo e de seus membros, ditando os parâmetros da conversa cotidiana.

As potencialidades da ação comunicativa encontram-se, assim, travadas pela tradição. A comunicação é apenas veículo da tradição: constitui um fator de reprodução do mundo da vida em sociedade. A sabedoria tradicional regula consensualmente a cooperação e a interação entre os homens, fornecendo as regras com que se orientam em sua práxis. A solidariedade é engendrada por meio de rituais e obrigações que reproduzem o núcleo normativo deste mundo da vida. A realidade transcendente constitui o lugar onde reside o sentido dos seres e das coisas, sentido este que não pode ser gerido pelo homem. A comunicação é, portanto,

alguma coisa que não pode ser senão a repetição e a reafirmação desse sentido transcendente.

Nas palavras de Marcel Gauchet, nesse mundo, os homens se reconhecem devedores dos deuses, de uma instância transcendente, doadora de todo sentido. O sentido vem do outro, vem de fora, na medida em que “[...] o mundo em que vivemos, aquilo que somos, devemos-os a seres que, por natureza, nada têm a ver com homens como nós, e que pertencem, de resto, a outro tempo e a outro espaço [...]” (Gauchet, 1985, p. 78).

Consequentemente não se reconhece a seus integrantes o direito de discutir sobre sua forma de organização e seus problemas. Os princípios fundadores da vida social se encontram em fontes exteriores. A conversação representa a articulação da vida social com seu exterior, com as razões que presidem à fundação dessa vida fora da sociedade: obedece à vontade dos ancestrais e aos mandamentos dos Deuses. Os processos de instituição do sentido não são concebidos de maneira humana, mas como produzidos em tempo diferente pelos deuses, que assumem a figura do mito e se reproduzem por meio de rituais. A comunicação, por conseguinte, reparte, rememora, transmite e presentifica o sentido, negando-se a pô-lo em discussão.

Entrementes, a modernidade marca a eclosão de um novo regime, a chegada da forma retórica, esboçada na antiga Grécia. O *retórico* consiste, com efeito,

[...] em expressão de uma problemática de classe e suas oposições políticas, onde a interlocução se impõe verdadeiramente como sua, [isto é, de forma intramundana]. A palavra perde sua surdez histórica e o processo dessa perda, e então o [regime] persuasivo deixa de ser comunitário ou pessoal, fazendo com que [as diretrizes da interação] passe[m] do transcendente para o instrumental (Franklin, 1975, p. 253).

A formidável revolução produzida pelo aparecimento das técnicas de impressão e a crescente difusão de mídia impressa secularizaram o fundamento da práxis comunicativa. O acontecimento ajudou a enfraquecer a razão mítica, na medida em que contribuiu para explicitar o caráter terreno e humano da produção e troca social das mensagens. As categorias do espaço e do tempo, então, tornam-se históricas. O desenvolvimento e a circulação da mídia impressa, em outros termos, criam assim uma cultura passível de discussão, baseada no diálogo, em que o ouvinte passa a dispor do direito de criticar a comunicação. Engendram as condições necessárias para o surgimento do discurso reflexivo, separando as mensagens do seu contexto social imediato, do raio de ação das autoridades coletivas.

A autonomização do campo comunicativo que tem lugar assim, materializando-se na chamada esfera pública, território aberto à discussão dos problemas comuns, corresponde, por outro lado, à especialização do discurso. A fragmentação da sociedade em diversas esferas de valor conduz à progressiva instauração de parâmetros de discurso legítimos cada vez mais restritos, no direito, nas artes, nas ciências e na vida profissional. O efeito de tudo isso é o surgimento de uma nova racionalidade, fundamentada no questionamento público das convenções legadas pela tradição, na crescente procura por informações e no desenvolvimento da competência comunicativa dos sujeitos sociais.

Durante séculos, a narrativa mítica forneceu aos homens um dispositivo para armazenar, ordenar, lembrar e empregar os simbolismos presentes em seu intercâmbio. Devido à sua forma, o expediente, todavia, conservou-se preso à terra e às pessoas. Raras vezes ele se deixava transplantar para outros territórios.

Nas sociedades tradicionais, as relações intersubjetivas estavam relativamente confinadas a um lugar concreto de enraizamento, a uma comunidade de pertença. Na distinção entre os que partilhavam conosco idêntico destino, os de dentro, e os outros, se assentava o reconhecimento de regras de convivência e de convivência (Rodrigues, 1990, p. 126).

As tecnologias modernas, ao contrário, desenvolveram-se mais e mais tendo em vista a superação das barreiras do espaço e do tempo. De início criaram as condições para a progressiva desterritorialização das pessoas. Na sequência, engendraram o movimento de desenraizamento da experiência. Paulatinamente permitiram ao homem pôr-se em dia com a atualidade, estabelecendo uma sincronização do tempo vivido e uma virtual anulação do espaço. Em síntese, capacitaram esse homem a ultrapassar as dimensões do espaço e tempo, colocando-o em contato cada vez mais presente com a história.

Atualmente, verifica-se de fato que as representações sociais mediatizadas pelos dispositivos da informação suprimem ou anulam a sensação de distância, engendrando, de maneira imediata e instantânea, à escala global, procedimentos de intercâmbio simbólico e conhecimento da realidade radicalmente novos em relação aos conhecidos em um passado próximo, ao menos para a maioria da população.

O comprometimento da sociedade com as novas tecnologias de comunicação, todavia, é responsável por uma paulatina metamorfose em seu processo de instituição simbólica. A crescente dependência dos padrões de interação a essas técnicas, pouco a pouco, submete esse proces-

so a um novo regime, correspondente à “[...] realização total do discurso, a seu acabamento no seio da racionalidade imanente da organização social plenamente desenvolvida [...]” (Franklin, 1975, p. 171).

O *cibernético*, ou interativo, corresponde de fato ao acabamento da comunicação no sentido da superação de suas formas anteriores em uma modalidade superior e mais eficaz. Prendendo-se às redes, acontece agora de o indivíduo transformar-se funcionalmente em comunicador\receptor, encaixar-se em circuitos tecnificados, por onde circulam as mensagens legítimas perante a sociedade. A sociedade, em outros termos, passa a ser conectada ou tecida pelos processos de informação codificada, assistindo então à perda da espontaneidade na comunicação (ver Lash, 2002).

Os dispositivos da informação instauram circuitos de conexão que se sobrepõem às referências de sentido enraizadas na experiência imediata e no horizonte do território, subordinando as estruturas simbólicas comuns aos códigos técnicos especializados. A conversação, tendendo a se tecnificar, reduz-se, então, cada vez mais, à pura e simples troca de informações. Por causa disso, conclui-se que se, na comunicação, o estágio mítico-verbal corresponde a uma ausência de discussão e, a retórica, à instauração do diálogo crítico – o estágio atual, marcado pelo advento das telemídias, direciona-se para a expressão instrumental, fundada temporalmente na instantaneidade.

Conforme adverte Adriano Rodrigues, o determinismo tecnológico compartilhado por apocalípticos e integrados extrai muito de sua credibilidade dessa situação. No tocante à matéria, precisamos observar antes de mais nada, porém, que “os três modelos comunicacionais que acabamos de definir não devem ser considerados de maneira evolutiva, como etapas sucessivas. “Coexistem num mesmo território e especializam-se no desempenho de funções próprias da experiência [...]” (Rodrigues, 1994, p. 134).

Em segundo lugar, sustenta o autor, precisamos notar que as transformações provocadas pelas tecnologias no regime de instituição simbólica, positivas ou não, derivam da própria natureza simbólica da tecnologia. As comunicações midiadas não são só um fenômeno técnico, tornaram-se sucedâneos das antigas formas de interação, na medida em que possuem uma dimensão simbólica.

A proposição é resultado de uma cuidadosa reflexão sobre a natureza da técnica, todavia estranha aos conceitos do pensamento comunicativo moderno precedente. O pensador contesta o determinismo tecnológico, segundo o qual a comunicação é estruturada de maneira determinada pela tecnologia. O recomendado é que vejamos esta última, junto com o simbólico,

como uma das dimensões fundadoras da cultura, apesar de esse conceito não ser objeto de maiores esclarecimentos (Rodrigues, 1990, p. 67-95).

Seguindo Georges Simondon, Rodrigues sustenta que a técnica tem uma natureza cultural, constituindo um de seus vários aspectos, evidenciado de maneira completa apenas no final do século XX. Na modernidade, poderíamos verificar, com efeito, que os utensílios e artefatos de tempos passados, pouco a pouco, viriam dando lugar a configurações instrumentais bastante distintas. Em outros termos, as tecnologias estariam dando lugar aos chamados dispositivos informáticos ou *logotécnicas*. Escapando à nossa consciência, os dispositivos estariam modelando o homem em sua totalidade, tornando-se parte do nosso próprio corpo e fundindo as competências simbólicas e técnicas, que ainda estavam bastante separadas no passado, incluindo a alta modernidade.

Resulta disso que

[...] a natureza da inquietação e da esperança que as novas tecnologias hoje despertam, fonte da tensão que atualmente constitui a nossa experiência cultural, tem a ver com o fato de não serem [mais] propriamente utensílios de produção nem instrumentos de percepção de uma realidade exterior, mas dispositivos da própria linguagem, [da totalidade da comunicação] (Rodrigues, 1994, p. 203).

A perspectiva é sedutora e está aberta à discussão, a principal consistindo, à primeira vista, em saber se, procurando superar o determinismo tecnológico em relação às modificações ocorridas no processo de interação, seu formulador não terminou sucumbindo às ilusões de um discurso de natureza ontológica (historial) sobre a técnica e a cultura. Poderíamos, por outro lado, pensar também se, conforme outros sugerem, a tecnificação da interação social a que assistimos, na verdade, não passa de um modo, problemático é certo, de instituição (imaginária) do regime simbólico que preside a toda comunicação. A convicção que a teoria social moderna nos deixa, porém, em relação ao problema das novas tecnologias, é a de que, contrariamente ao suposto aos seus arautos apocalípticos e integrados de atitude puramente materialista, não há comunicação dessimbolizada (ver Queré, 1982).

OS HERDEIROS DE McLUHAN: O ÊXTASE DA COMUNICAÇÃO

Depois de McLuhan, cresceu o entendimento de que as comunicações não têm a ver com um processo social, mas com a materialidade de seus meios técnicos, com as conexões objetivas entre nossos corpos e as mídias e

com a natureza estrutural do processamento da informação por elas agenciado. Derrick de Kherckhove, Vilém Flusser, Friedrich Kittler e Scott Lash são, com efeito, apenas alguns a explorar a hipótese mcluhaniana de que os meios, em vez de se sucederem, tornam-se o conteúdo dos que surgem mais tarde e que, por essa via, eles definem o modo de ser do mundo.

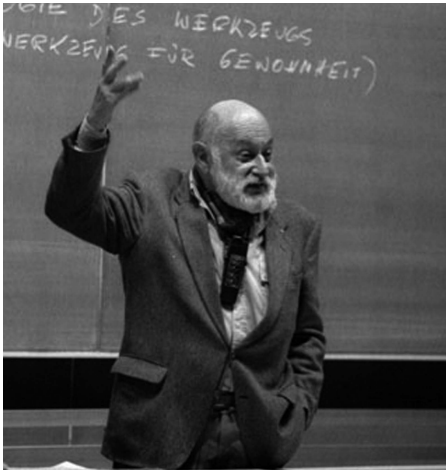


Figura 6.5 Vilém Flusser.



Figura 6.6 Mark Poster.



Figura 6.7 Lucien Sfez.



Figura 6.8 Friedrich Kittler.

Para Kittler, por exemplo, as comunicações, entendidas como sistemas de meios técnicos, determinam nossa situação, promovendo certas condutas que estimulam seus próprios desdobramentos. A esquematização dos sentidos por eles promovida conta mais do que o significado das mensagens postas em circulação. A tecnologia controla o entendimento e o condena a ser fonte de ilusões, porque o conteúdo ou sentido do que é

posto em circulação é secundário. A Revolução de Gutenberg criou um conjunto de técnicas de leitura que estruturou o fluxo da consciência. O filme interior assim aparecido levou com o tempo, contudo, ao desenvolvimento das tecnologias cinematográficas lançadas por Edison e os Lumière.

O sistema de mídia procedeu através de três etapas, para suplantar a história mundial feita de relatórios de inteligência classificada e protocolos de processamento literário. A fase 1, iniciada ao tempo da Guerra Civil norte-americana, desenvolveu as tecnologias de armazenamento de materiais escritos, acústicos e óticos: o filme, o gramofone, a máquina de escrever, o sistema homem-máquina. A fase 2, iniciada à época da I Guerra Mundial, desenvolveu as tecnologias de transmissão para cada uma dessas formas de armazenamento de conteúdo: o rádio, a televisão e seus correlatos mais secretos. A fase 3, em voga desde a II Guerra, transferiu o esquema da máquina de escrever para uma tecnologia predicativa *per se*, para os futuros computadores, com a definição matemática da computabilidade feita por Turing em 1936 (Kittler, 1999, p. 243).

Jay Bolter, simpatizante desse enfoque, ajuda a entender o ponto, observando que, cada vez mais, a mídia está sujeita a um processo de remediação.

As comunicações digitais nos disponibilizam um espaço heterogêneo, no qual a representação não é mais concebida como janela para o mundo mas, antes, como a própria abertura de janelas, já que a mídia não abre uma janela para o mundo, mas para outra mídia ou representação. A lógica [dessa] hipermediação multiplica os signos mediadores e, dessa forma, procura reproduzir a seu modo o rico *sensorium* da experiência humana (Bolter; Grusin, 1999, p. 33-34).

Desse modo, verifica-se que, seguindo os defensores desta abordagem da comunicação, a teoria da mídia está prestes a suplantar a teoria social e cultural. Agora a mídia é cada vez menos um conjunto de textos potencialmente capaz de representar algo ou nos fornecer sentido. Estamos nos tornando seres cada vez menos capazes de ler e entender seu conteúdo. A máquina absorve a comunicação, tornando seus usuários consumidores de informações sem verdadeiro significado subjetivo, ao converter essas informações em simples objetos de circulação e consumo em sistemas cada vez mais funcionais e automáticos, como diz Scott Lash.

Enquanto todos os antigos meios de comunicação operavam no âmbito da *representação*, a nova mídia trabalha no registro da *exposição*: exposição de forma bruta, sem interpretação, sem sequer ideologia – no extremo, como pura forma de informação. De certo, existem convenções e protocolos para a produção de informação, seja para o jornal das oito, o televisionamento de

um evento esportivo ou a transmissão de uma reunião política, mas trata-se de protocolos: métodos para sua exposição, e não de sua representação [em uma consciência] (Lash, 2002, p. 73).

Seguindo o receituário crítico pós-modernista, teóricos como ele afirmam hoje a esclerose da ideia de comunicação, o triunfo de um entendimento em que essa, privada de suas ilusões, se dissolve em suas técnicas e tecnologias, se reduz ao que define sua materialidade. O pensamento moderno foi assombrado, desde cedo, pela ideia de fim, sobretudo do fim da história. Aparentemente, a pós-modernidade representa a consumação desta ideia, tamanha a difusão de óbitos que proclama. A comunicação é uma das últimas categorias a chegar nesse cemitério, povoado até então pelas figuras, entre outras, da política, da família, da moral e do indivíduo. A categoria perdeu ou tem cada vez menos pertinência e propriedade em termos simbólicos e hermenêuticos, se é que as teve, defendem, cada um a seu modo, autores como Norbert Bolz (2005), Mark Poster (1995), Eugênio Trivinho (2007) e Paul Virilio (1999), além dos já citados.

Além de McLuhan, afirmaríamos, sem pesquisa mais detalhada, que os antecedentes dessa perspectiva também se encontram, apenas em parte, no julgamento frankfurtiano segundo o qual, chegada a modernidade tardia, “[...] a conversação e a linguagem se absorvem na comunicação [...]” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 153). O desenraizamento da experiência provocado pelas tecnologias empobreceu os contatos e retirou o sentido das palavras. Atualmente

[...] todos sabem sair-se bem, cada frase que aprendem os capacita para o microfone ante o qual são colocados como representantes do homem médio, mas a faculdade de falar com os demais se acha estancada. Esta capacidade supunha uma experiência digna de ser comunicada, liberdade de expressão, independência e, ao mesmo tempo, relacionamento. Dentro do sistema que tudo abarca, a conversação se converteu em ventriloquia (Adorno, 1975, p. 156).

A linguagem deixou-se colonizar pelas palavras de ordem, as frases feitas e os clichês veiculados pela mídia. As telecomunicações representam um sucedâneo da experiência imediata com seu semelhante que se veda aos homens. Engendram a sensação de proximidade ao vincular às redes uma coletividade que realmente não sabe ou não tem o que dizer, fora do texto padronizado. Os significados que transcendem o aspecto funcional se esgotam. A conversação espontânea não ultrapassa o trivial e o imediato. Os indivíduos mais e mais usam locuções que não entendem de todo, procedendo

de maneira mecânica ou behaviorista. “A linguagem e os gestos [das pessoas] estão impregnados mais fortemente do que nunca pelos esquemas da indústria cultural [...]” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 156).

O pressuposto fundamental das análises frankfurtianas era, porém, o de que a intervenção da tecnologia constituía, em última instância, um aspecto do movimento conjunto da sociedade capitalista. A abordagem era crítica, em vez de adesista, evitando a reificação da tecnologia, por meio da manutenção de seu discurso no registro dialético e histórico. O processo de *mediatização* em curso, nesses e em outros autores, “[...] não designa somente a ação dos *mass media* em tanto que meios de difusão, mas antes o esquema de sentido, linguagem, relações e *comunicação* que, reportando-se a esses meios, transcende seu quadro, ao impor-se como estrutura e modelo universalizado [...]”. O acontecimento refere-se, sobretudo, ao processo social e histórico pelo qual as tecnologias de comunicação passaram a compor as táticas dos “[...] poderes que modelizam o espaço público, visando à prossecução dos seus objetivos e à satisfação de seus interesses, caracterizadores de um novo sistema de dominação.” (Franklin, 1975, p. 293).

Os materialistas pós-modernos, contrariamente, desvinculam a tecnologia dos seus fundamentos econômico-sociais. O fetichismo produzido pela técnica maquinística é convertido por eles em racionalidade tecnológica. Atualmente, ao menos, a conversação foi posta entre parênteses, tornada inócua, e quem o fez são nossas máquinas, em cujo âmbito prospera uma troca de mensagens eficiente, mas sem sentido, e uma interação rápida e ágil, mas cega e automática. A comunicação está, em última análise, em vias de se dissolver na reprodução tecnológica, saude-se ou não o evento. “Interpretar, compreender, representar... tornaram-se atividades mentais arcaicas [...]” em um mundo onde “[...] o fracasso amoroso passou a ser redutível a um erro de informação [...]” (Jeudy, 1990a, p. 152).

A comunicação continha originalmente, como categoria, a promessa de nos fazer chegar a uma sociedade em posse de si mesma, transparente a todos. A possibilidade, porém, sofreu um curto-circuito com a construção de seu simulacro técnico, a sua progressiva encenação midiática, por meio de diversos expedientes, que a põe a funcionar como farsa ou logro, na medida em que – visto as redes (a mídia) terem se tornado a mensagem – a circularidade de todos os polos, entre emissor e receptor, sonhada pelas utopias criadas à volta do conceito, terminou se realizando às custas do sujeito, exclusivamente em benefício do sistema tecnológico.

Assim, Marshall McLuhan não estaria errado ao dizer que o meio é a mensagem, variando apenas o registro moral em que essa constatação se

inscreve, às vezes apocalíptico, às vezes otimista, como notou em detalhe Gary Genosko (1999). Conforme observa Jean Baudrillard, representante de uma variante ao mesmo tempo irônica e apocalíptica do que se chama alhures de *medium theory* e, neste livro, de paradigma midiológico, a verdade é que não só a mensagem se dissolve no meio, mas o meio mesmo já não é mais uma mediação: “[...] já não há *media* no sentido literal do termo – isto é, instância mediadora de uma realidade para outra, de um estado do real para outro [e, portanto] é inútil sonhar com uma revolução pela forma, já que *medium* e real são a partir de agora uma única nebulosa indecifrável na sua verdade [...]” (Baudrillard, 1991, p. 108).

Lucien Sfez destaca-se nessa paisagem pelo esforço no sentido de pensar criticamente essa espécie de ideias, retomando, ainda que em outros termos, a atitude de confrontação com o pensamento tecnológico oriunda da Escola de Frankfurt. Segundo o pensador (Sfez, 1992), a comunicação mediada pela técnica começou sendo vista, na ótica teórica, como a mensagem que o sujeito envia a um receptor através de um veículo. Posteriormente, a categoria passou a ser vista como o processo de inserção do sujeito em um ambiente complexo, caracterizado pela polissemia e a impossibilidade de não comunicar, conforme observaram os pensadores da Escola de Palo Alto (ver Winkin, 1981).

A conversação social, entendida de modo devido, entretanto consiste, antes, na interpretação de uma estrutura simbólica que precede os signos que ela relaciona; caracteriza-se pelas idas e vindas, os lapsos e as ambiguidades, os enganos e mal-entendidos; e depende, em última instância, de uma comunidade de sentido, fundada sobre memórias comuns e entretecida por um sistema institucional, responsável pela sua transmissão e continuidade de andamento. Resumidamente, a comunicação social é um processo que, conforme viu boa parte da teoria social moderna, envolve interpretação, pressupõe a mediação de símbolos, reproduz um senso comum e contém um bom-senso, refratário à tecnificação (Sfez, 1992).

Para o autor, comunicação significa, em essência, fazer algo em comum, significa interagir em sociedade. Para essa, o problema se reduziu, porém, em saber quais são os seus meios. Acontece, na atualidade, mais do que uma difusão dos meios de exercer a palavra. Comunicar tornou-se sinônimo de empregar máquinas e utensílios tecnológicos. Os indivíduos sentem-se cada vez mais incitados a telefonar para os outros, revelar ao público suas vivências e sua imagem, ligar-se às redes, tornar-se emissor e ser ouvido no rádio e na televisão. Consequentemente, proce-

der “[...] à crítica [neste campo] tornou-se [proceder] à crítica das tecnologias da comunicação [...]” (Sfez; Coutlée, 1990, p. 6).

Segundo Sfez (1992), a problemática que emerge dessa crítica aponta para a supracitada sublimação da ação comunicativa nas redes de comunicação. Primeiro, porque o processo significa a monopolização da palavra legítima pelo meio técnico, funciona no sentido de impedir toda e qualquer apropriação individual ou comunitária. Em seguida, por promover uma tecnificação da linguagem, é responsável pela progressiva ruptura das ligações simbólicas que sustentam a interação. Finalmente, porque o processo separa as pessoas: converte a cada um de nós em uma espécie de terminal dos sistemas de contato, uma superfície de absorção e reabsorção das redes de influência criadas pela tecnologia maquinística.

Em conjunto, isso quer dizer que a conversa pública está assumindo os contornos de uma rede, de onde estão excluídas a reciprocidade, a ambiguidade e os conflitos da verdadeira comunicação. Neste meio ocorre que o *feedback* técnico toma o lugar do que era interação. A comunicação torna-se o resultado de exercícios de simulação, criadores de um imaginário onde nossa própria figura passou a ser gerada de forma anônima e automática. A capacidade de expressão individual nos foi apropriada e passou a ser acionada pelo próprio sistema de comunicação. As modalidades de interação legítima se realizam em estruturas técnicas determinantes previamente, em um modo de vida no qual as configurações mentais dominantes tendem a assumir a forma determinada pelas estruturas maquinísticas dos sistemas de comunicação.

De acordo com Henri-Pierre Jeudy, partidário dessa linha de análise, embora em um viés acrítico, a propagandeada interatividade com a qual tentam nos vender a sociedade da comunicação, na verdade, é o princípio de um imaginário social que idealiza o envolvimento do indivíduo pelos circuitos de comunicação. Porquanto os supostos sujeitos do processo

[...] estão investidos de sua função apenas pelo reconhecimento da finalidade interativa das redes, sua situação de interface permanece encantatória, é a injunção que a combinação das redes lhe destina, [...] e sua ação é dirigida pelos gestores da comunicação, que multiplicam este gênero de injunção pela implantação crescente das teletecnologias (Jeudy, 1990b, p. 72-73).

As tecnologias de comunicação engendraram uma mediação das relações entre os homens e entre eles e o mundo,

[...] produziram uma forma simbólica através da qual podemos abordar não somente as relações individuais e sociais, mas ainda as relações que entrete-

mos com o mundo que construímos. [Isto é,] um quadro simbólico que pouco a pouco se interiorizou, a ponto de não ser mais percebido como filtro, ou meio de conhecimento entre outros, mas como meio doador de uma única apreensão da realidade (Sfez, 1992, p. 18).

A categoria que designa essa forma é a de *tautismo*: a confusão entre as dimensões holística (expressiva) e representativa (instrumental) da interação; a pressuposição socialmente difundida de que nos expressamos, quando na verdade nos deixamos conduzir de maneira instrumental na comunicação. A conversação está se extinguindo por excesso de interação, esgotando-se em um processo tautológico, marcado por uma escalada espiral, no contexto do qual o receptor, o emissor e a mensagem não se distinguem mais do ambiente formado pelo conjunto do sistema, onde se tornou difícil encontrar alguma fonte do real fora do circuito fechado das mensagens e das redes de comunicação, como diz Baudrillard (1990).

A perspectiva esboçada assim, aparentemente, tem muito de fantasia; fornece-nos, no máximo, um retrato parcial da comunicação em curso na atualidade. O pensamento tecnológico que lhe é subjacente, sabe-se bem, não é um bom meio de explicar a sociedade. Assim, apenas arriscamo-nos a conceber um sucedâneo do velho paradigma informacional.

Ninguém negará que a reestruturação das coordenadas espaçotemporais entre comunicador e receptor, das relações entre a mensagem e seu contexto, por exemplo, vêm produzindo um profundo abalo em nossa experiência (ver Meyrowitz, 1985). Entretanto, precisamos estudar com cautela as supostas mudanças que, conforme os porta-vozes do pensamento tecnológico pós-modernista, críticos ou não, a tecnologia provocou na estrutura da comunicação. As perspectivas de desenvolvimento da sociabilidade via sua sublimação tecnológica e maquinística se enraízam na realidade histórica, mas esta está longe de se esgotar nisso, precisando ser vista de forma bem mais nuançada do que permitem as teorias midiológicas.

Segundo os pós-modernistas, tecnófilos ou tecnófobos, pouco importa no caso, as telecomunicações modificaram a relação do sujeito com os símbolos que ele emite e recebe, recompondo-a em determinadas rotinas através das quais “[...] a vida social está se identificando, em parte, com a prática [estruturada tecnicamente] de posicionar os sujeitos para receber e interpretar mensagens [...]” (Poster, 1990, p. 14-15). Aparentemente, a comunicação parou de remeter ao entendimento da mensagem, para voltar-se apenas à sua própria realimentação. Entretanto, podemos nos perguntar se, realmente, isso é uma novidade, do ponto de vista epistemológico. O posicionamento dos seres humanos como sujeitos capazes de enviar e receber mensa-

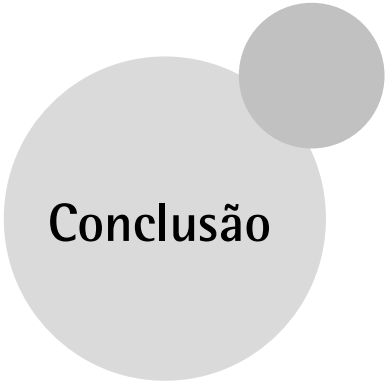
gens sempre foi um aspecto da comunicação, embora não o único, como inclusive se mostrou neste trabalho. Por isso, aliás, é que

[...] a abordagem inspirada pelas ciências sociais permite ferir as generalizações abusivas quanto às transformações (trazidas à comunicação pelo progresso tecnológico), visto obrigarem-nos a estudar todo o conjunto de elementos que acompanha o desenvolvimento dos meios de comunicação (Bautier, 1995, p. 52).

Valendo-nos das palavras de um crítico, podemos afirmar, sem dúvida, que “a cibernetização da sociedade não representa uma ficção, nem um perigo imaginário: nós entramos nela”. A realidade sócio-histórica, todavia, deve ser analisada sem simplificação, seja através das teorias midiológicas, seja via as tentativas de entender as tecnologias como simples produto da instituição imaginária da sociedade. O determinismo tecnológico não deveria ser substituído por um discurso de natureza ontológica (histórial) sobre a dimensão técnica da cultura, como sugere Adriano Rodrigues. Afinal de contas, a realidade sócio-histórica, definitivamente, precisa ser distinguida, se quiser ser entendida, dos “barulhos, rumores e cantos que acompanham a luz dançante e perfazem um cenário filmado”, através do qual o pós-modernismo, apocalíptico ou integrado, na verdade, “cria seu elogio e sua crítica”, conforme escreve Henri Lefebvre (1969).



Figura 6.9. Entendimento universal.



Conclusão

Oswald Spengler ([1918] 1934) afirmou há quase um século que, com nossa era, chega ao fim a da teoria, visto que, em última análise, toda teoria é, agora, mais fraca do que nossa vontade de poderio. A postulação parece ter fundamento. A civilização está assumindo um curso cada vez mais tecnológico, tornando o elemento espiritual, as ideias, algo sem sentido para as massas. As conexões entre os seres humanos estão passando a ser predominantemente funcionais, fazendo com que tudo que não seja operatório ressoe enfadonho, angustiante ou mesmo irritante para a consciência cotidiana.

A centralidade adquirida pela figura da comunicação nos vários campos do pensamento contemporâneo é uma projeção intelectual dessa conjuntura, mas tem cada vez menos um conteúdo epistemológico. Os porta-vozes de nosso tempo, para não falar de seus nativos, falam em escala promocional da comunicação, mas há cada vez menos teoria presente nesse discurso. O conceito é empregado como fórmula de consenso, em meio a diversos projetos que, recorrendo a ele, apenas procuram preencher o vácuo espiritual imperante em nossa atualidade.

Apenas o pessoal mais ingênuo ou os interessados em tirar vantagens confundirão a expansão do campo administrativo das ciências da comunicação, a crescente procura social de que é alvo e o vigor de suas várias atividades com sua legitimação do ponto de vista epistemológico. As reivindicações no sentido dessa legitimação, carentes de base histórica sustentável, não são mais do que a má consciência ou o rescaldo da ação de modelos ultrapassados sobre uma empresa que se basta em seus fundamentos sociais objetivos e, de fato, não mais precisa de nenhuma justificativa filosófica e intelectual.

Quando uma massa enorme de estudantes amontoa-se na frente das secretarias dos cursos de comunicação, ela oferece um espetáculo que é indubitavelmente mais reconfortante do que as reuniões fascistas [...] mas, do ponto de vista humano e intelectual, isso é algo [...] repleto de amargura, pois [se pensam em encontrar ali um saber rigoroso] os estudantes estão destinados a serem logrados da mesma forma como se enganaram seus antecessores fascistas [com Hitler] (Perniola, 2006, p. 49-50).

Atualmente, conviria pensar com cuidado se as premissas que fizeram a força da epistemologia moderna, baseada na contraposição entre sujeito e objeto, não estão passando por uma mutação cheia de cores, ritmos e confusão, em que essas categorias, a segunda sobretudo, começam a sair de cena como referências articuladoras do saber, para dar lugar a outras, como fluxo, rede, interface e informação, definidoras do que poderíamos chamar, com propriedade, de pensamento comunicacional (ou cibernético) (Rüdiger, 2002).

Desse modo, porém, estariam condenados a cair no silêncio todos os esforços feitos hoje no sentido de definir o estatuto epistemológico da comunicação, porque é essa espécie de discurso, o epistemológico, que se torna cada dia mais caduco e, portanto, insustentável no novo cenário intelectual. A comunicação, reiteramos, não é uma disciplina, mas um campo de saber, que se revela cada vez mais indisciplinado (Levy; Gurevitch, 1994). Os saberes que pretendiam estudá-lo com atitude metódica estão sendo tragados pelo seu redemoinho, cuja força não se origina da reflexão teórica, mas antes das engrenagens da economia de mercado, da atividade publicística e do desenvolvimento tecnológico de nossa civilização maquinística.

Em outros termos, estamos sugerindo que a perspectiva em que se situa nossa obra, em última instância, só pode ser vista como documental. Quisemos apresentar ao leitor teorias de um campo que, paradoxalmente, impõe-se como eixo do mundo às custas do abandono da reflexão filosófica e da crítica à situação histórica. Em seguida, falaremos rapidamente na propriedade de se assumir uma atitude de reserva diante da pretensão de se entender os fenômenos de mídia com as categorias da teoria da comunicação. A situação resumida anteriormente também nos obriga lembrar, porém, que essa visão, a crítica, é cada vez menos social em sua base (tornou-se virtualmente micrológica) e conteúdo (há cada vez menos sentido político, moral e estético em nosso mundo histórico). À atividade crítica que resta em meio a tal devastação espiritual não cabe muito mais, por isso mesmo, do que refletir sobre as circunstâncias e os limites de nossa

episteme ou sistema de pensamento, estruturado agora com base na figura virtualmente totêmica em que se converteu a comunicação.

Conforme escreve Judith Lazar,

[...] durante muito tempo, a comunicação foi considerada um [campo de] estudo auxiliar, que, embora servindo à melhor compreensão do comportamento humano e social, meramente completava outras teorias. Atualmente, porém, o conjunto dos pesquisadores em comunicação defende o reconhecimento da autonomia dessa disciplina (Lazar, 1992, p. 123).

A comunicação social, tornou-se claro, participa da constituição de nosso mundo, representa um processo primário, através do qual a sociedade é criada e recriada novamente. “A prática comunicativa, na qual o mundo da vida está centrado, alimenta-se de um jogo conjunto, resultante da reprodução cultural, da integração social e da socialização, e esse jogo está, por sua vez, enraizado nessa prática [...]” (Habermas, 1990, p. 100).

O descobrimento sociológico de que o fenômeno não é um aspecto menor da práxis social, mas um processo integrante de sua geração constitui, sem dúvida, um acontecimento autônomo na ordem do saber. O conhecimento que se origina dele, observemos, todavia, precisa ser contextualizado, pois é vinculado historicamente à trajetória social da palavra *comunicação*,

[...] dividida entre o campo do lazer e do trabalho, o espetacular e o cotidiano, entre as visões culturalistas e tecnicistas, ou balançando entre uma aceção restrita à área de competência dos meios de comunicação de massa e uma definição totalizante que a arvora em um dos princípios de base da organização das sociedades modernas (Mattelart, 1994, p. 288).

Consequentemente, a pergunta que se coloca, desde um ponto de vista crítico e reflexivo, é se o emprego do mesmo pode servir, como muitos pretendem, ao esclarecimento e à análise dessa realidade mais específica. Consiste em saber se o conceito constitui uma categoria realmente questionadora, representa um instrumento de análise passível de ser empregado criticamente, ou não é, relativamente às comunicações midiadas, uma espécie de aclimação teórica da situação histórica da sociedade no pensamento publicístico. Deixando de lado a questão da validade do conceito na formação da teoria social – aparentemente fora de dúvida, podemos perguntar, em suma, se a comunicação não é uma categoria destinada à contaminação ideológica por parte do dispositivo de

poder/saber que, com esse nome, se estabeleceu em nossa sociedade e, agora, avança a passos rápidos com o pensamento tecnológico da nova civilização maquinística.

Os fundamentos desse questionamento podem ser evidenciados facilmente, observando-se, por exemplo, a maneira como o conceito é valorado nas discussões sobre os problemas da atualidade e como se difunde através delas a sugestão, senão a crença, de que a comunicação constitui um bem e sua prática deve ser fomentada, na medida em que contribuiria para a compreensão mútua entre os homens e o progresso do indivíduo. O termo assumiu a condição de “tema vital único” e “assunto estratégico”, que atravessaria, para integrá-las, todas as atividades humanas. O pensamento dominante é o de que “tudo é comunicação” e que, portanto, “bastaria encontrar as leis gerais de seu funcionamento para construir uma concepção universal do mundo e, sobretudo, dispor dos meios para dominá-lo” (ver Breton, 1995, p. 124-136).

Entretanto, verifica-se que, ao ser invocada, a comunicação se revela, cada vez mais, categoria que “foge de toda determinação como se fosse peste. Aspira a ser contemporaneamente uma coisa, o seu contrário e tudo o que estiver entre os dois opostos”. Por isso, não é mais possível enquadrá-la em um discurso rigoroso e sistemático, nem escapar do processo pelo qual ela assimila e engole tudo que lhe faz frente. A estratégia para lidar com “o imediatismo logocêntrico e comunicativo”, agora, “só pode ser oblíqua”, baseada no desvio, observa Mario Perniola (2006, p. 71).

Conforme a sociedade vai dispondo de novos e mais avançados recursos técnicos e materiais, a capacidade humana de interferir em suas condições de existência vai se transferindo da força bruta para a interação simbólica. Chegando à era das redes temáticas, passamos a viver em um contexto que nos permite interagir globalmente e, assim, a influir simbolicamente enquanto coletividade. A perspectiva nos soa enganosa, no entanto, quando nos pretende fazer crer que, com a era da vida social em redes, a comunicação se converte no principal sistema ou meio de poder (Castells, 2009). A reflexão crítica nos ensina que, em vez disso, é antes, o capital, a relação de exploração econômica, a acumulação excludente e abstrata de riqueza, o fetichismo da mercadoria, etc., o poder que segue dominante entre os seres humanos (ver Fuchs, 2008).

A compreensão de que a conversação pública constitui um bem contrasta com a descoberta de que, modernamente, ao menos, sua finalidade principal não reside no entendimento, mas no dissenso e no emprego estratégico. A comunicação não é um recurso conceitual livre de prejuí-

zo, suficiente para dar conta dos problemas de uma sociedade em que, somente como ideologia, pode-se aceitar que a base da ação é o puro e simples consenso e que a solução de todos os males se pode obter com a palavra (Lyotard, 1986).

Durante os últimos anos, houve uma notável expansão das técnicas e veículos de informação, assistiu-se a um aumento das pesquisas sobre os símbolos sociais e estimulou-se de todas as formas a exploração das faculdades de interação presentes no ser humano. Por outro lado, constatamos também o surgimento de uma situação marcada por uma espécie de mutismo na comunicação, o emprego da linguagem sob formas predominantemente mercantis e a exploração da mídia como meio mais ou menos sublimado de exercer a violência. Seguindo Oskar Negt, podemos afirmar que a contradição entre esses dois fenômenos parece que nunca foi tão grande como o é atualmente (Negt, 1978).

A racionalização comunicativa em curso na modernidade promoveu, sem dúvida, um esclarecimento individual até então desconhecido na história. O sentimento de participação, de domínio dos acontecimentos, de pertença a um mundo no qual tudo parece à mão, em que nada mais deixa de transparecer, surgido nos últimos tempos, pode tornar-se, porém, o principal aspecto de uma nova mistificação. A convicção de que o mundo, os seres e as coisas enfim estão entre-nós, de que nada mais nos escapa, pode tornar-se uma ilusão coletiva, correlata à fantasia de uma “democracia consumada”, baseada na participação virtual, “[...] onde a palavra circularia sem obstáculo [...]”, onde senão as desigualdades, pelo menos as barreiras, divisões e distâncias entre os homens não seriam mais válidas (ver Lefort, 1978, p. 334-345).

Perante esse juízo, o argumento de que a comunicação representa menos o problema do que sua solução e que, por isso, precisamos liberar os processos de formação da vontade das censuras e distorções, para superarmos esses males e mistificações, periga tornar a reflexão teórica um meio de legitimação do dispositivo articulado pela própria expressão. O reconhecimento de que a política depende cada vez mais da comunicação não deve nos fazer esquecer de que uma política limitada à obtenção do livre fluxo da formação de opinião e vontade, à mudança nas práticas e nos padrões de interação, à realização da “comunicação total”, pode terminar funcionando como simples mecanismo sistêmico de reprodução da sociedade dominante.

Frequentemente, os mensageiros do chamado paradigma comunicativo deduzem de suas proposições teóricas o postulado prático de que a

criação de esferas públicas livres de coerções e a liberação dos processos de formação da vontade das distorções provocadas pelo poder político e econômico poderiam “[...] inculcar convicções democráticas básicas e cotidianas nas cabeças e nos corações de todos [...]” (Habermas, 1991, p. 136). A transformação da comunicação em paradigma da teoria social, todavia, não deveria servir à criação de um sucedâneo para uma teoria crítica da cultura e sociedade. Aceitando-se acriticamente aquele juízo, podemos terminar esquecendo o que sua consciência reflexiva sabe muito bem; isto é, que “[...] a ideia de que poderia haver uma situação em que a comunicação poderia ser tal que os jogos de verdade poderiam circular livremente, sem obstáculos, sem coação e efeitos coercitivos, [é] uma utopia [...]” (Foucault, 2001, v. 2, p. 1546).

O pensamento crítico relativamente à matéria seria, portanto, um pensamento que, antes de tudo, deveria entender os motivos e os limites da comunicação, em vez de adotá-la como chave de reflexão da atualidade. A racionalidade comunicativa constitui uma categoria pertinente para se analisar uma sociedade em que, cada vez mais, os homens se prendem nas redes de interação. Contudo, essa adequação precisa proceder a uma autorreflexão sobre seus limites, se quiser ser plenamente verdadeira. A comunicação só é uma categoria emancipatória quando sua reflexão designa as condições sociais objetivas que, em silêncio, vinculam-na a um sistema de dominação. O pensamento crítico não pode mais ignorar a dimensão comunicativa do processo social, reciprocamente, porém, as investigações que se valem do paradigma da comunicação precisam relativizar criticamente a importância teórica e a implicação prática da categoria, conforme conseguiram ver, aliás, os teóricos da tradição marxista.

Afinal de contas, salienta um intérprete,

[...] se repararmos na generalização das linguagens binárias, no apagamento da diferença entre aqui-agora e ali-então, que resulta da extensão das telerelações, no esquecimento dos sentimentos em benefício das estratégias [da comunicação], concomitantes à hegemonia do comércio, concluiremos que as ameaças que pesam [sobre nós] por causa desta situação [a nossa] são, na sua natureza profunda, herdeiras das que foram [um dia] descritas por [George] Orwell [em 1984]” (Lyotard, 1987, p. 114).



Referências

- ADORNO, T. *Consignas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- ADORNO, T. *Minima Moralia*. Caracas: Monte Ávila, 1975.
- ADORNO, T. *Notes to literature*. New York: Columbia University, 1992. v. 2.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALSINA, M. *Teorías de la comunicación*. Valência: Universidad de Valencia, 2001.
- ANDERSON, J. A. *Communication Theory: epistemological foundations*. New York: Guilford, 1996.
- ANDERSON, J. A.; MEYER, T. P. *Mediated Communication: a social action perspective*. Newbury Park: Sage, 1988.
- APEL, K. O. *La transformación de la filosofía*. Madrid: Taurus, 1985. 2 v.
- ARAGÃO, L. M. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ATALLAH, P. *Théories de la Communications: histoire, contexte, pouvoir*. 2. ed. Québec: Télé-Université, 2000.
- AZEVEDO, M. C. d'. *Teoria da informação: fundamentos biológicos, físicos e matemáticos; relações com a cultura de massas*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARBROOK, R. O manifesto do cibercomunismo. *Cibercultura Online*, v. 4, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://members.fortunecity.com/cibercultura/vol4/cibercom.html>>. Acesso em: 10 jun. 2009.
- BAUDRILLARD, J. *Las estrategias fatales*. Barcelona: Anagrama, 1984.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.
- BAUDRILLARD, J. *L'ére de la facticité*. In: SFEZ, L.; COUTLÉE, G. (Org.). *Technologies et symboliques de la communication*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1990.
- BAUDRILLARD, J. *Réquiem pelos media*. In: _____. *Crítica de la economía política del signo*. México: Siglo XXI, 1974.
- BAUTIER, R. *De la rhétorique à la communication*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1995.
- BERLO, D. *O processo da comunicação: introdução à teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.
- BERNAYS, E. *Propaganda*. New York: H. Liveright, 1928.
- BETH, H.; PROSS, H. *Introducción a la ciência de la comunicación*. Barcelona: Anthropos, 1987.
- BISKY, L. *Crítica de la teoria burguesa de la comunicación de masas*. Madrid: De la Torre, 1982.
- BLUMER, H. *Symbolic interactionism: perspective and method*. Berkeley: University of California Press, 1969.

- BOCKELMANN, F. *Theorie des massenkommunikation*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.
- BOLADERAS, M. *Comunicación, ética y política: Habermas e sus críticos*. Madrid: Tecnos, 1996.
- BOLTER, J.; GRUSIN, R. *Remediation: understanding new media*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- BOLZ, N. *Comunicación mundial*. Buenos Aires: Katz, 2005.
- BOURDIEU, P. et al. *El oficio de sociólogo*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1969.
- BRECHT, B. Teoria de la radio. In: BRECHT, B. *El compromiso em literatura y arte*. Barcelona: Peninsula, 1973.
- BRETON, P. *L'utopie de la communications: le mythe du village planétaire*. Paris: La Découverte, 1995.
- BRETT, G. *The nervous liberals*. New York: Columbia University Press, 1999.
- CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- CAREY, J. W. *Communication as Culture*. Boston: Unwyn Hyman, 1988.
- CASTELLS, M. *Communicative power*. Nova York: Oxford University Press, 2009.
- CERTEAU, M. *La prise de parole*. Paris: Seuil, 1994.
- CHESEBRO, J.; BERTELSEN, D. *Analyzing media: communication technologies as symbolic and cognitive systems*. New York: Guilford Press, 1996.
- COOLEY, C. *Human nature and social order*. New York: C. Scribner's Sons, 1902.
- COOLEY, C. *Social organization*. New York: C. Scribner's Sons, 1909.
- CORREIA, J. C. A *Teoria da Comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- CROWLEY, D.; MITCHELL, D. (Org.). *Communication Theory Today*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- DANTAS, M. *A lógica do capital informação*. Rio de Janeiro: Contracampo, 2002.
- DE LA HAYE, Y. (Org.). *Marx & Engels on the means of communication*. New York: International General, 1979.
- DEFLEUR, M.; BALL-ROKEACH, S. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- DERRIDA, J. *Posições: semiologia e materialismo*. Lisboa: Plátano, 1975.
- DEWEY, J. *Experiência e natureza*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
- DEWEY, J. *Freedom and culture*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1939.
- DOVIFAT, E. *Handbuch der publizistik*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1980.
- DRÖGE, F. Publizistik wissenschaft und sprache als ihr formalobjekt. *Foundations of language*, v. 4, p. 154-181, 1968.
- DRÖGE, F. Social knowledge and the mediation of knowledge in bourgeois society. *Media, Culture and Society*, v. 5, p. 49-63, Jan. 1983.
- DUNCAN, H. *Communication and social order*. New York: Bedminster Press, 1962.
- DUNCAN, H. Em busca de uma teoria social da comunicação. In: DANCE, F. (Org.). *Teoria da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ECO, U. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- ECO, U. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- ENGELS, F. *O papel do trabalho na humanização do macaco*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- ENZENSBERGER, H. M. *Culture ou mise en condition?* Paris: UGE, 1973.
- ENZENSBERGER, H. M. *Elementos para una teoria de los medios de comunicación*. Barcelona: Anagrama, 1972.
- ERALLY, A. *L'expression et la représentation*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- ESPINOSA, E. *La teoria de la cosificación*. Madrid: Alianza, 1981.
- ESS, C. *Philosophical perspectives on computer mediated communication*. Albany: State University of New York Press, 1996.
- FERRAROTTI, F. *The End of Conversation*. New York: Greenwood, 1988.
- FINKELSTEIN, S. *McLuhan: a filosofia da insensatez*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- FISKE, J. *Introduction to communication studies*. 2. ed. London: Routledge, 1990.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 2001. 2 v.
- FRANKLIN, J. *Le discours du pouvoir*. Paris: Union Générale D'éditions, 1975.
- FUCHS, C. *Internet and society*. Nova York: Routledge, 2008.

- GAUCHET, M. *La désenchantement du monde*. Paris: Gallimard, 1985.
- GENOSKO, G. *McLuhan and Baudrillard*. London: Routledge, 1999.
- GOULDNER, A. *La dialéctica de la ideología y la tecnología*. Madrid: Alianza, 1978.
- HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, C. (Org.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- HABERMAS, J. *La necesidad de revisión de la izquierda*. Madrid: Tecnos, 1991.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Catedra, 1989.
- HABERMAS, J. *Teoría y praxis*. Madrid: Tecnos, 1986.
- HABERMAS, J. *Between facts and norms*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- HAGEMANN, W. *Gründzuge der publizistik*. Münster: Regensburg, 1947.
- HARDT, H. *Social theories of the press*. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001.
- HORKHEIMER, M. *Teoría crítica*. Barcelona: Barral, 1973.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- INNIS, H. *The Bias of Communication*. Toronto: University of Toronto Press, 1951.
- JEUDY, H. *P Ardis da comunicação*. Rio de Janeiro: Imago, 1990b.
- JEUDY, H. *P Miroirs de la communication*. In: SFEZ, L.; COUTLÉE, G. (Org.). *Technologies et symboliques de la communication*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1990a.
- KATZ, E.; LAZARSFELD, P. *Personal influence*. Glencoe: Free Press, 1955.
- KITTLER, F. *Gramophone, film, typewriter*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- LASH, S. *Critique of Information*. London: Sage, 2002.
- LASSWELL, H. The structure and functions of communication in society. In: BRYSON, L. *The communication of ideas*. New York: Harper, 1948. p. 37-51.
- LAZAR, J. *La science de la communication*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- LEFEBVRE, H. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEFORT, C. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- LEVY, M.; GUREVITCH, M. (Org.). *Defining media studies: reflection on the future of the field*. Nova York: Oxford University Press, 1994.
- LICKLIDER, J. C. R.; TAYLOR, R. The computer as a communication device. In: MEYER, P. (Org.). *Computer media and communication*. Nova York: Oxford University Press, 1999.
- LIPPMANN, W. *The phantom public*. New York: Harcourt, 1925.
- LOJKINE, J. A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUHMANN, N. *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Vega, 1992.
- LUHMANN, N. Comunicación. In: LUHMANN, N. *Introducción a la teoría de sistemas*. México: Universidad Iberoamericana, 1996.
- LUHMANN, N. *Poder*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- LUHMANN, N. *The reality of mass media*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- LYOTARD, J. F. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MALETZKE, G. *Psicología de la comunicación social*. Quito: Ciespal, 1976.
- MARCONDES FILHO, C. *Até que ponto realmente nos comunicamos?* São Paulo: Paulus, 2004.
- MARCONDES FILHO, C. *O escavador de silêncios*. São Paulo: Paulus, 2004a.
- MARCONDES FILHO, C. *Para entender a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, J. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. México: G. Gilli, 1987.
- MARTÍN SERRANO, M. *La producción de la comunicación social*. Madrid: Fundesco, 1988.
- MARTÍN SERRANO, M. *Teoría de la comunicación*. Madrid: McGraw-Hill, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

- MATTELART, A. *A comunicação-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MATTELART, A. *História de las teorías de la comunicación*. Barcelona: Paidós, 1997.
- MATTELART, A. *L'invention de la communication*. Paris: La Découverte, 1994.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1968. Publicado originalmente em 1964.
- MCQUAIL, D. *Communication*. London: Longman, 1975.
- MCQUAIL, D. *Mass communication theory*. 3rd. ed. London: Sage, 1995.
- MEAD, G. *Espíritu, persona y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- MERTON, R. *Mass persuasion*. New York: Harper, 1946.
- MEYROWITZ, J. *No sense of place*. New York: Oxford University, 1985.
- MIÉGE, B. *La pensée communicationnelle*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1995.
- MOLES, A. (Org.) *La comunicación y los mass media*. Bilbao: Mensajero, 1975.
- MOLES, A. *Teoría estructural de la comunicación*. Mexico: Trillas, 1985.
- NEGT, O. Mass media: Tools of domination or instruments of liberation? *New German Critique*, v. 14, p. 61-80, Spring 1978.
- NEGT, O.; KLUGE, A. *Public sphere and experience*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993. Publicado originalmente em 1972.
- NEVEU, E. *Une société de communication?* Paris: Montchrestien, 1994.
- NORA, S.; MINC, A. *A informatização da sociedade*. Lisboa: Europa-América, 1978.
- PARK, R. E.; SAPIR, E. *Comunicação, linguagem, cultura*. São Paulo: USP, 1971.
- PARSONS, T. *The system of modern societies*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.
- PARSONS, T. On the concept of influence. *Public Opinion Quarterly*, v. 27, n. 1, p. 37-62.
- PASQUALI, A. *Compreender la comunicación*. Caracas: Monte Ávila, 1976.
- PERNIOLA, M. *Contra a comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- PETERS, J. D. *Speaking into the air: a history of the idea of communication*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- POSTER, M. *The Mode of Information*. Chicago: Chicago University, 1990.
- POSTER, M. *The second media age*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- POSTMAN, N. *Tecnopólio*. São Paulo: Nobel, 1994.
- PRAKKE, H. et al. *Comunicación: introducción a la publicística funcional*. Madrid: Akal, 1977.
- PRIMO, A. *Interação mediada por computador*. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- PROSS, H. *Publizistik*. Neuwied: Luchterhand, 1970.
- PROSS, H. *La estructura simbólica del poder*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.
- PROSS, H. *La violencia de los símbolos sociales*. Barcelona: Anthropos, 1983.
- QUÉRÉ, L. *Des miroirs équivoques: origines de la communication moderne*. Paris: Aubier, 1982.
- RILEY, J. W.; RILEY, M. W. A comunicação de massa e o sistema social. In: COHN, G. (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1972. p. 118-154.
- RODRIGUES, A. D. *Comunicação e cultura*. Lisboa: Presença, 1994.
- RODRIGUES, A. *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1990.
- ROGERS, E. *A history of communication studies*. New York: Free Press, 1997.
- RÜDIGER, F. A comunicação no saber pós-moderno: crítica, episteme e epistemologia. In: FERREIRA, J. (Org.). *Cenários, teorias e epistemologias da comunicação*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. p. 25-40.
- RÜDIGER, F. A desintegração historial do objeto vis-à-vis a emergência do pensamento comunicacional. In: WEBER, M. H.; BENTZ, I. M. G.; HOHLFELDT, A. (Org.). *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 181-208.
- SANTOS, J. R. *Comunicação*. Lisboa: Difusão, 1992.
- SAPERAS, E. *Introducció a les teories de la comunicació*. Barcelona: Pòrtic, 1992.
- SCHAFF, A. *Introduction à la sémantique*. Paris: UGE, 1974a.
- SCHAFF, A. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1974b.
- SCHAFF, A. *A sociedade informatixadal*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

- SCHILLER, D. *Theorizing communication*. New York: Oxford University Press, 1996.
- SCHRAMM, W. The nature of communication between humans. In: SCHRAMM, W.; ROBERTS, D. F. (Org.). *The Process and effects of mass communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1954. p. 3-53.
- SFEZ, L. *Critique de la communication*. Paris : Éd. du Seuil, 1992.
- SFEZ, L.; COUTLÉE, G. (Org.). *Technologies et symboliques de la communication*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1990.
- SMALL, A. *An introduction to the study of society*. New York: American Book, 1894.
- SPENGLER, O. *La decadencia de Occidente*. Madrid: Espasa Calpe, 1934.
- SPROULE, M. *Propaganda and democracy: the american experience of media and mass persuasion*. Nova York: Cambridge University Press, 1997.
- TARDE, G. de. A Opinião e a conversação. In: TARDE, G. de. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 79-154.
- THOMPSON, J. B. *The media and modernity: a social theory of the media*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- TOFFLER, A. *A Terceira Onda*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- TRIVINHO, E. *A dromocracia cibercultural*. São Paulo: Paulus, 2007.
- VELASCO ARROYO, J. C. *Para leer a Habermas*. Madrid: Alianza, 2003.
- VENERONI, L. *Introducción a la ciencia de la comunicación*. Mexico: Trillas, 1992.
- VIRILIO, P. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- WATSON, R.; BLONDHEIM, M. (Org.). *The Toronto School of communication theory*. Toronto: University of Toronto Press, 2008.
- WEAVER, W. A matemática da comunicação. In: MORTENSEN, David (Org.). *Teoria da comunicação*. São Paulo: Mosaico, 1980.
- WIENER, N. *Cibernética e sociedade*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- WILLIAMS, R. *Los medios de comunicación social*. Barcelona: Península, 1971.
- WINKIN, Y. *La nouvelle communication*. Paris: Seuil, 1981.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.
- WOLTON, D. *Penser la communication*. Paris: Flammarion, 1997.
- WOLTON, D. *Il faut sauver la communication*. Paris: Flammarion, 2005.

SUPLEMENTO BIBLIOGRÁFICO

- ARTZ, L.; MACEK, S.; CLAUD, D. (Orgs.) *Marxism and communication studies*. New York: Laing, 2006.
- BAUTIER, R.; CAZ, E. *Les origines d'une conception moderne de la communication*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2000.
- BERNARDO, Gustavo; FINKER, ANKE, Guldin, Rainer. *Vilém Flusser, uma introdução*. São Paulo: Annablume, 2008.
- BERNSTEIN, B. *Class, code and control*. London: Routledge and K. Paul, 1971.
- BERNSTEIN, Richard (Org.). *Habermas y la modernidad*. Madrid: Cátedra, 1988.
- BETTETINI, G. (Org.) *Teoria della comunicazione*. Milão: Franco Angeli, 1994.
- BOURE, R.; PAILLIART, I. (Org.). *Les théories de la communication*. Conde-sur-Noire: Corlet. 1992.
- BRETON, P.; PROULX, S. *L'explosion de la communication*. Paris: La Découverte, 1989.
- CARRERA, P. *Teoria de la comunicación mediática*. Madrid: Padilha, 2008.
- CHARRON, D. *Une introduction à la communication*. Québec: Télé-Université, 1997.
- COBELY, P. (Org.). *The communication theory reader*. London: Routledge, 1996.
- CRAIG, R. T.; MULLER, H. (Org.). *Theorizing communication*. Los Angeles: Sage, 2007.
- DANCE, F. (Org.). *Teoria da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- DE KERCKHOVE, D. *A pele da cultura*. Lisboa: Relógio D'água, 1997.
- DEBRAY, R. *Curso de midialogia geral*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ELIAS, N. *The symbol theory*. London Sage, 1991.

- FLUSSER, V. *Kommunikologie*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1998.
- GEISLER, M. From building blocks to radical construction: west german media theory since 1984. *New German Critique*, v. 78, p. 75-105, Autumn 1999.
- GRAS, d'A.; MUSSO, P. (Org.). *Politique, communication et technologies: mélanges en hommage à Lucien Sfez*. Paris: Presses universitaires de France, 2005
- HARDT, H. *Critical communication studies*. London: Routledge, 1992.
- HARTLEY, P. *Interpersonal communication*. 2. ed. London: Routledge, 1999.
- HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. (Org.). *Teorias da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HOLMES, D. *Communication theory*. London: Sage, 2005.
- LEVINSON, P. *The soft edge*. New York: Routledge, 1997.
- LIPPMANN, W. *Public opinion*. New York: Harcourt, 1922.
- LITTLEJOHN, S. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LOPES, M. I. V. de. (ORG.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Compós, 2003.
- MARANHÃO, A. *Mediologia: a epistemologia da comunicação de Régis Debray*. Dissertação de mestrado em Comunicação. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2008.
- MARTÍN ALGARRA, M. *Teoría de la comunicación*. Madrid: Tecnos, 2003.
- MARTINO, L. (Org.). *Teorias da comunicação*. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- MATOS, G. *Bases para una teoría marxista de la comunicación*. Lima: CIC, 1980.
- MILLER, J. *As Ideias de McLuhan*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- MORAGAS i Spà, M de. *Teorias de la comunicación*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981.
- MORTENSEN, D. (Org.). *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980.
- MUCHIELLI, A. *Théorie des processus de la communication*. Paris: Collin, 1998.
- POLISTCHUK, I.; TRINTA, A. R. *Teorias da comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- PROSS, H. *Atrapados en la red mediática*. Hondarribia: Hiru, 1999.
- ROMANO, V. *Ecología de la comunicación*. Hondarribia: Hiru, 2004.
- RÜDIGER, F. *Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- SAPERAS, E. *La sociología de la comunicación de masas*. Madrid: Akal, 1985.
- SCHERER, R. *Les philosophies de la communication*. Paris: Sedes, 1971.
- SEVERIN, W.; TANKARD, J. *Communication theories: origins, methods, and uses in the mass media*. 5th. ed. New York: Addison Wesley Longman, 2000.
- SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, J. *Teoria do meio: contribuições, limites e desafios*. Brasília: Universa, 2009.
- WATSON, J. *Media communication*. London: MacMillan, 1998.

Fontes das figuras

Figura 1 http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fairbanks_and_Chaplin_Wall_Street_Rally_New_York_Times_1918.jpg	6
Figura 2 http://www.hitlerpages.com/pagina54.html	6
Figura 3 http://content.cdlib.org/ark:/13030/ft3x0n99g4/?docId=ft3x0n99g4&layout=printable	6
Figura 4 http://socserv.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3113/small/index.html	12
Figura 5 http://www.infoamerica.org/teoria/tarde1.html	12
Figura 1.1 http://www.history.mcs.st-and.ac.uk/Biographies/Weaver.html	17
Figura 1.2 www.history.mcs.st-andrews.ac.uk/Biographies/Shannon.html	17
Figura 1.4 http://festaletteratura.it/immagini/23.jpg	21
Figura 1.5 http://www.corp.att.com/history/milestone_1925.html	25
Figura 1.6 http://www.infoamerica.org/teoria/ baudrillard1.htm	32
Figura 2.1 http://pt.wikipedia.org/wiki/George_Herbert_Mead	36
Figura 2.2 http://www.bolenderinitiatives.com/sociology/charles-horton-cooley-1864-1929	36
Figura 2.3 http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Harper_Midway_Chicago.jpg	38
Figura 2.4 http://www.infoamerica.org/teoria/blumer1.htm	44
Figura 2.5 http://www.westallgaeuer-heimatmuseum.de/Heimatverein.htm	49
Figura 3.1 http://www.infoamerica.org/teoria/lasswell1.htm	54
Figura 3.2 http://www.infoamerica.org/teoria/dovifat1.htm	54
Figura 3.3 http://type.com/2009/05/14/the-work-of-edward-bernays	58
Figura 3.4 http://www.infoamerica.org/teoria/lazarsfeld1.htm	60
Figura 3.5 http://www.uiowa.edu/jmc/alumni/halloffamme.html	61
Figura 3.8 http://www.infoamerica.org/teoria/parsons1.htm	67
Figura 3.9 http://www.infoamerica.org/teoria/luhmann.htm	72
Figura 4.1 http://en.wikipedia.org/wiki/Marx-Engels-Forum	76
Figura 4.2 www.olshansky.sitcity.ru/Itex_3001234503.phtml?p_ident=ltex_3001234503.p_11100233045	85
Figura 4.3 www.czytanki.hox.pl/schaff.html	89
Figura 4.4 www.mathematik_degerpressedmvm MedienpreisMedienpreisenzenberger.html	93

Figura 5.1	http://www.ifs.uni-frankfurt.de/bild.htm	94
Figura 5.2	http://commons.wikimedia.org/wiki/File:JurgenHabermas.jpg	98
Figura 5.3	http://www.masxists.org/subject/frankfurt-school/index.htm	107
Figura 5.4	http://www.infoamerica.org/teoria/wolton1.htm	113
Figura 6.1	www.computerhistory.org/timeline/?year=1948	116
Figura 6.2	http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Harold_Innis_public-domain_library_archives-canada.jpg	119
Figura 6.3	http://passurlalune.net/category/loose-subjects/	119
Figura 6.4	http://www.aviewoncities.com/gallery/showpicture.htm?htmkey=kveca0638	124
Figura 6.5	http://marinobre.files.wordpress.com/2008/07/flusser-foto.jpeg	131
Figura 6.6	http://www.uiowa.edu/~commstud/ressources/critical_authors.html ..	131
Figura 6.7	http://www.ilhn.com/datos/archives/003372.php	131
Figura 6.8	http://dev.transmediale.de/site07/uploads/tx_mintnewspressprojtable/kittler.jpg	131
Figura 6.9	www.qdimencion.com	138